

O "S" DO ESG: A HORA E A VEZ DO SOCIAL

RI

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

www.revistaRI.com.br



EM PAUTA

EDU LYRA

FUNDADOR & CEO

GERANDO
FALCÕES

Com o desafio de transformar a pobreza da favela em 'peça de museu', antes de Elon Musk colonizar Marte, o "falcão" Edu Lyra fisga corações e mentes no mercado de capitais.

por RONNIE NOGUEIRA e KATE MONTEIRO

nº255
OUT 2021



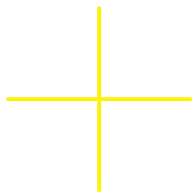
Im-
pa-
rá-
vel

O Itaú BBA não para porque nossos clientes também não.

Em 2021, já fizemos mais de 260 deals entre IPOs, Follow Ons, Block Trades, M&As, Bonds, Debêntures, Notas Promissórias, Letras Financeiras, Certificados de Recebíveis Imobiliários, Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios, Fundos de Investimentos Imobiliários, Project Finance, FIPs de Infraestrutura e Investimentos Societários. E como 2021 ainda não acabou, a gente não vai parar por aqui.



nº 255 • Outubro 2021



06 Ponto de Vista

O “S” do ESG

POR SONIA CONSIGLIO FAVARETTO

10 Entrevista

Edu Lyra, fundador e CEO da Gerando Falcões

POR RONNIE NOGUEIRA
E KATE MONTEIRO

18 Em Pauta

Gerando Falcões

POR KATE MONTEIRO



32 Governança

Diversidade, Inclusão & Equidade

POR DEBORAH WRIGHT,
CECILIA CURY, HENRI VAHDAT
E RICARDO LAMENZA

36 Forum ABRASCA

Princípios ESG definem
perenidade das empresas

POR EDUARDO LUCANO DA PONTE

40 Espaço APIMEC

O papel das instituições
na Agenda ESG

POR EDUARDO WERNECK

44 Sustentabilidade

Financiando riscos
de Biodiversidade

POR DANIEL CARVALHO

48 Orquestra Societária

Entrevista:

Eduardo Gomes,
especialista em estratégia

POR CIDA HESS E MÔNICA BRANDÃO

56 Finanças Sustentáveis

Alinhamento da
Remuneração
Executiva às metas
de Sustentabilidade

POR BIANO BATISTA
E FELIPE NESTROVSKY

58 Regulamentação

Insider Trading:
alterações na
regulamentação
da negociação de
valores mobiliários

POR CLÓVIS PEREIRA
E RENATO VETERE

62 Registro

XVIII Seminário
Internacional CPC

POR RODNEY VERGILI

72 Educação Financeira

O nó górdio do
Desenvolvimento

POR JURANDIR SELL MACEDO

77 IBRI Notícias

Prêmio APIMEC IBRI:
por Eduardo Rosman

POR RODNEY VERGILI

88 Opinião

Investimento
emergencial

POR THOMÁS TOSTA DE SÁ

REVISTA RI®

É uma publicação mensal da IMF Editora Ltda.

Av. Erasmo Braga, 227 - sala 511

20020-000 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2240-4347

ri@imf.com.br

www.revistaRI.com.br

Publisher e Diretor Editorial: Ronnie Nogueira | **Presidente do Conselho:** Ronaldo A. da Frota Nogueira (1938-2017)

Conselho Editorial: Antônio Castro, Edison Arisa, Eduarda La Rocque, Fábio Henrique de Sousa Coelho, Hélio Garcia, Jurandir Macedo, Marcelo Mesquita, Ricardo Amorim, Roberto Teixeira da Costa e Thomás Tosta de Sá

Projeto Gráfico: DuatDesign

Os artigos aqui publicados não pretendem induzir a nenhuma modalidade de investimento. Os dados e reportagens são apurados com todo o rigor, porém não devem ser considerados perfeitos e acima de falhas involuntárias. Os artigos assinados são de responsabilidade exclusiva de seus autores. É proibida a reprodução desse volume, ou parte do mesmo, sob quaisquer meios, sem a autorização prévia e expressa da IMF Editora.



Website de Relações com Investidores com quem conhece o assunto a fundo.

Tecnologia, *design* e conteúdo integrados.

Atuando há mais de 14 anos no Brasil, somos reconhecidos pela nossa *expertise* em RI e excelência operacional. Oferecemos solução proprietária e diferenciada para *websites* de RI que contam com:

- Conteúdo – RI é o nosso *core business*
- Independência
- Customização
- Atendimento 24/7
- *One stop shop*
- Valores fixos

**Tudo o que você precisa em RI,
em um único fornecedor e de qualidade.**

(+55 11) 98572-0593 • global@globalri.com.br

ITAÚSA



havaianas

XP inc.

OSKLEN



ceusa

portinari

dexco

duratex

hydra



deca



durafloor

copagaz



liquigás

ItaúCultural



Itaú Social



ISE B3

ICO2 B3



Member of
Dow Jones
Sustainability Indices
Powered by the S&P Global ESG





Mais de **1 MILHÃO** de investidores*

Itaúsa é ITSA4: a *holding* brasileira com mais de 1 milhão de investidores na B3, presentes em 95% dos municípios brasileiros. Uma empresa sólida, com uma das ações mais negociadas do País e marcas líderes em seus segmentos, como Itaú Unibanco, XP, Alpargatas, Dexco, Aegea, Copa Energia e NTS. E tudo isso sempre de olho no futuro, com responsabilidade socioambiental, gestão ativa e transparente, pautada em valores éticos e comprometida com a geração de valor para seus acionistas e toda a sociedade.

Itaúsa. Grandes marcas, grande história, grande futuro.

O “S” DO



Em termos conceituais, trabalhamos com a lógica da interconexão entre os fatores Econômicos, Ambientais, Sociais e de Governança Corporativa. Afinal, eles se interligam o tempo todo. Por isso, sempre dizemos que a Sustentabilidade é um tema transversal e deve permear todas as áreas da empresa. Mas, em termos didáticos, o uso de siglas e estruturas ainda é muito útil. Neste sentido o **ESG** = Ambiental, Social e Governança, em inglês (a “*sigla mais famosa das galáxias*”, como o tenho chamado) tem sido precioso para a disseminação desta agenda que traz um novo modelo de mundo. Nesta mesma linha de raciocínio, separar análises por letras é rico e aprofunda as reflexões. É o que faço agora, trazendo à luz o “**S**” do **ESG** (ou **EESG**, como prefiro usar, incorporando o “**E**” do econômico).

Sempre houve uma certa discussão sobre o “E” ter mais destaque do que o “S”. Que se fala bastante, por exemplo, sobre preservação de recursos naturais e muito pouco sobre direitos humanos. Concordo com o ponto. Será que apenas temos mais dificuldade em abordar a fome e a pobreza do que o desmatamento ou será que de fato as ações ambientais recebem mais atenção e investimento do que as sociais?

por **SONIA CONSIGLIO FAVARETTO**

Difícil dar uma resposta. Mas fato é que a devastadora pandemia da Covid-19 trouxe o “S” para o centro da discussão. Costumo dizer que “descobrimos que somos seres humanos”. Passamos a rever nossos valores, questionar nosso propósito, repensar nossas atitudes. Nós e nossas empresas estão neste movimento. Que bom. Devemos aproveitar este momento e avançar. Pois precisamos.

Quando falamos do “S”, estamos tratando de várias frentes, que têm por base as pessoas. Falamos das relações, políticas e práticas das empresas direcionadas aos seus funcionários, claro, mas também aos fornecedores, clientes, comunidades, governo, sociedade civil organizada... Ou seja, há uma ampla gama de possibilidades de atuação para reverter quadros e alavancar oportunidades. A interessante pesquisa “*The ESG Premium: New perspectives on value and performance*”, da McKinsey&Company, de fevereiro de 2020, mostrou que em uma década, de 2009 a 2019, cresceu de 40% para 65% os respondentes que entendem que investir nas questões sociais agrega valor também no curto prazo.

O estudo ouviu centenas de executivos C-level e da comunidade de investimentos. É um bom sinal de que estamos compreendendo que a agenda social não é importante só no longo prazo. Porque o que é de longo prazo, muitas vezes, fica para depois... Corroborando com esses dados, a pesquisa da BlackRock, “*Sustainability goes mainstream - Global Sustainable Investing Survey*”, de setembro de 2020, mostra que 425 investidores de 27 países, incluindo Brasil, que tem US\$ 25 trilhões sob gestão, pretendem aumentar de 52% para 58% nos próximos 3 a 5 anos o foco no “S” ao fazer sua alocação de capital. É promissor ver a lente dos investidores e líderes empresariais mirarem o social. Que seja um movimento cada vez mais ampliado e acelerado.

Esses dados são promissores. Mas tem nuances a serem observadas. Na pesquisa “*The ESG Global Survey 2021*”, que acaba de ser divulgada pelo BNP Paribas e foi feita com 356 investidores institucionais de Europa, América do Norte e Ásia-Pacífico com mais de 11 trilhões de euros sob gestão, o “S” é o pilar do ESG mais desafiador para a integração na análise de investimentos. Metade dos respondentes, 51%, o identificaram assim.

O “E” vem em segundo lugar, com 39%. Já o “G” se mostrou mais complexo apenas para 27% dos entrevistados. Um grande foco nas mudanças climáticas por parte dos investidores institucionais tem sido tema recorrente desde o início da pesquisa, em 2017, indicando consistentemente que os aspectos ambientais são menos desafiadores de analisar e integrar do que os sociais.

“

Quando falamos do “S”, estamos tratando de várias frentes, que têm por base as pessoas. Falamos das relações, políticas e práticas das empresas direcionadas aos seus funcionários, claro, mas também aos fornecedores, clientes, comunidades, governo, sociedade civil organizada... Ou seja, há uma ampla gama de possibilidades de atuação para reverter quadros e alavancar oportunidades.

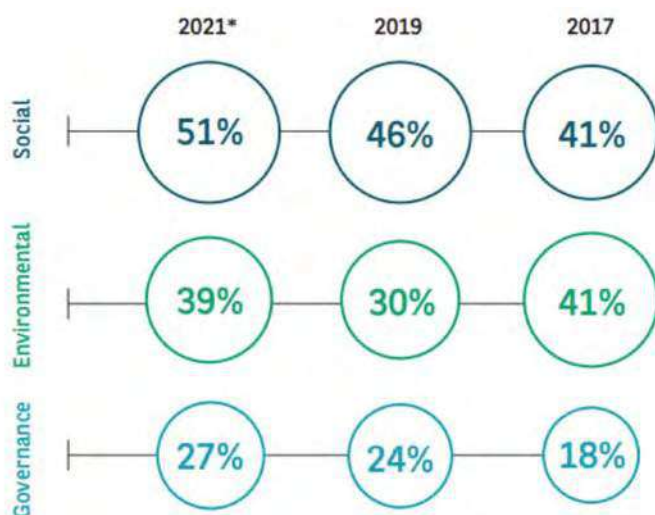
”

“

Por tudo isso, acredito firmemente que tendemos a buscar maior equilíbrio entre as 3 letras, E, S e G, com crescente visibilidade e importância do S. E não porque somos bonzinhos e queremos salvar o mundo. Mas, fundamentalmente, porque o “S” trata de pessoas.

”

Quão desafiadores você considera os diferentes componentes do ESG (E, S ou G) quando se trata de avaliá-los e incorporá-los à análise de investimento?



Trazendo de volta a pandemia para a nossa conversa, talvez eu não precisasse recorrer a números para basear a tese de que estamos mais propensos a olhar para o “S” em nosso dia a dia, seja como cidadãos, empresários, líderes, investidores. Mas, como boa jornalista, gosto de fatos e dados. E esses são muito fortes: pesquisa divulgada pelo UBS em junho deste ano com 3,8 mil pessoas com carteira de ao menos US\$ 1 milhão em ativos, em 15 mercados (inclui Brasil), foi taxativa: 90% dos entrevistados querem que seus investimentos estejam alinhados aos valores pessoais e cerca de 50% planeja aumentar as doações.

Na América Latina, 81% querem fazer a diferença quando aplicam recursos e 73% querem encontrar um propósito mais claro para sua vida.

Por tudo isso, acredito firmemente que tendemos a buscar maior equilíbrio entre as 3 letras, E, S e G, com crescente visibilidade e importância do S. E não porque somos bonzinhos e queremos salvar o mundo. Mas, fundamentalmente, porque o “S” trata de pessoas. De como elas operam, se relacionam e se comportam. De como transformam ou não uma realidade. De como interagem entre si e provocam novos cenários. O “Capitalismo de Stakeholder”, centrado no ser humano, nunca foi tão falado como agora.

Trabalho para o dia em que não precisemos mais de siglas ou adjetivos. O dia em que, quando falarmos sobre “capitalismo”, todos entendam que é um modelo que serve, ao mesmo tempo, às pessoas, ao planeta e à prosperidade. Chegará esse dia... **RI**



SONIA CONSIGLIO FAVARETTO
é especialista em sustentabilidade,
conselheira de administração e SDG Pioneer
pelo Pacto Global das Nações Unidas.
soniafavaretto@hotmail.com

BrazilFoundation

Apresenta | Announces

New York Dinner

A Causa: Combate à Fome no Brasil
The Cause: Fighting Hunger in Brazil

Show

Claudia Leitte

Homenageados | Honorees

Edu Lyra, Gerando Falcões
Gisele Bündchen, Fundo Luz Alliance
Thomas A. Shannon, Jr.

Mestres de Cerimônia | Masters of Ceremony

Ingrid Silva & Marco Pigossi

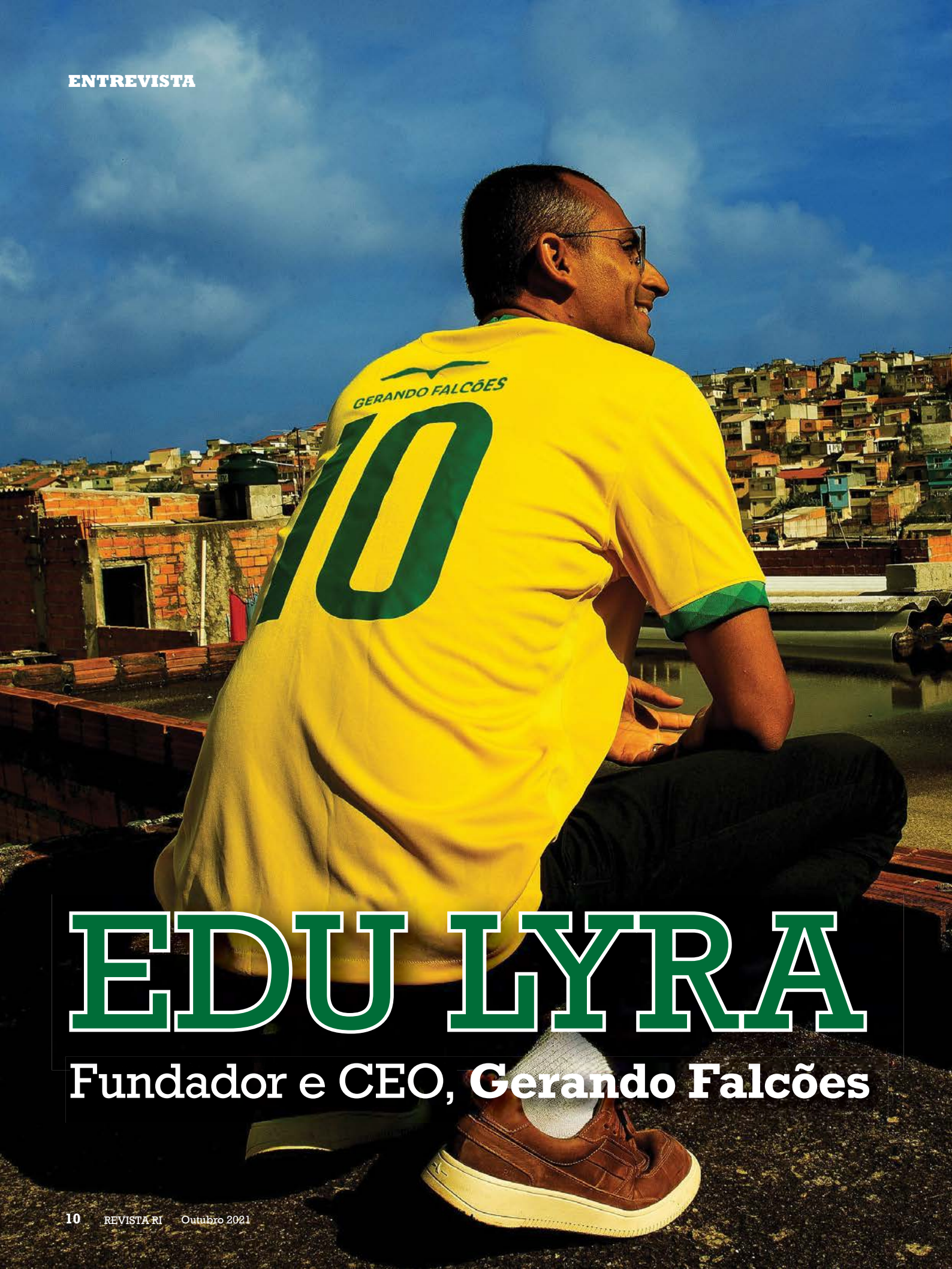
Oct. 28 2021

583 Park Avenue

Tickets & Info



www.brazilfoundation.org



EDU LYRA

Fundador e CEO, Gerando Falcões

“

Não importa de onde você vem,
mas sim para onde você vai...”

Edu Lyra, 33 anos, nasceu na favela. Morava num barraco e dormia numa banheira. O pai, envolvido com o crime, foi preso. Mas sua mãe, D. Maria Gorete, foi a grande inspiração e dizia sempre: “*Não importa de onde você vem, mas sim para onde você vai*”. Edu acreditou. Começou a empreender, e aos 23 anos escreveu seu primeiro livro “**Jovens Falcões**” e com um time de 50 jovens vendia os exemplares de porta em porta na periferia e na favela por R\$ 9,99. Com o dinheiro das vendas, fundou em 2011 - junto com três amigos - a ONG **Gerando Falcões (GF)**, que hoje se tornou uma rede que engloba mais de 720 favelas espalhadas por todo Brasil, com a formação de líderes sociais e acompanhamento de organizações, além de projetos sociais que tem por objetivo redesenhar as favelas brasileiras, transformando-as em um ambiente Digno, Digital e Desenvolvido.

por **RONNIE NOGUEIRA** e **KATE MONTEIRO** | Foto: **ALEXANDRE SCHNEIDER**

Edu Lyra, que tem feito palestras em convenções no Brasil e no exterior, em empresas globais como Google e Microsoft, universidades como Harvard e London Economics School, foi nomeado como um dos jovens brasileiros que podem mudar o mundo, fazendo parte do Global Shapers, Jovem Empreendedor do Ano pelo Lide. Recentemente, saiu na lista dos jovens mais influentes pela Forbes Brasil, abaixo dos 30, e foi eleito Homem do Ano pela revista GQ.

Em 2020, venceu o prêmio Valor Econômico, como Empreendedor Social do Ano, devido ao destaque obtido com o projeto “Corona no Paredão, Fome Não” que arrecadou relevante doação de pessoas físicas e jurídicas no combate à fome. Ainda em 2020 e com a mesma campanha, a Gerando Falcões estava entre as Top 30, pela resposta à Covid-19 na 16ª edição do Prêmio Empreendedor Social, do jornal Folha de São Paulo. Em 2021, foi eleito Executivo de Valor pelo jornal Valor Econômico e, atualmente, também atua como colunista do jornal O Globo.

A seguir, acompanhe a entrevista exclusiva concedida por Edu Lyra à Revista RI, onde um dos mais importantes empreendedores sociais do Brasil conta um pouco de sua história e dos projetos que vem desenvolvendo à frente da Gerando Falcões, com a meta que a pobreza das favelas vire, definitivamente, peça de museu.

RI: Quem é Edu Lyra, nascido e criado em uma comunidade carente na cidade de Guarulhos, São Paulo?

Edu Lyra: Edu Lyra, 33 anos, filho de Maria Gorete e Marcio Luiz, casado com Mayara e pai de Luiza, 2 anos, e Lara, 12 (sua enteada desde os 4 anos), nasceu na favela. Morava num barraco e dormia numa banheira. O pai, envolvido com o crime, foi preso. Mas sua mãe foi a grande inspiração e dizia sempre: “Não importa de onde você vem, mas sim para onde você vai”. Edu acreditou. Não se formou, mas foi para a universidade estudar Jornalismo. Começou a empreender aos 23 anos, quando escreveu seu primeiro livro “Jovens Falcões” e com um time de 50 jovens vendia os exemplares de porta em porta na periferia e na favela por R\$ 9,99.



Fundadores da Gerando Falcões: Amanda Boliarini, Lemaestro, Edu Lyra e Mayara Nassar Lyra

RI: Como, quando e com que objetivo surgiu a ideia de criar a Gerando Falcões (GF)?

Edu Lyra: Com o dinheiro das vendas do livro, fundei a ONG Gerando Falcões (GF) em 2011, em Poá-SP, ao lado de três amigos, que são co-fundadores da ONG: **Amanda Boliarini**, **Lemaestro** (Alex dos Santos) e **Mayara Nassar Lyra**, com quem viria a me casar mais tarde e constituir família. Neste período, conseguimos o primeiro e histórico investimento da ONG, doado pelo casal **Patrícia e Ricardo Villela Marino**, que são conselheiros, ainda hoje. Junto com esse time, fizemos a Gerando Falcões deixar de ser uma ONG para se tornar uma rede de ONGs, com foco em eficiência em gestão, escala, uso de tecnologia e treinamento de líderes.





Edu Lyra com os pais Maria Gorete e Marcio Luiz



Mayara Lyra com suas filhas Lara e Luiza

Desenvolvemos a habilidade de captar recursos e mobilizamos milhares de cidadãos como doadores, além de empresas e instituições como XP Investimentos, Localiza, Wise Up, MRV, EMS, Fundação Lemann, Instituto Península, Movimento Bem Maior, Oliveira's Foundation, Gerdau, Giveme5, Mundo Verde, Dasa, Instituto Pensi, entre outros, para apoiar programas sociais.

RI: Você cita que uma das principais inspirações para se tornar um empreendedor social, e uma exceção no sistema, foi a sua mãe, Dona Maria Gorete, que sempre lhe disse: Não importa de onde você vem, e sim para onde você vai". Pode citar quais foram as principais lições que aprendeu e que o tornaram quem você é hoje? Alguém disposto a liderar uma grande coalizão no Brasil para pôr um fim a desigualdade e a pobreza.

Edu Lyra: As lições foram os amigos que perdi. As horas de fome. As tantas vezes que visitei meu pai no presídio. Os colegas que ficaram pra trás. Meu pai saiu do crime e voltou para casa. Tudo isso produziu meu propósito e missão de vida. Eu venci a pobreza na minha própria vida e agora quero vencê-la em escala com meu time e nossos parceiros. Meu sonho é de que um dia a pobreza da favela vire peça de museu antes de Marte ser colonizado.

“

Eu venci a pobreza na minha própria vida e agora quero vencê-la em escala com meu time e nossos parceiros. Meu sonho é de que um dia a pobreza da favela vire peça de museu antes de Marte ser colonizado.

”

RI: Sobre o projeto Favela 3D, que tem como objetivo transformar as favelas em um ambiente “Digno, Digital e Desenvolvido” antes do Elon Musk colonizar Marte. Você arrecadou recentemente R\$ 3 milhões em um jantar em Nova York. Quais são as metas e próximos passos em questão de arrecadação para o Favela 3D?



Edu Lyra: O Favela 3D está sendo realizado desde maio deste ano na Favela Marte, em São José do Rio Preto (SP). O local possui cerca de 250 famílias. Recentemente, o projeto como um todo chegou a levantar R\$ 42 milhões em captações e investimentos sociais patrocinados por parceiros públicos e privados, bem como a sociedade civil para implementação do projeto nessa localidade. Em junho deste ano, mês em que a Gerando Falcões comemorou 10 anos de sua fundação, foi assinado o termo de cooperação com a prefeitura de Maceió para implementar o projeto na comunidade Vergel do Lago e, em julho, um protocolo de intenções foi firmado juntamente com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), para dar início ao projeto no Morro da Providência. Recentemente, o projeto também foi iniciado da favela Boca do Sapo, localizada em Ferraz de Vasconcelos, na Zona Leste de São Paulo. A Gerando Falcões tem como meta arrecadar até o final de 2022 cerca de R\$ 37 milhões em filantropia para implementação dos pilotos do Favela 3D nessas comunidades.

RI: Poderia nos falar mais sobre o Favela 3D? Quais iniciativas fazem parte? Nesta coalizão quem integra este empreendimento como parceiro, tanto no poder público, empresas e sociedade civil?

Edu Lyra: O Favela 3D (Digna, Digital e Desenvolvida) é um projeto único, inovador e revolucionário que está reestruturando as favelas para promover uma transformação completa, focada na melhoria da qualidade de vida de seus moradores, por meio da criação de soluções aos problemas que mais afetam as favelas. O projeto tem como foco sua

“

Lançamos nosso curso de ESG para potencializar o tema junto às empresas. No futuro, aqueles que não estiverem enquadrados nesse quesito, possivelmente, serão empresas ou negócios obsoletos e sem sentido, que podem até deixar de existir.

”

mandala que conta com os seguintes pilares: moradia digna, acesso à saúde, direito à educação, cidadania e cultura de paz, primeira infância, autonomia da mulher, geração de renda, cultura, esporte e lazer. Estamos acompanhando a jornada de cada família das favelas atendidas, garantindo que elas tenham apoio no seu planejamento e desenvolvimento de suas necessidades. Para isso acontecer, estamos estruturando uma equipe multidisciplinar para realizar um plano com cada família por meio do mapeamento de necessidades relacionadas à moradia; geração de renda e articulação de acesso. Para a implementação do projeto, estamos unindo poder público, comunidade local, setor privado, universidades e organizações do terceiro setor para interromper o ciclo de pobreza na favela.

RI: Quando você acredita atingir os primeiros resultados do Favela 3D na Favela Marte? Quantas famílias e moradores devem ser beneficiados? Tem um prazo para a conclusão deste projeto?

Edu Lyra: A Favela Marte será um laboratório de prototipagem de soluções de combate à pobreza, que vai influenciar o Brasil na construção de soluções reais para territórios vulneráveis. Essa construção está sendo produzida com a prefeitura, o governo do Estado, o Instituto As Valquírias e, sobretudo, com a população local, inclusive temos muito orgulho do Sr. Benvindo Pereira, líder social da Favela Marte e da Amanda Oliveira, fundadora e CEO do Instituto As Valquírias, acelerada da GF em São José do Rio Preto. O local possui cerca de 250 famílias e as intervenções têm prazo previsto estimado em 3 anos para serem implementadas por completo.

RI: Em entrevista recente, você comentou que o Favela 3D contempla a transformação de favelas de até 500 mil habitantes. Que outras comunidades já foram mapeadas para fazer parte do projeto? E em quanto tempo deve ocorrer a transformação delas? Existe um pipeline para isso?

Edu Lyra: Este ano já firmamos parcerias para a implementação do projeto em mais duas favelas, graças a parcerias das prefeituras e dos respectivos governos estaduais, que entenderam e principalmente apoiam a importância do projeto. Como disse anteriormente, em junho assinamos o termo de cooperação com a prefeitura de Maceió para início do projeto na comunidade Vergel do Lago. Já em julho, fechamos um protocolo de intenções com o prefeito do Rio de Janeiro, Eduardo Paes (PSD), para implementar o projeto no Morro da Providência, favela mais antiga do Brasil. Para essas duas localidades, estamos no início do projeto, em fase de diagnóstico, para identificar os principais desafios e priorizar as oportunidades de melhorias mais urgentes. Com base no diagnóstico, definiremos um desafio inicial para ser desenvolvido, a partir da conceituação e reformulação do desafio, vamos solucionar os problemas e aplicar os insights obtidos nas pesquisas.

RI: Você também comentou que quando conheceu Medellín, se surpreendeu com a coalizão que existia entre a sociedade, o poder público e as empresas para resolver os problemas na cidade. Medellín foi sua inspiração para o Favela 3D?

Edu Lyra: Sim, Medellín foi uma inspiração. Os colombianos foram os mais efetivos da América Latina. Não descontinuaram políticas públicas. Combate à pobreza é agenda de longo prazo, não é um projeto de governo para uma comunidade, mas de uma comunidade com o governo.

RI: Você costuma citar a importância do ESG nas empresas como algo que vai além da propaganda, que permita hackear a sociedade e inserir a favela e diversidade como parte importante do pilar social das companhias. Você tem conquistado grandes parceiros do mercado corporativo e financeiro. Quais são os cuidados que você tem na escolha deles para evitar um *greenwashing*? Afinal, não é só doar e sim estar comprometido com a transformação real, não?

Edu Lyra: Começamos abordando temas ligados à responsabilidade social, à atuação inovadora no terceiro setor e como organizações podem criar soluções que combatam as

“

Estamos unindo poder público, comunidade local, setor privado, universidades e organizações do terceiro setor para interromper o ciclo de pobreza na favela.”

”

desigualdades. Acreditamos que a próxima década é única para que a gente consiga implantar métodos e soluções que unam a expertise da favela, do setor privado e de políticas públicas com a finalidade de gerar uma transformação sistêmica no país. Por isso, lançamos nosso curso de ESG para potencializar o tema junto às empresas. No futuro, aqueles que não estiverem enquadrados nesse quesito, possivelmente, serão empresas ou negócios obsoletos e sem sentido, que podem até deixar de existir.

RI: Colocar a favela no museu é uma meta ambiciosa, considerando a forte desigualdade que vivemos no Brasil. Quais são as principais barreiras que acredita precisará quebrar para isso? E como pretende consolidar essa coalização entre poder público, capital privado e sociedade civil?

Edu Lyra: Eu sempre afirmo que pretendo levar a “pobreza” da favela ao museu, e não a favela em si. Isso é possível realizando projetos bem estruturados e com bons parceiros. A missão, contudo, exige esforços e diálogo com todas as áreas e setores da sociedade, para que, juntos, possamos interromper o ciclo de pobreza em favelas e periferias do país. E, sem dúvida, encontrar mais Jeffersons, Cintias e essas pessoas da comunidade que fazem a diferença. Nossa meta é ter representantes em todas as favelas do Brasil.

RI: Quais ferramentas considera necessárias para esse propósito? Você fala muito da inclusão digital nas favelas, os pobres como foco dos investimentos das empresas, o co-branding. Pode explicar sobre as estratégias que tem em mente para erradicar essa desigualdade?

“

Jorge Paulo Lemann tem me desafiado há anos e também me estimulado a nunca ficar no caminho e continuar sempre correndo atrás. Estamos aplicando ciência de foguete no enfrentamento à pobreza. E vamos entregar nossa missão de tornar a pobreza extrema coisa do passado.

”

Edu Lyra: A nossa principal estratégia é a implementação do Favela 3D (Digno, Digital e Desenvolvido) que falei anteriormente, com a criação e desenvolvimento soluções aos problemas que mais afetam comunidades e favelas, proporcionado aos moradores das comunidades e periferias uma transformação completa, focada na melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

RI: A distância social da favela para a Faria Lima é de 9 gerações. Quais são os desafios que o Brasil precisa enfrentar para reduzir essa distância?

Edu Lyra: O principal desafio é dar espaço para que não só a elite possa conquistar vagas em grandes empresas, mas também quem vem da favela e tem uma história de vida diferente. Entendendo que na favela também há mentes brilhantes e que merecem oportunidades. Criando pontes e destruindo muros conseguiremos mudar a realidade que vivemos hoje.

RI: O mega empresário - Jorge Paulo Lemann - afirmou recentemente que se você conseguir alcançar estas metas teria grandes chances de se tornar um prêmio Nobel da Paz? Este desafio, e essa afirmação, te intimida de alguma forma?

Edu Lyra: O Jorge Paulo tem me desafiado há anos e também me estimulado a nunca ficar no caminho e continuar sempre correndo atrás. Montamos um time de primeira na

Gerando Falcões. Estamos aplicando ciência de foguete no enfrentamento à pobreza. E vamos entregar nossa missão de tornar a pobreza extrema coisa do passado.

RI: A Gerando Falcões chegou a 10 anos de trajetória e para a próxima década pretende elaborar um plano estratégico com apoio da Accenture. O que podemos esperar desse plano?

Edu Lyra: Até 2023, nosso Plano Favela pretende desenvolver 3.342 líderes, impactar mais de 10.000 favelas e acelerar 100 unidades. O plano estratégico, com o apoio da Accenture, ainda está em fase de desenvolvimento e em breve teremos informações mais concretas sobre ele.

RI: Quais são os principais projetos que a Gerando Falcões têm hoje? Você pode nos falar um pouco da importância dos parceiros/doadores nestes desafios e fazer uma breve descrição da atuação de cada um desses projetos no momento?

Edu Lyra: Todos os nossos parceiros/doadores são importantes para nos ajudar a cumprir nossa missão de transformar a pobreza da favela em peça de museu antes de Mar- te ser colonizado. Conseguimos criar um ecossistema de investidores. São cerca de 2.000 doadores recorrentes em nossa plataforma digital. Fortalecemos nosso ecossistema com mais de 180 empresas que aportam recursos nas mais diferentes formas – desde projetos específicos, permitindo dedução no imposto de renda, até programas de tecnologia e capacitação de jovens. Contamos com companhias que ajudam a criar produtos para o mercado, revertendo parte do lucro à Gerando Falcões. Também nos dedicamos por anos a montar um time “peso-pesado” de investidores com assento em nosso *board*, o que aumenta a sustentabilidade financeira de toda a operação e viabiliza nossa caminhada de longo prazo. Além dos projetos citados, temos a Falc-cons University, liderada pelo nosso co-fundador e diretor de educação, Lemaestro, que é uma faculdade criada na favela para a favela, programa de aceleração para ONGs, projetos voltados para jovens em nossas unidades próprias, com oficinas de esporte e cultura, entre outros. Conforme falei, temos diversos parceiros/doadores que aportam investimentos nos projetos de transformação sistêmica das favelas desenvolvidos pela Gerando Falcões. A seguir, listo alguns dos projetos, além do **Favela 3D** que já foi descrito anteriormente: **1) Bazar** - funciona como base do conceito de economia circular, ou seja, todos os produtos - novos e usados - doados à ONG, são colocados à venda por valores até 70% mais baratos que os praticados no mercado tradi-

“

Conseguimos criar um ecossistema de investidores. Hoje, são cerca de 2.000 doadores recorrentes em nossa plataforma digital. Fortalecemos nosso ecossistema com mais de 180 empresas que aportam recursos nas mais diferentes formas – desde projetos específicos até programas de tecnologia e capacitação de jovens. Também nos dedicamos a montar um time “peso-pesado” de investidores com assento em nosso board, o que aumenta a sustentabilidade financeira de toda a operação e viabiliza nossa caminhada de longo prazo.”

”

cional, oferecendo, assim, acesso a bens de consumo para população de baixa renda. O valor arrecadado com as vendas é reinvestido em programas de transformação nas periferias e favelas. **2) Favela-X** - é um plano para acabar com pobreza das favelas antes de Marte ser colonizado. A campanha é baseada nos programas espaciais, mais especificamente, no Space-X, de Elon Musk. Traçamos um paralelo com o programa do empresário sul-africano para mostrar o quanto utilizamos tecnologias e estratégias semelhantes às dos programas espaciais para colocar a pobreza das favelas no museu. **3) Falcons University** - é a universidade da favela para a favela, que trabalha os 10 pilares do BNCC (Banco Nacional Comum Curricular), tendo como pilar central o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Por meio do método ativo de ensino, aprendizagem e uso de tecnologia estamos desenvolvendo crianças, jovens, educadores e lideranças para romperem o ciclo da pobreza intelectual, emocional e técnica. **4) Programa de Aceleração** - visa potencializar o trabalho de ONGs de alto impacto na Rede Gerando Falcões. Num período de quatro anos, as organizações recebem um apoio financeiro e mecanismos de desenvolvimento institucional, através do aperfeiçoamento de gestão e metodologia. A seleção das unidades aceleradas acontece por meio de um processo seletivo de líderes já formados na Falcons University.

RI: Fale-nos um pouco sobre o reconhecimento que vem recebendo nessa sua trajetória inspiradora de sucesso, em prol da erradicação da pobreza e da

melhoria das condições de vida nas favelas brasileiras.

Edu Lyra: Neste processo, tenho feito palestras em convenções no Brasil e no exterior, em empresas globais como Google e Microsoft, universidades como Harvard e London Economics School. Fui nomeado como um dos jovens brasileiros que podem mudar o mundo, fazendo parte do Global Shapers, Jovem Empreendedor do Ano pelo Lide. Saí na lista dos jovens mais influentes pela Forbes Brasil, abaixo dos 30, e Homem do Ano pela revista GQ. Em 2020, venci o prêmio Valor Econômico, como Empreendedor Social do Ano, devido ao destaque obtido com o projeto “Corona no Paredão, Fome Não” que arrecadou relevante doação de pessoas físicas e jurídicas no combate à fome. Ainda em 2020 e com a mesma campanha, a Gerando Falcões estava entre as Top 30, pela resposta à Covid-19 na 16ª edição do Prêmio Empreendedor Social, do jornal Folha de São Paulo. Em 2021, fui eleito Executivo de Valor pelo jornal Valor Econômico. Atualmente, também sou colunista do jornal O Globo.

RI: Para finalizar, qual conselho Edu Lyra, de 33 anos, CEO do Gerando Falcões, uma das pessoas mais influentes do terceiro setor no Brasil, daria para o menino/adolescente Edu Lyra, que morava na favela e dormia numa banheira?

Edu Lyra: O mesmo que a minha mãe sempre me deu: Não importa de onde você vem, mas sim pra onde você vai. E você pode ir para onde quiser... **RI**

GERANDO FALCÕES

Com o desafio de transformar a pobreza da favela em *‘peça de museu’*, antes de Elon Musk colonizar Marte, o “falcão” **Edu Lyra** fisga corações e mentes no mercado de capitais.

Alguma vez já parou para pensar qual é a diferença entre um falcão e uma águia? Sem desmerecer as águias - símbolo de coragem e força - os falcões se caracterizam por terem uma visão de longo alcance, capaz de enxergar seus objetivos em longas distâncias. Além de serem extremamente rápidos, mergulhando no ar com velocidade que pode superar os 300 km/hora. Essas são as mesmas características que se destacam em **Edu Lyra**, empreendedor social de 33 anos, que tem o sonho - e o desafio - de transformar a pobreza da favela em *‘peça de museu’* antes de Elon Musk colonizar Marte. A meta do dono da Tesla é conseguir fazer isso até 2050.

por **KATE MONTEIRO**



O **Favela-X** é um plano para acabar com pobreza das favelas antes de Marte ser colonizado. A campanha é baseada nos programas espaciais, mais especificamente, no Space-X, de Elon Musk. Traçamos um paralelo com o programa do empresário sul-africano para mostrar o quanto utilizamos tecnologias e estratégias semelhantes às dos programas espaciais para colocar a pobreza das favelas no museu.

Talvez proposital ou acidentalmente, foram estas características, que levaram **Edu Lyra** a criar, há 10 anos, a ONG **Gerando Falcões**, para unir essa visão de um futuro menos desigual para o Brasil com a urgência de conquistar esse sonho, uma mistura de *visão de longo alcance e velocidade*, a exemplo dos falcões.

Para alcançar este objetivo, Lyra destaca, em entrevista à Revista RI, que sua principal estratégia será implementar o projeto **Favela 3D** (Digna, Digital e Desenvolvida) que tem como meta a criação e desenvolvimento de soluções para os principais problemas que afetam comunidades e favelas, entre estes, moradia, fome e educação, melhorando a qualidade de vida desses moradores, transformando completamente seu ecossistema.

Esse objetivo tem fundamentos sólidos. Se você já mergulhou no universo da economia comportamental provavelmente se perguntou: Por que pessoas pobres tomam piores decisões que pessoas ricas? Estudos comprovam que em condições de vida semelhantes, ricos e pobres são capazes de tomar as mesmas decisões, principalmente financeiras.

Longe de querer apontar que pobreza é sinônimo de in experiência, um estudo feito há alguns anos pelo IPC-IG “Insights comportamentais e políticas de superação da pobreza”, defende que em situações de pobreza, existe uma maior sobrecarga mental. As pessoas estão preocupadas em garantir a sobrevivência, ter alimentos para comer, ter água de qualidade, o medo de perder o emprego, todo esse ciclo de problemas que pessoas, com condições minimamente dignas não possuem, faz com que a desigualdade entre as classes sociais seja cada vez maior.

DA FAVELA À FÁRIA LIMA

Você sabia que a distância da favela à Faria Lima é de 9 gerações? Segundo **Hugo Bethlem**, co-fundador e presidente do conselho do Instituto Capitalismo Consciente Brasil, o estudo “O Vírus da Desigualdade” da Oxfam revela que um pobre no Brasil, levaria 9 gerações para sair da pobreza. “Isso representa mais de um século”, avalia.

Bethlem aponta que atualmente o Brasil tem oficialmente mais de 13 mil favelas em mais de 700 municípios, isso re-



EDU LYRA, Gerando Falcões

“

Na favela há mentes brilhantes e que merecem oportunidades. Criando pontes e destruindo muros conseguiremos mudar a realidade que vivemos hoje. Para isso, primeiro é necessário garantir o básico, de forma com que os mais vulneráveis recuperem a capacidade de sonhar e correr atrás do futuro.

”

“

Atualmente o Brasil tem oficialmente mais de 13 mil favelas em mais de 700 municípios, isso representa mais de 5 milhões de domicílios nestas comunidades, totalizado cerca de 15 milhões de brasileiros que vivem nestas condições. E, a pandemia só agravou este cenário, aumentando a desigualdade.”

”



HUGO BETHLEM, Capitalismo Consciente Brasil

presenta mais de 5 milhões de domicílios nestas comunidades, totalizado cerca de 15 milhões de brasileiros que vivem nestas condições. E, a pandemia só agravou este cenário, aumentando a desigualdade. “Vimos declarações estapafúrdias do Governo Federal, quando foram conceder o Auxílio Emergencial, que “descobriram” 40 milhões de brasileiros e brasileiras invisíveis”, critica ele.

Não foi a única discrepância que trouxe à tona a pobreza brasileira, segundo Bethlem quando foi sancionado o novo Marco Regulatório de Saneamento, em 2020, 47% dos domicílios brasileiros não tinham esgoto.

Para **Edu Lyra**, da Gerando Falcões, um dos principais desafios para vencer a desigualdade no Brasil é dar espaço para que não apenas a elite possa conquistar vagas em grandes empresas, mas também quem vem de favela e possui uma história de vida diferente. “Na favela há mentes brilhantes e que merecem oportunidades. Criando pontes e destruindo muros conseguiremos mudar a realidade que vivemos hoje”, afirma. Para isso, primeiro é necessário garantir o básico, de forma com que os mais vulneráveis recuperem a capacidade de sonhar e correr atrás do futuro.

Hugo Bethlem, reforça este aspecto. Ele cita que a grande maioria da população digna e trabalhadora, mas que muitas

vezes vive ameaçada e controlada pelo tráfico de drogas e milícias, quer progredir na vida. “Um estudo do Data Favela comprova que elas buscam oportunidades sérias para empreender ou trabalhar e assim gerar riqueza e inclusão social, elevando a sua dignidade e a dos seus entes queridos”, um objetivo que faz todo sentido com o projeto Favela 3D.

UM PROBLEMA DE TODOS

Nascido na favela Jardim Vila Nova Cumbica, em Guarulhos, bairro da grande São Paulo, Edu Lyra passou boa parte da sua infância morando em um barraco e dormindo em uma banheira. Seu pai, **Márcio Luiz de Oliveira Lyra**, se envolveu com o crime na época e foi preso. Restou a mãe, **Maria Gorete Brito Lyra**, a missão de sustentar a família como diarista. Em meio a tanta dificuldade, Lyra poderia ter desistido, mas foi sua mãe quem o inspirou a seguir em frente e mudar o destino precário que lhe esperava. “Minha mãe sempre falava: Não importa de onde você vem, mas sim para onde você vai. Eu acreditei”, lembra.

Já adulto, Lyra conheceu a cidade colombiana de Medellín, que foi marcada por décadas de violência e forte presença de cartéis de drogas que impactaram principalmente as comunidades vulneráveis. Medellín era um perfeito cenário de guerra, que só cessou quando o governo colombiano começou a negociar com as milícias populares, e ONGs, movimentos

sociais e culturais se uniram para lutar contra a violência.

Anos depois Medellín se tornou uma cidade reconhecida por superar desafios sociais e ter um olhar inovador. Foi essa cidade colombiana que inspirou Edu Lyra a idealizar o Favela 3D, que busca unir empresários, sociedade civil e governo para conseguir vencer a pobreza brasileira. Segundo ele, o combate à pobreza é uma agenda de longo prazo, um projeto das comunidades com o governo. “Os colombianos foram os mais efetivos da América Latina. Não descontinuaram políticas públicas”, aponta.

Para Hugo Bethlem, da mesma maneira que o Brasil sofre influência e tutela de facções do crime organizado e das milícias infiltradas nas favelas, a Colômbia também. “Mas com pulso firme do governo, a indignação da sociedade e apoio financeiro das empresas privadas foi possível fazer essa mudança”, defende.

Além de Medellín, outro exemplo de transformação de favelas, aconteceu na Índia, nas comunidades de Mubai, explica Bethlem, comprovando que a transformação é possível. Já no Brasil, ele aponta que houve algumas tentativas de mudança em Paraisópolis em São Paulo e no Morro do Alemão no Rio de Janeiro, mas que nos últimos anos regrediram ou estão andando de lado.

Bethlem defende que não se muda uma favela por decreto, nem por vontade de apenas um stakeholder, mas pela união de todos os membros da sociedade, Poder Público, Iniciativa Privada, ONGs e cidadãos que moram dentro e fora das favelas. “Não é um problema apenas deles, mas de toda a sociedade”, destaca.

FAVELA DIGNA, DIGITAL E DESENVOLVIDA

O Favela 3D (Digna, Digital e Desenvolvida), começou a ser gestado em setembro de 2020, com parceria do Instituto Tellus e da Accenture, o objetivo é transformar as favelas em comunidades inteligentes com a união do poder público e privado. Com o projeto, Lyra busca reestruturar as favelas por meio de uma transformação completa, focada na melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

O Favela 3D possui alguns pilares, entre os quais: moradia digna, acesso à saúde, direito à educação, cidadania e cultura de paz, primeira infância, autonomia da mulher, geração de renda e cultura, esporte e lazer. Embora idealizado desde setembro de 2020, foi em maio deste ano que o projeto começou. A primeira etapa ocorre na Vila Itália, uma comunidade com cerca de 250 famílias e 634 moradores, localizada na cidade de São José de Rio Preto, município no estado de São Paulo.

Enquanto Elon Musk trabalha na sua corrida espacial para colonizar Marte, a Vila Itália iniciou sua própria “corrida social” para vencer a pobreza. Nos primórdios do projeto, durante uma reunião do comitê da Vila Itália com a Gerando Falcões, o líder comunitário Benvindo Nery, que mora desde 2016 na ocupação, questionou como era possível empresários pensarem em habitar Marte, sem antes resolver os problemas da Terra, com milhares de pessoas passando fome e frio. Foi a partir dessa fala de Nery, que a Vila Itália trocou seu nome, para Favela Marte.

Pioneira no projeto, Lyra explica que a Favela Marte será o laboratório de soluções de combate à pobreza, um protótipo. A comunidade carrega uma grande responsabilidade, porque os resultados que ocorrerem nela deverão influenciar a construção de soluções para outros territórios vulneráveis dentro do Brasil.

Para entender melhor as necessidades de cada uma das 250 famílias que moram na Favela Marte, e criar um planejamento estratégico de acordo com estas, Lyra mobilizou uma equipe multidisciplinar para acompanhar a jornada dos moradores, identificar as necessidades de moradia, geração de renda, e tentar articular soluções, unindo a comunidade local, setor privado, poder público, universidades e organizações do terceiro setor.

A meta é interromper o ciclo de pobreza na Favela Marte em um prazo de até 3 anos, quando todas as soluções devem ter sido implementadas. Recentemente, o projeto já acumulou R\$ 42 milhões em captações e patrocínios públicos e privados. Lyra explica que a construção dessa transformação na Favela Marte ocorre em parceria com a prefeitura de São José do Rio Preto, o governo de São Paulo, o Instituto As Valquírias, a população local e seu líder comunitário Benvindo Nery Pereira.

Além de doadores do setor privado, em setembro último, Lyra participou de um jantar beneficente em Nova York para angariar fundos para o Favela 3D. O evento teve como anfitriões os empresários Jorge Paulo Lemann e os ex-executivos da ABInBev Carlos Brito e Claudio Ferro.

Durante o jantar, a Gerando Falcões conseguiu arrecadar R\$ 3 milhões. Lyra, que está morando nos Estados Unidos até dezembro, deve participar ainda de outro evento em Miami, para sensibilizar empresários brasileiros radicados nos EUA a se unirem à causa. O jantar deve ocorrer no final de outubro. Em entrevista à RI, Lyra afirmou que o objetivo da Gerando Falcões é arrecadar até o final de 2022, a soma de R\$ 37 milhões em filantropia para poder implementar os pilotos do Favela 3D em outras comunidades.

“

O Favela 3D é um grande marco para decretar o fim do ciclo de pobreza no Brasil, com um olhar completo na vida das pessoas que moram nestas comunidades, priorizando infraestrutura, educação, saúde, empreendedorismo e geração de emprego. A causa precisa unir governos, empresas, startups e sociedade civil para erradicar a pobreza.

”



MATTHEW GOVIER, Accenture Strategy

Além da Favela Marte, o Gerando Falcões fechou mais três parcerias para transformar comunidades. Em junho, a ONG assinou um termo de cooperação com a prefeitura de Maceió para implementar o projeto na comunidade Vergel do Lago. Em julho, Lyra firmou um protocolo de intenções com o prefeito do Rio Eduardo Paes, para iniciar o Favela 3D no Morro da Providência, no Rio de Janeiro, a favela mais antiga do Brasil. E recentemente o Favela 3D chegou à favela Boca do Sapo, localizada em Ferraz de Vasconcelos, bairro da Zona Leste de São Paulo.

Segundo Lyra, atualmente estas localidades passam pela fase de diagnóstico, para identificar os principais desafios das comunidades e priorizar as soluções mais urgentes. “Com base nesta avaliação, vamos definir um desafio inicial a ser desenvolvido e a partir da conceituação e formulação do desafio, vamos solucionar os problemas e aplicar os insights obtidos nas pesquisas”, destaca.

Diretor executivo da Accenture Strategy na América Latina, **Matthew Govier**, afirma que o Favela 3D é um grande marco para decretar o fim do ciclo de pobreza no Brasil, com um olhar completo na vida das pessoas que moram nestas comunidades, priorizando infraestrutura, educação, saúde, empreendedorismo e geração de emprego.

“É uma ideia bastante ambiciosa, mas que precisa ser priorizada para que se concretize” defende Govier. Para o executivo, a causa precisa unir governos, empresas, startups e sociedade civil para erradicar a pobreza. “O Gerando Falcões está bem-posicionado para impactar positivamente nesta área”, aponta.

Nos primórdios do projeto, a Accenture teve a missão de desenhar a estratégia do Favela 3D, em parceria com o Instituto Tellus, além de acompanhar resultados do marketing e comunicação da iniciativa. O trabalho da Accenture foi feito de forma voluntária (pro bono) e deve permanecer no mesmo formato nos próximos anos. “Embarcamos nessa missão contagiados pelo compromisso e a maneira visionária com que a Gerando Falcões aborda a questão das favelas”, aponta o executivo.

Para Hugo Bethlem, que também é mentor voluntário da Gerando Falcões, o trabalho do Edu Lyra com o Favela 3D reforça os primórdios do Capitalismo, que garante oportunidades iguais para todos poderem competir e empreender. Ele cita que quando olhamos para o passado, há 240 anos, Adam Smith, um filósofo do liberalismo, já defendia que a riqueza de uma nação se definia pelo grau de liberdade do seu povo. Liberdade para empreender, tirar a família da miséria, gerar riqueza e bem-estar com dignidade e inclusão social.



MAURO RODRIGUES DA CUNHA, brMalls

“

Edu Lyra tem o mérito de fazer as pessoas se desafiarem, se perguntarem se é possível. A meta é viável, se todos os diversos atores da sociedade colaborarem. É a pré-condição para chegarmos lá.

”

Embora seja uma meta ambiciosa, mandar a pobreza da favela para o museu, Bethlem defende que o sonho de Lyra é possível de cumprir, se todos na sociedade fizerem uma pequena parte. Ele acredita que o grande caminho para os moradores das favelas é empreender, não apenas para seus vizinhos, mas também para fora da comunidade. “Serão necessárias muitas parcerias com empresas bem-sucedidas para auxiliar nessa alavancagem, demandando seus produtos e serviços”, defende.

EDU LYRA: FUTURO NOBEL DA PAZ?

A tarefa de levar o Favela 3D para todas as comunidades brasileiras e erradicar a pobreza antes que Elon Musk colonize Marte, não é uma tarefa simples, segundo os especialistas consultados pela reportagem. É uma missão para falcões.

Para **Mauro Rodrigues da Cunha**, membro do Conselho de Administração da brMalls, que participa de um curso de ESG da Gerando Falcões, o objetivo é ambicioso, mas não poderia ser de outra forma. “Edu Lyra tem o mérito de fazer as pessoas se desafiarem, se perguntarem se é possível”, comenta. Segundo Mauro, a meta é viável, se todos os diversos atores da sociedade colaborarem. “É a pré-condição para chegarmos lá”, afirma.

Rebecca Tavares, CEO da BrazilFoundation, acredita que colocar um prazo para pôr um fim à desigualdade e pobreza nas favelas é uma meta audaciosa, mas totalmente possível com parcerias público-privadas para melhorar e estimular a economia a nível local. Além de acreditar na missão de Lyra, a BrazilFoundation se tornou uma grande apoiadora dos projetos da Gerando Falcões. Rebecca conta que a ONG já recebeu o aporte financeiro e técnico da instituição, assim como de outras organizações que integram a rede. Recentemente, foi criado o Fundo Gerando Falcões da BrazilFoundation, que cuidará da distribuição de todos os recursos captados por Lyra nos Estados Unidos.

O empreendedor social será homenageado pela Brazil Foundation, no dia 28 de outubro no jantar anual da instituição em Nova York. “Escolhemos Edu Lyra, por seu perfil como líder social, que começou com um empreendimento pequeno e hoje atua em todo o Brasil atendendo milhares de famílias em favelas do país todo”, cita Rebecca. Para ela, Lyra soube aproveitar as oportunidades sociais e expandir sua atuação para melhorar a vida da parcela mais pobre da população brasileira que vive na favela.

Além da BrazilFoundation, Lyra conta, em sua rede, com o apoio de grandes nomes do PIB brasileiro. Segundo o empre-

“

Colocar um prazo para pôr um fim à desigualdade e pobreza nas favelas é uma meta audaciosa, mas totalmente possível com parcerias público-privadas para melhorar e estimular a economia a nível local. Além de acreditar na missão de Lyra, a BrazilFoundation se tornou uma grande apoiadora dos projetos da Gerando Falcões.

”



REBECCA TAVARES, BrazilFoundation

endedor social, a rede Gerando Falcões tem 2 mil doadores recorrentes na plataforma e um ecossistema com mais de 180 empresas que aportam recursos de diversas formas, desde projetos que garantem a dedução do imposto de renda delas, programas de tecnologia e capacitação de jovens, ou a criação de produtos com o lucro destinado para a Gerando Falcões.

Para transformar a pobreza da favela em peça de museu, Lyra montou um time ‘peso-pesado’ de investidores com posições no *board*, o que garante a sustentabilidade financeira de toda a operação e viabiliza a caminhada de longo prazo, segundo o empreendedor social. Entre os ilustres conselheiros estão expoentes do PIB brasileiro, como: Elie Horn (Cyrela) Flávio Augusto (Wise Up), Guilherme Benchimol (XP), Rubens Menin (MRV), Carlos Wizard (Grupo Sforza), Ana Maria Diniz (Península Participações), André Gerdau (Grupo Gerdau), Eugênio Mattar (Localiza), entre outros.

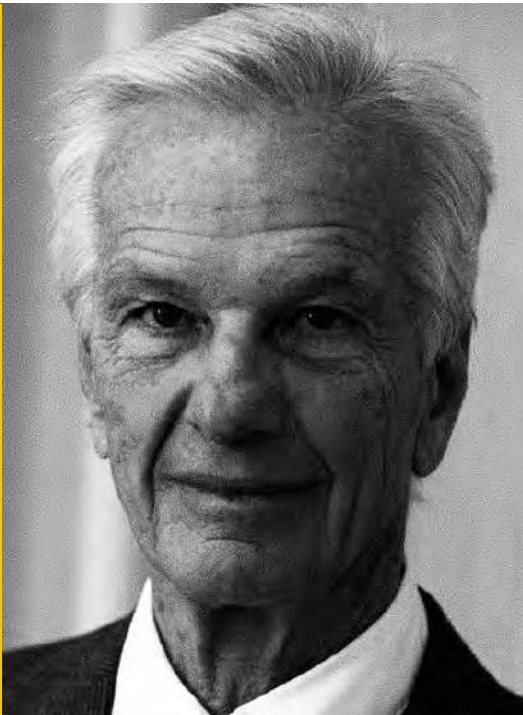
Sem contar o seu principal fã, o empresário **Jorge Paulo Lemann**, que já declarou publicamente o seu apoio a Lyra inúmeras vezes e até apontou durante o recente jantar beneficente em Nova York, que Lyra pode ganhar o Nobel da Paz se conseguir resolver os problemas das favelas do Brasil, com seu projeto Favela 3D. “Acredito no Edu Lyra como empreendedor competente e tento apoiá-lo nos seus projetos.

Mas como todo bom empreendedor ele decola e voa por conta própria”, afirmou Lemann à Revista RI.

Guilherme Benchimol, CEO e fundador da XP, também apontou à RI que está convicto que Edu Lyra é um dos mais importantes líderes de toda uma geração que está transformando o país para melhor e o citou como um exemplo de empreendedorismo social no mundo todo. “O impacto que ele gera é transformacional. O Edu toca no coração das pessoas e pode inspirar milhões de brasileiros a buscar soluções que geram lucro social”, cita. Para Benchimol, o que vai liberar o Brasil e transformá-lo no país que tanto sonhamos é aumentar o número de empreendedores, porque são eles quem inovam, contratam e fazem a economia girar dentro dos seus ecossistemas. “Sem dúvida, o Edu traduz isso de uma forma única”, reforça.

PRODUTOS SOCIAIS

Em agosto último, Edu Lyra, anunciou **Taís Araújo** como sua nova head de produtos sociais. O propósito da atriz e apresentadora é colaborar na cocriação e desenvolvimento de produtos e projetos que causem impacto social, desde o início da concepção até o fechamento de ações em áreas como comunicação, parcerias, educação e marketing, entre outras áreas. “Estamos extremamente honrados em ter a Taís no nosso time de falcões. Em seus trabalhos, ela estimu-



JORGE PAULO LEMANN

“

Acredito no Edu Lyra como empreendedor competente e tento apoiá-lo nos seus projetos. Mas como todo bom empreendedor ele decola e voa por conta própria. Se conseguir com seu projeto Favela 3D resolver os problemas das favelas do Brasil, ele pode ganhar o Nobel da Paz.

”

la debates sobre tabus sociais e defende a bandeira da igualdade de gênero e raça em diversos setores da sociedade. Esse posicionamento está alinhado ao da Gerando Falcões: de derrubar muros e construir pontes entre o negro e o branco, o rico e o pobre, a favela e os bairros nobres. Por isso, ninguém melhor do que ela para colaborar no desenvolvimento de nossos produtos e projetos sociais”, destaca Lyra.

“Faz muitos anos que eu tenho envolvimento com projetos sociais, mas nada muito diretamente. E eu sempre tive muito desejo de ter um trabalho meu. Mas chegou um momento em que me dei conta de que já existem muitas ONGs. Eu não preciso inventar a roda. O que é preciso é fazer a roda girar, talvez numa velocidade mais intensa, mais rápida. E pensei: ‘Qual a contribuição que eu posso dar para isso?’, conta Taís. “Ao pesquisar sobre projetos sociais, eu encontrei a Gerando Falcões, conversei muito com o Edu, e fiquei encantada com toda logística e organização de produção do trabalho deles. Pedi um emprego na organização e ganhei! Hoje sou head de produtos sociais. Estou muito animada”, completa.

A primeira ação da atriz como colaboradora da Gerando Falcões foi a participação em um filme publicitário, produzido com apoio do banco BV, que pretende incentivar e promover o bazar-escola, iniciativa da ONG que arrecada doações

de móveis, eletrodomésticos, livros, roupas e calçados para serem vendidos a preços mais baixos que os tradicionais na unidade física da organização em Poá (SP) ou na loja online. A participação, também inclui reuniões mensais entre a colaboradora e a diretoria da Gerando Falcões, além de imersões presenciais de Taís nas favelas nas quais a ONG atua.

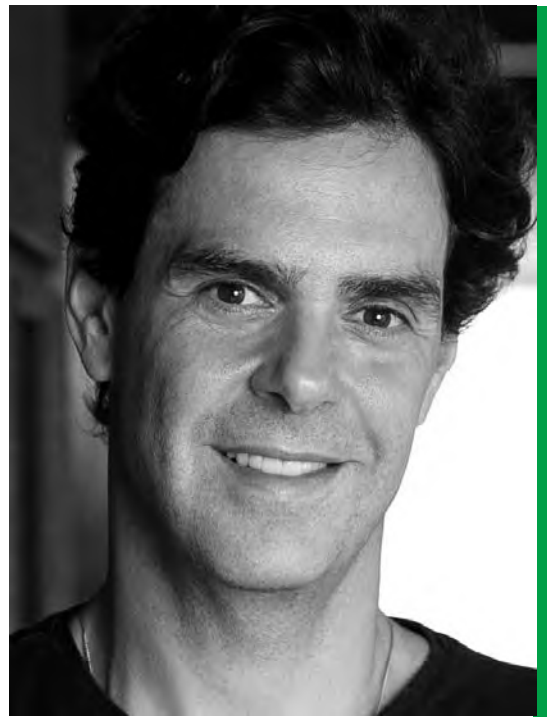
PODER PÚBLICO

Na esfera política e poder público, Lyra também encontra apoiadores, é o caso da ex-vereadora de São Paulo, pesquisadora e ativista, Soninha Francine que acredita na missão do empreendedor social de erradicar a pobreza. Segundo Soninha, se não acreditarmos não nos empenharemos. “Se desacreditarmos dessa possibilidade, vamos queimar na largada. Mas o Edu Lyra já disparou e ele não corre sozinho”, afirma. Para Soninha, acreditar no Favela 3D será o ingrediente fundamental para mover mundos e fundos, e empreender em tamanha jornada.

Na visão dela, o segredo para Lyra diminuir a distância de 9 gerações entre a favela e a Faria Lima, está na moradia. Soninha defende que esse é o item mais difícil de se conquistar pelo próprio esforço e depende do apoio que ele conseguir envolvendo o poder público. “As pessoas podem até se virar para comer, estudar, ter acesso a tecnologia de ponta, mas um lugar decente para morar, com água encanada, es-

“

Edu Lyra é um dos mais importantes líderes de toda uma geração que está transformando o país para melhor, e é um exemplo de empreendedorismo social no mundo todo. O impacto que ele gera é transformacional. O Edu toca no coração das pessoas e pode inspirar milhões de brasileiros a buscar soluções que gerem lucro social.”



GUILHERME BENCHIMOL, XP

goto tratado, ventilação, cômodos em número suficiente, bem localizado e bem servido de serviços urbanos básicos, é algo que só pode ser garantido com forte envolvimento do Estado”, aponta.

Ela reforça que sem moradia digna, alguns segmentos da sociedade são bem-sucedidos enquanto os pobres ficam mais excluídos, precisando se mudar cada vez para mais longe. “A distribuição mais equitativa do acesso ao solo urbano valorizado é crucial para as pessoas não se espremerem em ilhas (ou continentes) de miserabilidade”, comenta.

“F” DE FALCÃO E “S” DE SOCIAL

A capacidade de mobilização sempre fez parte do DNA de Edu Lyra, quando começou a empreender aos 23 anos e escreveu seu primeiro livro “Jovens Falcões”, conseguiu reunir um time de 50 jovens para vender os exemplares na periferia e na favela por R\$ 9,90. E, com os recursos, arrecadados de porta em porta, ele fundou a ONG Gerando Falcões em 2011.

Anos depois seria esse mesmo espírito que o levaria a reunir grande parte do PIB brasileiro entre seus apoiadores. Mas não é um mistério que a sua grande inspiração foi a **D. Maria Gorete**, sua mãe, que incansavelmente lhe lembrava: “Não importa de onde você vem, mas sim para onde você vai”.

Em entrevista à Revista RI, D. Maria Gorete apontou que a principal lição que ela passou ao filho foi a da superação. “Desde o nascimento, e ele já crescido, tivemos que superar juntos a falta do que comer, do que vestir e até casa para morar. Sabemos o que é superar e empreender em meio às dificuldades da vida”, conta.

Forjado na força dos falcões, foi assim que surgiu Edu Lyra. Hoje, vivendo em condições melhores, D. Maria Gorete continua sendo sua principal rocha, ela aconselha outras mães das comunidades e favelas à nunca desistirem dos seus filhos e dos objetivos deles, que pode mudar em 360 graus uma vida.

“Acredito que será possível levar a pobreza das favelas para o museu antes de Marte ser colonizado. Se todos se engajarem, pegarmos na ponta da corda e segurarmos até o final, isso será possível”, afirma ela.

Para pegar a ponta da corda e segurar com firmeza, um pilar se faz necessário: o Social. Recentemente, com o apelo de investidores e consumidores as tendências ESG (ambiental, social e de governança), o S de social vem ganhando mais espaço. Mesmo que pareça papo apenas de empresas e de mercado financeiro, são os Empreendedores Sociais os grandes propulsores desta mudança. Mais “Edus”, espalhados ativamente pelo Brasil.

**TAÍS ARAÚJO**

“

Ao pesquisar sobre projetos sociais, eu encontrei a Gerando Falcões, conversei muito com o Edu, e fiquei encantada com toda logística e organização de produção do trabalho deles. Pedi um emprego na organização e ganhei! Hoje sou head de produtos sociais.

”

Para Rebecca Tavares, da BrazilFoundation, o trabalho desenvolvido pela Gerando Falcões se encaixa perfeitamente no pilar social e no desenvolvimento de lideranças a nível local. “Essas lideranças sociais são agentes capazes de construir comunidades mais fortes, fortalecendo a democracia, a educação e a economia de uma região”, defende.

Bethlem, do Capitalismo Consciente, defende que quando se fala de ESG, é necessária uma contextualização de que os pilares Social, Ambiental e de Governança não são apenas objetivos e sim práticas diárias. Em relação ao pilar Social ele defende que não devemos cuidar apenas do “S” externo às empresas, ou seja, a comunidade, e sim do interno, garantindo dignidade aos colaboradores, fornecedores e clientes. “Sem garantir o “S” interno, não será possível a existência do olhar social externo tão importante na filantropia”, afirma.

Para ele, empreendedores sociais como Edu Lyra podem mudar um problema profundo da sociedade brasileira: a maximização da riqueza priorizando a individualidade. “Não adianta apenas reclamar, para garantir um futuro para todos, precisamos construir um ambiente onde todas as pessoas sejam capazes de trabalhar com dignidade, cuidar delas mesmas e suas famílias, e as economias progridam”. A Gerando Falcões levando um pouco desse olhar de pluralidade às empresas e executivos.

Recentemente, a GF lançou um curso de ESG para potencializar o tema junto às empresas, com um dos co-fundadores da Gerando Falcões, **Lemaestro** no comando. O objetivo é abordar temas relacionados a responsabilidade social, inovação no terceiro setor e como as empresas podem criar soluções no combate à desigualdade.

O curso que tem duração de três meses, e está em andamento, conta ainda com um módulo de expertise de favela, onde são apresentadas aos empresários as boas práticas de inovação, criatividade e empreendedorismo produzidas na escassez. Um dos participantes do curso é Mauro Rodrigues da Cunha, membro do Conselho da brMalls, que enxergou no programa ESG da Gerando Falcões, uma oportunidade única de acelerar as reflexões necessárias para implementar uma real cultura ESG, com foco no pilar social.

Mauro contou à RI que uma das experiências mais importantes foi a visita ao Morro da Providência, favela do Rio de Janeiro, que permitiu aos empresários ter um contato direto e sincero com as pessoas conectadas na realidade social dessas comunidades. “A imersão foi apenas o primeiro passo, mas abriu nossos horizontes para buscar um entendimento

“

A principal lição que passei ao meu filho foi a da superação. Desde o nascimento, e com o Edu já crescido, tivemos que superar juntos a falta do que comer, do que vestir e até casa para morar. Sabemos o que é superar e empreender em meio às dificuldades da vida.

”

maior, inclusive que o engajamento corporativo pode sim fazer a diferença mesmo diante de problemas que, olhando de fora, parecem intratáveis”, defende.

Segundo Edu Lyra, com uma década de história, a Gerando Falcões acredita que os próximos dez anos serão vitais para implantar métodos e soluções que unam a expertise da favela, setor privado, políticas públicas com a finalidade de gerar uma transformação sistêmica no país.

UMA DÉCADA DE IMPACTOS

Fundada em 2011, a Gerando Falcões completou uma década de história, com 1.545 favelas impactadas em 23 estados, totalizando 205.245 pessoas beneficiadas. A Gerando Falcões também conta com 138 ONGs no seu ecossistema.

A meta, segundo Lyra, é até 2023 desenvolver 3.342 líderes, acelerar 100 unidades e impactar mais de 10 mil favelas. Para este objetivo, a ONG utiliza um plano estratégico elaborado com auxílio de um dos seus principais parceiros: a Accenture, que desde 2016 passou a atuar lado a lado com a Gerando Falcões.

Segundo Matthew Govier, diretor executivo da Accenture Strategy, nos últimos cinco anos, foram implantados mais de 15 projetos na Gerando Falcões, ampliando o impacto que a ONG já tinha em comunidades no entorno da sua sede em Poá, São Paulo, para outros estados. “O Edu Lyra e as lideran-



MARIA GORETE BRITO LYRA

ças da organização sempre tiveram uma visão muito inspiradora e, desde que o projeto nasceu, a nossa parceria é de longo prazo”, comenta. Entre os projetos mais marcantes da primeira década do Gerando Falcões, Edu Lyra cita:

- O Bazar: A iniciativa que foi inaugurada em 26 de novembro de 2020, contou com uma doação inicial de R\$ 500 mil do Guilherme Benchimol, para criar um bazar que funcione com base da economia circular. Todos os produtos novos e usados doados à ONG, são colocados à venda até 70% mais baratos do preço de mercado, permitindo o acesso a bens de consumo para a população de baixa renda. Os ganhos arrecadados são reinvestidos em programas de transformação nas favelas e periferias. Além destes dois benefícios, a Gerando Falcões capacitou jovens para participar das oficinas do Bazar e aprender e ganhar uma experiência de trabalho. Eles passam por um treinamento de 6 meses, onde aprendem sobre trabalho em equipe, empreendedorismo, assertividade, supervisionados por uma equipe da área pedagógica e psicológica.

- O Favela-X: plano para acabar com a pobreza das favelas antes de Marte ser colonizado por Elon Musk. Lyra traçou um paralelo com o programa utilizado no Space-X de Musk, aplicando tecnologia e estratégias para colocar a pobreza no museu. O Favela-X está sempre em busca de doadores recorrentes, voluntários e colaboradores para a rede de ONGs da Gerando Falcões.

- **Falcons University:** é uma universidade da favela para a favela, que trabalha com 10 pilares do Banco Nacional Comum Curricular, com destaque para o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. Por meio deste programa, a Gerando Falcões desenvolve novos líderes para interromper o ciclo de pobreza intelectual, emocional e técnica. O programa tem duração de 6 meses e é gratuito, destinado também para a formação de líderes com mais de 20 anos que terão o objetivo de expandir e melhorar a estrutura de outras ONGs nas comunidades, para solucionar a desigualdade do país.

Segundo Govier, da Accenture, o objetivo é replicar o sucesso alcançado pela Gerando Falcões democratizando esse conhecimento para os jovens. “Eles deixam de ser executores de impacto e se tornam orquestradores capazes de conectar e compartilhar estratégias, metodologias e aprender com essa rede de líderes sociais”, diz. A Accenture participou do projeto com a criação de trilhas de aprendizagem, recomendações tecnológicas. E durante a pandemia, foi criado o aplicativo Gerando Educação para que jovens atendidos pelas oficinas continuassem recebendo conteúdo e se preparando a distância. Cerca de 10 mil jovens foram conectados pelas aulas online. Dentro do trabalho educacional, a Falcons University também contempla um curso de ESG para empreendedores sociais e empresários, com carga de 125 horas e duração de 3 meses.

- **Programa de Aceleração:** tem o objetivo de potencializar o trabalho de ONGs de alto impacto na Gerando Falcões durante quatro anos. As organizações escolhidas recebem apoio financeiro, mecanismos de desenvolvimento institucional, gestão e metodologia. As unidades aceleradas são escolhidas por meio dos líderes formados na Falcons University.

Além destes programas tem o **Favela 3D**, citado no começo desta reportagem, o **Crédito Social** que teve como parceiro o Banco BTG e um aporte de R\$ 3 milhões para conceder crédito a microempresários da rede Gerando Falcões com taxa de 6% ao ano. E o **Corona no Paredão**, com doação de 400 mil cestas básicas digitais e um valor de R\$ 25 milhões. Este valor foi distribuído por meio de um cartão refeição, no valor de R\$ 100, para as pessoas comprarem produtos de sua necessidade, movimentando a economia de suas comunidades, durante o período de três meses.

O movimento inspirou também os funcionários da Accenture, que arrecadaram 10 mil cestas em menos de 1 semana. “A história fez tanto sucesso que chegou a nossa presidente global Julie Sweet, que fez uma doação de US\$ 5 milhões destinados a auxiliar pessoas no Brasil, uma boa parte desse fundo foi destinado a compra de cestas da Gerando Falcões”, lembra Matthew Govier.

O QUE ESPERAR DA PRÓXIMA DÉCADA?

Após uma década intensa de trabalho, a Gerando Falcões já se prepara para os próximos dez anos que podem ser os mais decisivos de sua história de erradicar a pobreza e desigualdade. Para isso, a Accenture já se encontra preparando um novo plano estratégico que deve usar a expertise adquirida pela Gerando Falcões como referência no terceiro setor brasileiro.

O objetivo, segundo Govier, é ter um sonho grande que desafie a organização e guie os esforços da Gerando Falcões na próxima década, um sonho que seja do tamanho dos desafios sociais do Brasil.

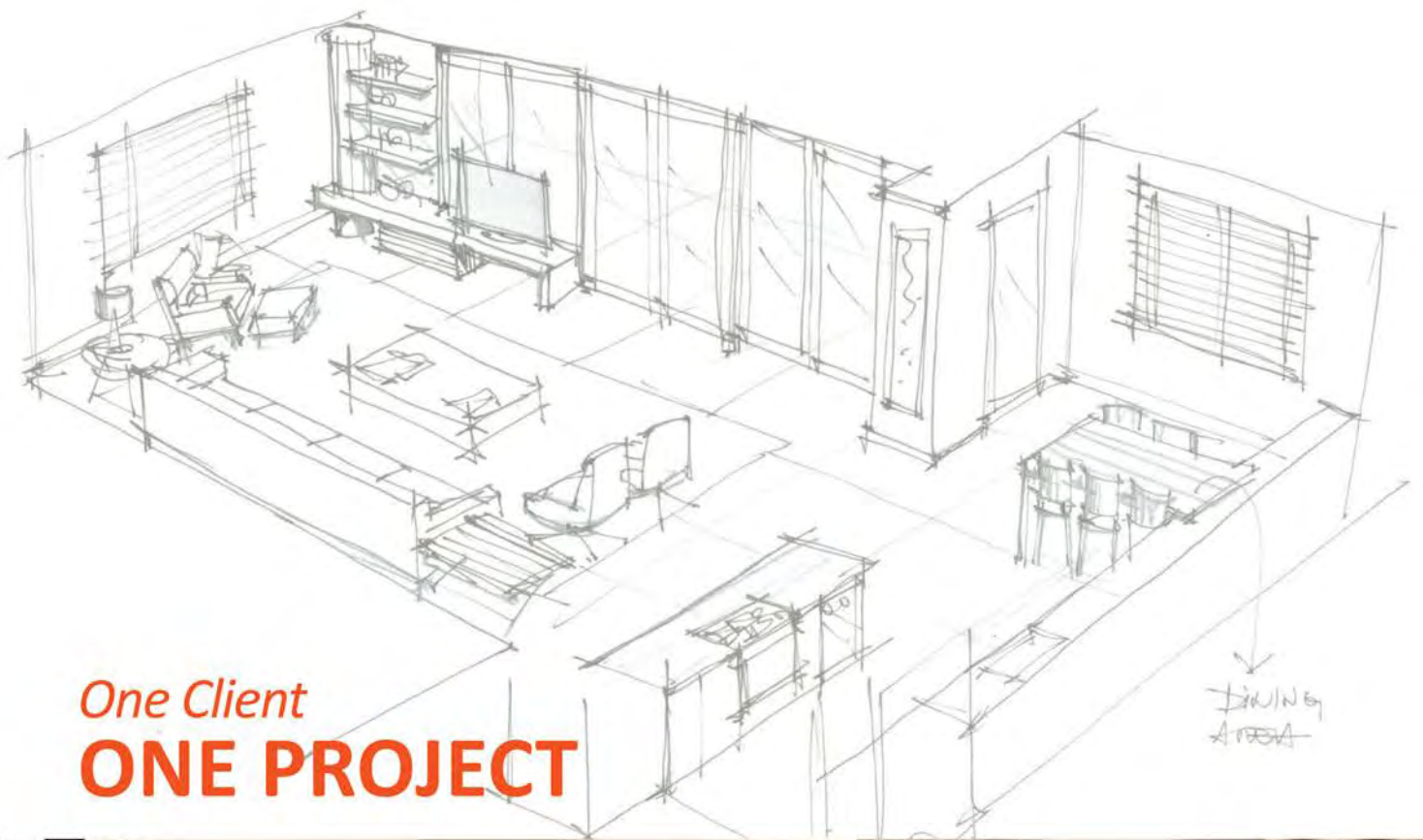
Para o diretor executivo de Accenture, entre estes desafios sociais, se encontram: melhorar a educação para gerar mais oportunidades para as pessoas, preparar as favelas e comunidades para ter empregos do futuro, levar inovação e tecnologia para alavancar soluções, enquanto problemas básicos como a fome também são contemplados.

Olhando para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), Govier cita que a estratégia da Gerando Falcões da última década já contemplava a ODS 1 (Erradicação da Pobreza), ODS 10 (Reduzir as Desigualdades), ODS 3 (Educação de Qualidade) e ODS 8 (Trabalho Digno e Crescimento Econômico). Todos estes objetivos também estão presentes no projeto mais ambicioso, o Favela 3D.

Além destes, ODS relacionadas a Pluralidade e Diversidade, como a ODS 5 e a ODS 2 (Erradicação da Fome) permeiam a estratégia da ONG. “A ODS 17 relacionada a parcerias também é vital para mobilizar outras organizações do terceiro setor, setor público e empresas”, comenta Govier. Ele afirma que o planejamento estratégico da próxima década deve continuar contemplando estes objetivos de desenvolvimento, mas com mente aberta para novos caminhos e prioridades.

Um deles será levar a inovação digital às favelas como alavanca de redução de pobreza e desigualdade. “Uma das novas frentes de trabalho com a Gerando Falcões será conectar a favela com tecnologias de ponta desenvolvidas no Brasil e no mundo”, apontou Govier, da Accenture. Desta forma, mais pessoas serão conectadas com oportunidades de renda na economia digital.

Com todas essas prioridades na visão do falcão Edu Lyra, quem será que decola antes? O Elon Musk ou o olhar social dos brasileiros? A resposta é um compromisso de todos nós. **RI**



One Client
ONE PROJECT



INPLUS
 interior design

+ 1 212 319 6785
 853 Lexington Ave #2F
 New York, NY 10065
www.inplusinc.com

DIVERSIDADE, INCLUSÃO & EQUIDADE

UM IMPERATIVO ESTRATÉGICO
ÀS ORGANIZAÇÕES



As sociedades e a natureza das instituições contemporâneas, num mundo altamente globalizado, interconectado e tecnológico, são caracterizadas pela complexidade e evidência das diferenças. As organizações são compostas de equipes cada vez mais heterogêneas, em termos de raça, etnia, gênero e outros grupos culturalmente diversos, tanto pelo acesso facilitado a colaboradores de diferentes origens, como pela necessidade de dar conta dos novos desafios impostos. A diversidade pode contribuir, porém esse movimento não acontece de maneira fluida, célere, e os envolvidos passam por desafios de integração, pertencimento e reconhecimento.

por **DEBORAH WRIGHT, CECILIA ANDREUCCI CURY, HENRI VAHDAT e RICARDO LAMENZA ALZOGARAY**

A temática ganhou força, por meio da consolidação do conceito econômico *Triple Bottom Line*, o engajamento dos detentores de capital e com a adoção do ordenamento ESG (*Environment, Social, Governance*), acelerando as práticas e a urgência da questão, incluindo a diversidade no seu pilar “S”.

Falar de diversidade é entrar em “um campo minado” repleto de sensibilidades, tomadas de posição, nomenclaturas, contextos históricos, responsabilidades sociais e econômicas.

Mas também é vislumbrar oportunidades de geração de valor para organizações e países. E é nesse ponto que o tema se articula ao exercício da estratégia.

Há, naturalmente, um bom caminho a ser percorrido até o pleno reconhecimento e valorização das diversidades, mas suas raízes históricas e desenvolvimentos recentes evidenciam que se trata de um processo global e inexorável.

“

A temática ganhou força, por meio da consolidação do conceito econômico *Triple Bottom Line*, o engajamento dos detentores de capital e com a adoção do ordenamento ESG (*Environment, Social, Governance*), acelerando as práticas e a urgência da questão, incluindo a diversidade no seu pilar “S”.

”

UMA TRÍADE CONCEITUAL PARA UM ASSUNTO COMPLEXO

A temática entrou sob os holofotes e três conceitos são amplamente utilizados e, eventualmente, empregados de modo equivocado como sinônimos: diversidade, inclusão e equidade (DIE).

Diversidade *“é um fenômeno social caracterizado pelas distinções das pessoas a partir de suas diferentes pertencas grupais em um contexto determinado”*. Esses grupos podem, ou não, ser minorias sociais, mas o são no universo observado.

Enquanto a diversidade deriva de uma mistura de perfis demográficos, habilidades e experiências, a inclusão desbloqueia o potencial da força de trabalho diversificada. Passa por justiça e respeito, valorização e pertencimento.

Equidade *implica oferecer igualdade de oportunidades*. Em alguns momentos, pode ser necessária a flexibilização de algumas regras e exigências para garantir o acesso de todos às boas oportunidades. Desigualdades são inevitáveis e tratamentos iguais, sem ponderar as diferenças da força de trabalho, podem resultar em uma solução simplista que acaba por cristalizar a desigualdade para aqueles que se encontram numa situação desfavorável.

É importante ressaltar que os três conceitos não devem ser vistos como um fim em si mesmos. Na realidade, são um meio para a organização exercer suas funções econômica e social.

COMO A DIVERSIDADE E A ESTRATÉGIA SE INFLUENCIAM

A formulação estratégica inclui duas facetas interconectadas e interdependentes: o pensar e o planejamento estratégico. O primeiro está ligado ao produto mental das competências cognitivas e aos repertórios profissional e sociocultural dos envolvidos no processo, que é favorecido por perfis diversos e complementares. Já o planejamento é a aplicação sistemática da estratégia pensada, que transforma ideias e soluções em planos de ação.

A homogeneidade pode conspirar contra o surgimento e a aceitação de ideias inovadoras, bem como impedir que riscos menos óbvios, associados à estratégia, às operações ou ao dia a dia – “pontos cegos” – sejam identificados e mitigados. Maior diversidade nos quadros profissionais oferece maior riqueza de pontos de vista, alternativas a serem exploradas e respostas de melhor qualidade aos desafios organizacionais. Ao provocar o dissenso estimula a criatividade e a inovação.



Falar de diversidade é entrar em “um campo minado” repleto de sensibilidades, tomadas de posição, nomenclaturas, contextos históricos, responsabilidades sociais e econômicas. Mas também é vislumbrar oportunidades de geração de valor para organizações e países. E é nesse ponto que o tema se articula ao exercício da estratégia.



Ao adotar o princípio da diversidade como um imperativo estratégico, empresas privadas, públicas e do terceiro setor aproximam a organização de suas partes relacionadas (clientes, fornecedores, comunidades), hoje crescentemente heterogêneas, adquirindo uma melhor compreensão das perspectivas, expectativas e necessidades e gerando novas formas de entregar valor e impactar positivamente esses públicos.

DIVERSIDADE E GERAÇÃO DE VALOR ECONÔMICO

Pesquisas recentes demonstram uma correlação positiva entre o nível de diversidade de uma organização – definido como porcentagem de mulheres e pessoas étnica ou culturalmente diversas, em posições de liderança – e sua performance financeira, medida em termos de EBITDA.

Uma pesquisa, por exemplo, revelou que o número de mulheres em conselhos, globalmente, dobrou na última década, alcançando a marca de 20,6%. Paradoxalmente, a presença de mulheres em posições executivas, nesse mesmo período, foi de apenas 5%. Identificou também uma correlação positiva entre a presença de mulheres na direção execu-

tiva das organizações pesquisadas e maiores retornos financeiros. Além de que, nas organizações em que a mulher está presente em posições executivas, há maior conscientização em relação a fatores ESG e aos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU.

Uma outra pesquisa apontou que empresas diversas são mais capazes de atrair talentos, melhorar a satisfação de seus funcionários – reduzindo conflitos e promovendo mais colaboração – tomar melhores decisões e fortalecer sua orientação aos clientes, criando um círculo virtuoso de retornos crescentes.

Embora não exista uma relação causal, dados estatísticos mostram que, quando comparadas a seus pares, companhias mais comprometidas em refletir, em seus quadros profissionais e nas suas posições de liderança – executiva e conselhos –, a diversidade das populações a que servem, apresentam uma capacidade de resposta mais ágil e criativa, uma melhor saúde organizacional, ampliando suas chances de ser mais bem-sucedidas.

Investidores institucionais relevantes já aderiram a políticas sólidas de DIE e as consideram um aval de qualidade do modelo de gestão de uma organização, algo imprescindível na hora de se decidir por um investimento e viabilizá-lo. Acreditamos que DIE possa constituir também um facilitador de acesso a capital.

O PAPEL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO NA AGENDA DA DIVERSIDADE

A atuação do Conselho deve estar centrada na agregação de valor à organização. Ele é o guardião da cultura organizacional e deve assegurar que haja a representatividade de modelos mentais diferentes, em todas as áreas e níveis da empresa. A diversidade essencial que o conselho almeja é a cognitiva, buscando-a de forma ampla, porém sempre atrelada às competências necessárias a cada função.

A primeira responsabilidade é conhecer em que ponto se encontra a organização e discutir, com coragem e abertura, aspectos dessa temática considerados relevantes para o negócio.

A segunda é ser capaz de articular uma visão – que incorpore DIE às estratégias de crescimento e de criação de valor da organização, traduzidas pelas funções econômica, ambiental e social – e, com o apoio da liderança executiva, disseminá-la para os níveis gerenciais, promovendo alinhamento e comprometimento.

A terceira é traduzir a visão em um conjunto integrado de iniciativas prioritárias, definir sua governança e adaptá-las às necessidades das unidades de negócios e/ou geografias em que a empresa opera. Se as mudanças desejadas forem iniciadas com o exemplo do conselho, passarão uma mensagem poderosa de força transformadora para o restante da organização.

A quarta é garantir que as conquistas alcançadas, em cada ciclo de implementação da agenda da DIE, se tornem parte permanente da cultura da empresa, mantendo o tema na sua agenda, acompanhando o seu progresso e cobrando resultados.

Concluindo, DIE deve ser incorporada aos valores dos líderes, integrar a estratégia da empresa, sendo articulada, comunicada e vivenciada no dia a dia. Trata-se de uma jornada, e conselheiros, líderes empresariais ou profissionais do mercado têm a missão de criar um legado e apoiar mudanças que terão influência positiva e duradoura. A formação de uma cultura organizacional apoiada na DIE, além de estratégica para a geração de valor, é urgente para a transformação e evolução da sociedade brasileira ainda marcada pela discriminação e desigualdade. **RI**

Nota: O grupo de autores deste artigo foi formado por membros da Comissão de Estratégia do IBGC: Deborah Wright (coordenadora), Cecília Andreucci Cury, Henri Vahdat e Ricardo Lamenza Alzogaray.

DEBORAH PATRICIA WRIGHT

é administradora de empresas pela EAESP-FGV, atuou como executiva diante 30 anos ocupando posição de presidente em empresas líderes de mercado. Desde 2017 participa do Conselho do Banco Santander do Brasil.
dw@deborahwright.com.br

CECILIA ANDREUCCI CURY

é doutora em Ciências da Comunicação (USP), mestre em práticas de consumo (ESPM) e Administradora de Empresas (PUC Rio). Conselheira Certificada (IBGC), atuando em diversos Conselhos e/ou Comitês - Guarapés Painéis S.A., Fora Oeste, O Boticário, SolPanamby e Gávea Angels.
cecilia@mercadologista.com.br

HENRI VAHDAT

é engenheiro elétrico pela PUC-RS com MBA executivo internacional em gestão de negócios pela USO/FIA/FEA e mestrado em administração de empresas pela PUC-SP. Possui mais de 25 anos de experiência no segmento de consultoria em gestão empresarial (EDS, E&Y, Andersen, Accenture e Deloitte). Atualmente é sócio da Lighthouse Consultoria. É membro especialista do Comitê de Gente e Gestão do Conselho de Administração da Estapar e membro do Conselho Consultivo da West Brasil Distribuidora de Lubrificantes.
henri.vahdat@lighthouse-advisory.com.br

RICARDO LAMENZA ALZOGARAY

é administrador de Empresas pelo Instituto Mackenzie e extensão executiva em gestão de negócios pela Duke University - The Fuqua School of Business. Tem 36 anos de experiência como executivo de multinacional atuando em diversos segmentos de negócios como Healthcare e Energia. Participou de Conselhos de Associações de classe como ABINEE, Abeeolica e é Diretor do DEINFRA da FIESP. Membro do Comitê de Auditoria e Riscos do Hospital Alemão Oswaldo Cruz e do CIEE além de conselhos consultivos de empresas familiares.
ricardo.lamenza@rilamconsultoria.com

EQUAÇÕES IMPOSTAS PELOS PRINCÍPIOS

ESG

DEFINEM PERENIDADE DAS EMPRESAS

Sustentabilidade é um tema que se impôs na agenda de prioridades da Abrasca nos últimos anos. O interesse crescente das associadas em participar dos inúmeros eventos promovidos para debater assuntos ambientais, sociais e de governança foi determinante, inclusive, para a entidade anunciar, em julho último, a criação da sua Comissão ESG. Cabe a essa comissão tratar de temas como riscos climáticos, métricas de avaliação, bônus ESG, inclusão e diversidade, entre outros.

por **EDUARDO LUCANO DA PONTE**

As empresas entenderam que, neste novo milênio, sustentabilidade se tornou elemento chave na estratégia corporativa. Não se trata de uma questão de modismo, mas de uma exigência cada vez maior dos *stakeholders* em todo o mundo. Na verdade, a exigência pelo mercado de informação sobre sustentabilidade vinha em processo crescente nos últimos anos e se acentuou recentemente.

Cada vez mais os grandes investidores tomam decisões com base nessas informações como vem alertando há algum tempo Larry Fink, CEO da BlackRock, a maior gestora de ativos no mundo. Ele inclusive faz uma recomendação direta em sua última carta: as empresas devem ser precisas e detalhadas em seus relatórios ESG.

Os investidores querem entender os planos das companhias para lidar com diversos riscos, principalmente os ambientais, assim como metas de políticas sociais, que envolvem colaboradores, fornecedores, clientes e a comunidade onde atua.

Em 2020, só os fundos exclusivamente ESG aplicaram cerca de US\$ 51 bilhões contra US\$ 20 bilhões em 2019. Se forem consideradas as aplicações de fundos que utilizam algum critério ESG os valores devem chegar ao trilhão de dólares, avaliam alguns analistas. Portanto, são fatores que justificam a atenção cada vez maior das empresas por governança e crescimento sustentável.

AS MÉTRICAS

Evidentemente que a questão já foi entendida como relevante para os negócios das companhias. Na prática, porém, não é simples mensurar e relatar uma política de sustentabilidade. Por exemplo, as métricas ESG geram grandes questionamentos e discussões na comunidade internacional.

O assunto é tão complexo que no final do ano passado, a Fundação IFRS lançou uma audiência pública para saber se deveria criar um *board* específico para tratar das informações ESG nas demonstrações financeiras. A Abrasca participou ativamente dessa discussão e na carta enviada ao IFRS manifestou a opinião de suas associadas sobre a relevância da instituição adotar métricas de sustentabilidade para o relato das empresas. A proposta é reunir dados de forma estruturada que poderão ser auditados e comparados, o que será de grande valor para empresas e acionistas.

Por que essa questão de métrica é tão importante? Segundo alguns pesquisadores existem mais de 600 métricas circulando no mercado, o que confunde mais do que facilita. Portanto, há urgência em uma uniformização para que as companhias possam utilizá-las e permitindo comparabilidade.

A questão inclusive ganhou espaço no Fórum Econômico Mundial, realizado em setembro de 2020, quando as quatro grandes firmas de auditoria e contabilidade globais (EY, PwC, KPMG e Deloitte) divulgaram um conjunto de métricas baseadas em padrões já existentes. O objetivo foi o de tentar acelerar a convergência entre esses padrões de forma a permitir comparabilidade e consistência ao reporte sobre sustentabilidade.

As métricas sugeridas partem de padrões como o do *Global Initiative Report*, o GHG Protocol, o *Sustainability Accounting Standards Board* (SASB) e o *Task-Force on Climate Related Dis-*



Por que essa questão de métrica é tão importante? Segundo alguns pesquisadores existem mais de 600 métricas circulando no mercado, o que confunde mais do que facilita. Portanto, há urgência em uma uniformização para que as companhias possam utilizá-las e permitindo comparabilidade.



clines (TCFD) e abordam princípios de governança, planeta, pessoas e prosperidade.

O “S” DE ESG

As barreiras que as empresas têm que superar para se enquadrarem na agenda ESG não param por aí. No início de setembro, a Comissão ESG da Abrasca promoveu webinar para discutir o tema ‘importância de equipes plurais’. Os debates mostraram que, de alguma maneira, o setor produtivo avançou muito nos princípios ambientais e de governança e muito pouco nos temas ligados à dimensão social da sustentabilidade.

Esses pontos não são novos: foram pautados na ECO-92, conferência da ONU sobre o meio ambiente que ocorreu no Rio de Janeiro em 1992. Foi naquele momento que a comunidade internacional admitiu claramente que era preciso conciliar o desenvolvimento socioeconômico com a utilização dos recursos da natureza.

“

O grande desafio atual é a sustentabilidade social, o S de ESG. A dimensão social inclui diversidade de raça, gênero e formação. Essa questão não se resolve simplesmente cumprindo uma meta ou um percentual. O objetivo está muito além. Implica em mudar a cultura da empresa. A tarefa não é fácil principalmente na sociedade brasileira que foi estruturada com base em diferenças entre ricos e pobres, brancos e negros, letrados e iletrados.”

O grande desafio atual é a sustentabilidade social, o S de ESG. A dimensão social inclui diversidade de raça, gênero e formação. Essa questão não se resolve simplesmente cumprindo uma meta ou um percentual. O objetivo está muito além. Implica em mudar a cultura da empresa. A tarefa não é fácil principalmente na sociedade brasileira que foi estruturada com base em diferenças entre ricos e pobres, brancos e negros, letrados e iletrados.

O presidente do Conselho Diretor da Abrasca, Luis Henrique Guimarães, ao falar no webinar da Abrasca sobre o tema reconheceu que o processo de inclusão não é simples de desenvolver em uma companhia. Destacou que vivemos em uma sociedade machista e com um sistema hierárquico arraigado em todos nós por gerações. Portanto, o primeiro desafio, disse ele, é vencer a barreira dos padrões tradicionais.

Guimarães acredita que esta mudança trará um reflexo econômico relevante para as empresas. “Equipes plurais têm a possibilidade de encontrar soluções bem mais criativas que equipes compostas por membros de formação cultural ideias e valores similares”, destacou.

MATERIALIDADE

Evidentemente que quando se fala em relato de uma política é preciso considerar a materialidade, o que, no trinômio ESG, ainda é complexo. Os especialistas recomendam uma avaliação sincera sobre o processo de produção e a materialidade de seus eventos. Recomenda também um olhar mais atento para o que está ocorrendo agora com o clima:

ondas de calor, geadas, secas e outros eventos climáticos no mundo já afetam os preços de alimentos e produtos com severos impactos sociais. Esses fatores, inclusive, fazem parte dos itens que explicam a alta da inflação no Brasil este ano.

Portanto os riscos, principalmente ambientais, quando se materializam se tornam difíceis de gerenciar e quantificar seus efeitos financeiros. Neste cenário, a discussão se enquadra em um contexto bem mais amplo, mas com um foco muito claro: a garantia de sobrevivência de uma companhia no longo prazo.

É com base nesse horizonte temporal que devem ser pautadas as discussões nos conselhos de administração. Estamos vivendo um processo de amadurecimento dos conceitos de gestão de riscos e sustentabilidade econômico-financeira. Os modelos de gestão com foco no retorno de curto prazo devem ser reconsiderados em prol de um novo, com foco na criação de valor no longo prazo para acionistas e demais *stakeholders*. **RI**



EDUARDO LUCANO DA PONTE
é presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA)
abrasca@abrasca.org.br



23° PRÊMIO ABRASCA relatório anual

**Conheça os melhores relatórios e práticas
de reporte corporativo.**

02 de dezembro de 2021

evento online

PATROCINADORES

blend**ON**

 **bradesco**

 **brf**

 **C&A**

 **DATEV**

 **ecoRODOVIAS**

 **ENGIE**

 **GERDAU**
O futuro se molda

ITAÚSA

 **Klabin**

 **mov(da)**
aluguel de carros

 **Multiplan**

 **PETROBRAS**

 **PÁTRIA AMADA
BRASIL**
GOVERNO FEDERAL

 **Valor**
ECONÔMICO

 **VIA**

REALIZAÇÃO

 **abrasca**

ORGANIZAÇÃO

 **SB Eventos**

PARCEIROS DE MÍDIA

 **ACIONISTA**
COMUNICAÇÃO

 **plurale**

 **RI**

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | ANBIMA | ANCORD | APIMEC BRASIL
FACPC | IBEF SP | IBGC | IBRACON | IBRADEMP | IBRI

Maiores informações (11) 3107-5557 / (11) 3104-1794

www.premioabrasca.com.br

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES NA AGENDA ESG

Uma característica da ECO-92 e da Rio+5 foi a ausência das instituições de mercado em geral. No Brasil, todos os louros para o Fundo Ethical do Banco Real, criado em 2001 com uma política de investimento classificado como de Responsabilidade Social. Outros termos já circulavam na época, Investimentos Socialmente Responsáveis, Investimentos Sustentáveis. Atualmente quando falamos em investimentos baseados nesses fundamentos, estaremos falando de Investimentos ESG.

por **EDUARDO WERNECK**

A realidade é que o Fundo Ethical marcou a presença dos princípios de sustentabilidade e o que assistimos desde então foi uma evolução lenta, porém constante. Ressaltamos ainda a criação dos níveis de governança corporativa em 2000/2001, do Índice de Sustentabilidade Empresarial, em 2005, ambos pela B3, e do *Principle of Responsible Investment* – UNPRI em 2006. Na verdade, o período 2000 a 2006 e depois a Rio+20, a criação dos ODS e o Acordo do Clima de Paris foram determinantes na evolução da Agenda.

Mas nesse período o que as instituições de mercado estavam fazendo? Falando da Apimec Brasil, sua atuação vem desde os anos 90, não de forma sistemática. Ela teve atuação importante na sistematização e difusão do Balanço Social.

Seminários setoriais do setor de papel e siderurgia. O melhor entendimento do Balanço Social, inspirou ao aprendizado de contabilidade ambiental, atualmente em estágio muito mais avançado. Elaborou pesquisa de conhecimento e engajamento em 2003, na época Responsabilidade Social usando técnica sofisticadas para a época, MaxDiff.

No Congresso de Apimec de 2008, introduzimos um painel sobre Investimentos socialmente responsáveis, outro sobre “A Nova Economia das Mudanças Climáticas” O que é isso? Um tema que não deixou de ser uma provocação pois estávamos em uma época de exploração no pré-sal em águas ultraprofundas. As instituições avançavam de forma pouco sistemática. Imaginem uma brilhante palestra da Embrapa

sobre o impacto das mudanças climáticas sobre a agricultura. Esta palestra fez parte de um ciclo de conferências de sustentabilidade que foram relevantes por causa da proximidade do Rio+20.

Em 2012, a Apimec se fez representar na Rio+20 em que no Summit e conviveu com não mais que 10 representantes. Pouco, não é? Mais adiante, promovemos o Ciclo internacional de Conferências ESG Latam no período 2014-2018, em parceria com o B3, EFFAS e depois PRI. Foi uma iniciativa importante pois fez parte da aproximação do mercado de capitais com o ambiente de sustentabilidade.

A última iniciativa foi “Os Diálogos ODS com o Mercado”, em parceria com o UNPRI. Consideramos os ODS um conjunto de objetivos que representam os alicerces da Nova Economia e tem muita importância na Agenda ESG e do clima. Aliás, o termo ESG nasceu de um projeto do Pacto Global.

Selecionamos algumas iniciativas, não todas, mas que denotam um momento, uma visão de futuro que exige uma nova organização, uma nova forma de enxergar o problema.

O mercado de capitais vive um dilema. Os investidores “exigem” retorno, muitos querem alfa agressivo. Mas para buscar alfas temos de nos apoiar em crescimento acima do PIB ou pressionando o próprio PIB a ter um comportamento acelerado. Existem muitos exemplos de países que viveram esses períodos, Japão, Coréia, Estados Unidos, China, Índia.

O problema é que os fatores ESG, principalmente o “E” de Meio Ambiente exigem um debate mais profundo sobre “Os Limites do Possível”, frase título do livro de André Lara Resende. Não adianta nos esquivarmos dessa discussão, pois não podemos imaginar um paradigma de crescimento ilimitado quando os recursos são finitos. É um ponto de vista fartamente comentado, mas não temos a solução para o problema. É possível que ela não tenha sido encontrada exatamente porque tratamos como um “quase axioma” no pensamento econômico contemporâneo.

Considerando-se assim a natureza do mercado de capitais temos de rever os fundamentos da relação entre meio ambiente e economia e para tal não basta explorar, mas preservar e igualmente importante priorizar a gestão de resíduos nas estratégias empresariais.

As questões ESG estão na pauta do mercado. Parece ter “caído a ficha” após a declaração do Larry Fink, CEO da BlackRock e a ocorrência da Pandemia em 2020. O mercado

“

Não dá para pensar que os 3Ps, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Investimentos Socialmente Responsáveis, ESG, ODS sejam tratados como modismo ou *greenwashing* de momento. Ao contrário, fazem parte de um processo que está em curso, a disrupção econômica baseada nos fatores classificados como ESG.

”

mudou, exponenciou ESG e por isso tornou-se importante ir além da discussão em eventos. As instituições estão se organizando para esse debate.

Não dá para pensar que os 3Ps, Responsabilidade Social, Sustentabilidade, Investimentos Socialmente Responsáveis, ESG, ODS sejam tratados como modismo ou *greenwashing* de momento. Ao contrário, fazem parte de um processo que está em curso, a disrupção econômica baseada nos fatores classificados como ESG.

A ciência econômica começou como ciência humana e mesmo assim relevou a segundo plano os direitos humanos. Quanto ao meio ambiente, bem, seu entendimento dependia da riqueza gerada e esse paradigma não mudou. Floresta em pé? Depende...

Como sempre tenho escrito e vou insistir, ESG faz parte de uma revolução microeconômica, já com preocupações macroeconômicas pelo impacto que as mudanças do clima estão gerando nos negócios. Enquanto continuamos a nos denominar como o país de maior biodiversidade do mundo, 17% da Amazônia, 1/3 do Cerrado e perto de 90% da Mata Atlântica já foram destruídas. Temos de 12 a 14% da água doce no mundo, mas 84% estão Norte e Centro Oeste, 3% no Nordeste e 13% no Sudeste/Sul. Estamos perto do ponto de não retorno.

Mas como chegamos a esse estado de coisas? Se partimos da base da economia ela evoluiu dos fatores de produção:

- **Terra** (pensamento = direito absoluto de extração de recursos naturais, sem preocupação com a destinação dos resíduos);
- **Trabalho** (economia baseada na divisão do trabalho convivendo com uma economia baseada no trabalho escravo);
- **Capital** (juros e lucros);
- **Capacidade Gerencial** (orientando a divisão do Trabalho);

para:

- **Meio Ambiente** (reconhecimento do uso e não uso da Natureza ou uso dos recursos associado à preservação da natureza e gestão dos resíduos);
- **Sociedade** (organização baseada nos direitos humanos e diversidade de gênero);
- **Capital** (financiando o sistema de produção e reconhecendo o lucro como um direito legítimo); e
- **Governança** ditando as bases do comportamento empresarial nos negócios e a transformação dos fatores de produção.

Essa mudança não pode ser considerada uma novidade dos últimos 30 anos. Uma mudança de tal magnitude no pensamento econômico dos últimos 300 anos tem um forte caráter disruptivo e não somente por transformações tecnológicas. Muitos economistas acham não ser possível, mas pensar dessa forma está ficando inviável para os negócios.

A agenda ESG é irreversível. A preocupação dos agentes reguladores com a agenda é um fato real. As ações regulatórias e autorregulatórias estão se desenvolvendo de forma concreta.

As instituições representativas do mercado estão acompanhando esse processo. Não será diferente na Apimec Brasil que está criando o Comitê ESG com o intuito de congregando seus públicos de associados, analistas certificados, analistas credenciados e especialistas convidados. O Comitê ESG estará ligado ao Conselho de Administração da Apimec e tratará de uma agenda extensa.



A agenda ESG é irreversível. A preocupação dos agentes reguladores com a agenda é um fato real. As ações regulatórias e autorregulatórias estão se desenvolvendo de forma concreta.



A Agenda ESG fará parte da agenda positiva da Apimec Brasil que tem por base o desenvolvimento das relações entre instituições, profissionais de investimentos e investidores. Entre os objetivos ressaltamos a importância da materialidade de eventos globais e setoriais, valuation ESG, gestão de riscos ESG, títulos mobiliários verdes, guia ESG para casas de análise e analistas, ações regulatórias e autorregulatórias etc.

O estágio atual da Agenda ESG das instituições está mais voltado para os investidores institucionais, mas o objetivo da Agenda Apimec envolve levar o tema para as pessoas físicas, considerando-se que o número de CPF's na B3 quintuplicou nos últimos 5 anos reflexo da queda da taxa de juros. Esse comportamento ainda foi turbinado pela longevidade e reforma da previdência que vão exigir dos investidores mais educação financeira e mais visão de longo prazo. Neste ponto o casamento entre pessoas físicas e investimentos ESG tem tudo para prosperar. **RI**



EDUARDO WERNECK

é presidente do Conselho de Administração da Apimec Brasil e diretor da Resultante ESG.
eduardo.werneck@apimec.com.br

evento 100% online



8º ENCONTRO ABRASCA DE

Direito das Companhias Abertas

22 a 25 de novembro

Confira as tendências e perspectivas do mercado

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCINADORES

blendON

BOCATER
Bocater, Camargo, Costa e Silva,
Rodrigues Advogados

2º CESC
BARRIEU

DATEV

madrone
advogados

PINHEIRO NETO
ADVOGADOS

Precisões

STOCHE FORBES
ADVOGADOS

TOZZINI FREIRE
ADVOGADOS

Valor
ECONÔMICO

PARCEIROS DE MÍDIA

ACIONISTA
ZOOMER

plu ale

RI

ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | ANBIMA | ANCORD | APIMEC BRASIL
FACPC | IBEF SP | IBGC | IBRACON | IBRADEMP | IBRI

Informações e inscrições (11) 3107-5557 nilsonjunior@abrasca.org.br www.encontrodedireito.com.br

FINANCIANDO RISCOS DE BIODIVERSIDADE

A EXPOSIÇÃO DE BANCOS BRASILEIROS AOS IMPACTOS À NATUREZA

Relatório do Banco Mundial indica que R\$ 811 bilhões da carteira de crédito dos bancos brasileiros estão expostos a riscos relacionados a biodiversidade. Se consideramos que, para evitar a materialização desses riscos, será necessário fortalecer os mecanismos de proteção dos biomas brasileiros, R\$ 664 bilhões estariam em risco já que seus beneficiários de crédito operam próximos a fronteiras de áreas prioritárias para biodiversidade. Nesse cenário, a consideração de aspectos do capital natural na avaliação de riscos de instituições financeiras se faz necessária, mirando, além da conservação do meio ambiente, a sustentabilidade econômica da sua atuação.

por **DANIEL CARVALHO**

Em setembro deste ano ocorreu o Congresso Mundial da Natureza, contando com representantes de mais de 160 países. Nesta ocasião, uma vez mais o governo brasileiro foi pressionado a **preservar a Amazônia e a biodiversidade do país**. O desmatamento e as Mudanças climáticas ameaçam a biodiversidade global, mas, especialmente na Amazônia, essas ameaças podem reverberar em todo o mundo. Lar de cerca de 20% da biodiversidade global e com expressiva influência a regulação do clima mundial, o bioma amazônico vem sendo pressionado pela produção agrope-

cuária e mineradora. De acordo com análise do Banco Mundial, em um cenário de manutenção das práticas atuais, o Brasil perderia 6,5 milhões de hectares de floresta nativa entre 2021 e 2030. Nos últimos 50 anos, 17% da floresta amazônica já foi perdida segundo avaliação da WWF e, uma perda adicional de 20% a 25% no bioma restante, **faria com que chegássemos ao ponto de inflexão da Amazônia**. Em outras palavras, chegaríamos a um ponto em que seria impossível revertermos os danos já causados e voltarmos ao estágio de conservação atual do bioma.

Dada a urgência do tema, em junho deste ano, foi lançado o escopo e o plano de ação da TNFD (Força-Tarefa para Reportes Financeiros Relacionados a Natureza, sigla em inglês). Esta iniciativa vem na esteira da sua irmã climática mais consolidada, a TCFD (Força-Tarefa para Reportes Financeiros Relacionados ao Clima, sigla em inglês), e surge da necessidade do setor financeiro de entender a quais riscos e oportunidades relacionados a natureza e biodiversidade estariam expostos, seja em seu portfólio de crédito ou de investimento.

Em um primeiro olhar sobre riscos relacionados a natureza do setor financeiro, é possível pensar que não há relação alguma. Contudo, olhando para fora dos muros das agências e escritórios de empresas do setor, surgem alertas sobre como estas organizações serão impactadas indiretamente, seja por conta de uma menor performance de companhias investidas ou pela reduzida capacidade de devedores honrarem com seus compromissos. Dessa forma, seguindo a taxonomia da TNFD, é importante entender que existem duas categorias de riscos relacionados a natureza: físico e de transição.

Primeiramente, os riscos físicos são aqueles relacionados aos impactos financeiros causados por alterações no capital natural. Ou seja, a perda e degradação de serviços ecossistêmicos pode danificar ativos e a infraestrutura de empresas, além de romper suas cadeias de suprimento. Mudanças na capacidade da natureza de prover serviços ecossistêmicos, como a proteção contra enchentes, polinização de culturas agrícolas e controle de erosão, impactam a operação de companhias e, ultimamente, trazem riscos ao setor financeiro. Um exemplo claro são as culturas alimentícias que dependem da polinização por animais, como o cacau e o café, estimando-se que cerca de 75% dessas necessitam deste serviço ecossistêmico. Outro exemplo, porém, menos claro, é a dependência de concessionárias de rodovias pela proteção a deslizamentos que a vegetação presente em encostas é capaz de prover.

O segundo tipo são os riscos de transição, os quais estão relacionados aos ajustes que precisam ser feitos a fim de tornar a economia mais sustentável. As potenciais perdas relacionadas a esses riscos vêm de alterações na nossa sociedade, como, por exemplo, pela adoção de regulações relacionadas a biodiversidade, mudanças de preferências de mercado, litígios e danos reputacionais. Ou seja, a capacidade dos tomadores de créditos em adaptar-se às mudanças necessárias no mercado para uma maior proteção da biodiversidade pode trazer riscos às instituições financeiras.



Atualmente, bancos brasileiros emprestam R\$ 811 bilhões para empresas que possuem dependência alta ou muito alta de serviços ecossistêmicos, ou seja, 46% dos empréstimos estão alocados a companhias sujeitas a potenciais perdas financeiras devido à disrupção de algum serviço ecossistêmico.



Nesse sentido, recentemente foi divulgado um relatório pioneiro pelo Banco Mundial, o qual busca entender a exposição das carteiras de crédito dos bancos brasileiros aos riscos relacionados à natureza. Desta maneira, buscou-se compreender como riscos de colapso de serviços ecossistêmicos (risco físico), ampliação de áreas de proteção ambiental e danos reputacionais (riscos de transição) podem impactar empresas que teriam maiores dificuldades em pagar os empréstimos providos pelos bancos do país.

Atualmente, bancos brasileiros emprestam R\$ 811 bilhões para empresas que possuem dependência alta ou muito alta de serviços ecossistêmicos, ou seja, 46% dos empréstimos estão alocados a companhias sujeitas a potenciais perdas financeiras devido à disrupção de algum serviço ecossistêmico. Apesar de ser um alerta mirando o médio e longo prazo, nos dias de hoje já se nota que há um percentual maior de empresas dependentes de serviços ecossistêmicos que não honram com o pagamento do crédito concedido a elas. Em seguida, o estudo avaliou justamente o potencial dessas empresas se tornarem mal pagadoras em cenários de colapso de serviços ecossistêmicos. Assim sendo, o percentual do crédito que não é honrado poderia crescer em 9% no cenário de um colapso abrupto em 2030, enquanto, no caso de disrupções mais graduais, o aumento seria da ordem de 4,5%.



Dado os potenciais impactos macroeconômicos devido a perda de biodiversidade no Brasil, é primordial que empresas, o setor financeiro e o Banco Central Brasileiro desenvolvam a capacidade de compreender e gerir os riscos associados a natureza.



Adicionalmente, descobriu-se que R\$ 254 bilhões emprestado pelos bancos brasileiros possui exposição ao risco de estar associado a unidades operando em áreas de proteção ambiental, o que representa 15% de toda carteira de crédito. Atualmente, segundo o Ministério do Meio Ambiente, cerca de 28% do território brasileiro são áreas prioritárias para conservação da biodiversidade que ainda não se tornaram protegidas. Assim, avaliando um cenário em que todas as áreas prioritárias para biodiversidade no país se tornem protegidas essa exposição pode chegar a até R\$ 664 bilhões. Ademais, hoje, empresas ligadas a controvérsias ambientais são responsáveis por R\$109 bilhões do crédito cedido por bancos no Brasil. Deste valor, 59% estão vinculadas a controvérsias severas ou muito severas e podem trazer danos reputacionais aos bancos brasileiros.

É importante ressaltar que o relatório não avaliou a exposição de todo o setor financeiro do Brasil e utilizou premissas conservadoras para chegar nos resultados apresentados, representando um limite inferior dos riscos analisados. Por exemplo, na análise não foram considerados setores que dependem relevantemente, ainda que de maneira indireta, de serviços ecossistêmicos. Ou seja, empresas que somente processam alimentos não foram consideradas como expostas aos riscos relacionados à biodiversidade, ainda que toda sua cadeia de fornecedores seja altamente dependente desse aspecto. Assim, não seria surpresa caso análises subsequentes encontrem cifras ainda superiores às apresentadas. Ademais, é necessário evoluir nas metodologias para

quantificação destes riscos. Conforme Catherine Brahic argumenta, apesar da crise de biodiversidade impor riscos a nossa sociedade assim como as mudanças climáticas, uma menor parte da atenção pública está voltada a esse primeiro assunto. Isso se dá parcialmente porque a perda de biodiversidade não pode ser quantificada tão diretamente como as mudanças climáticas são, utilizando indicadores como 'partes por milhão de gás carbônico' ou 'graus celsius acima da média de temperaturas de antes da revolução industrial'.

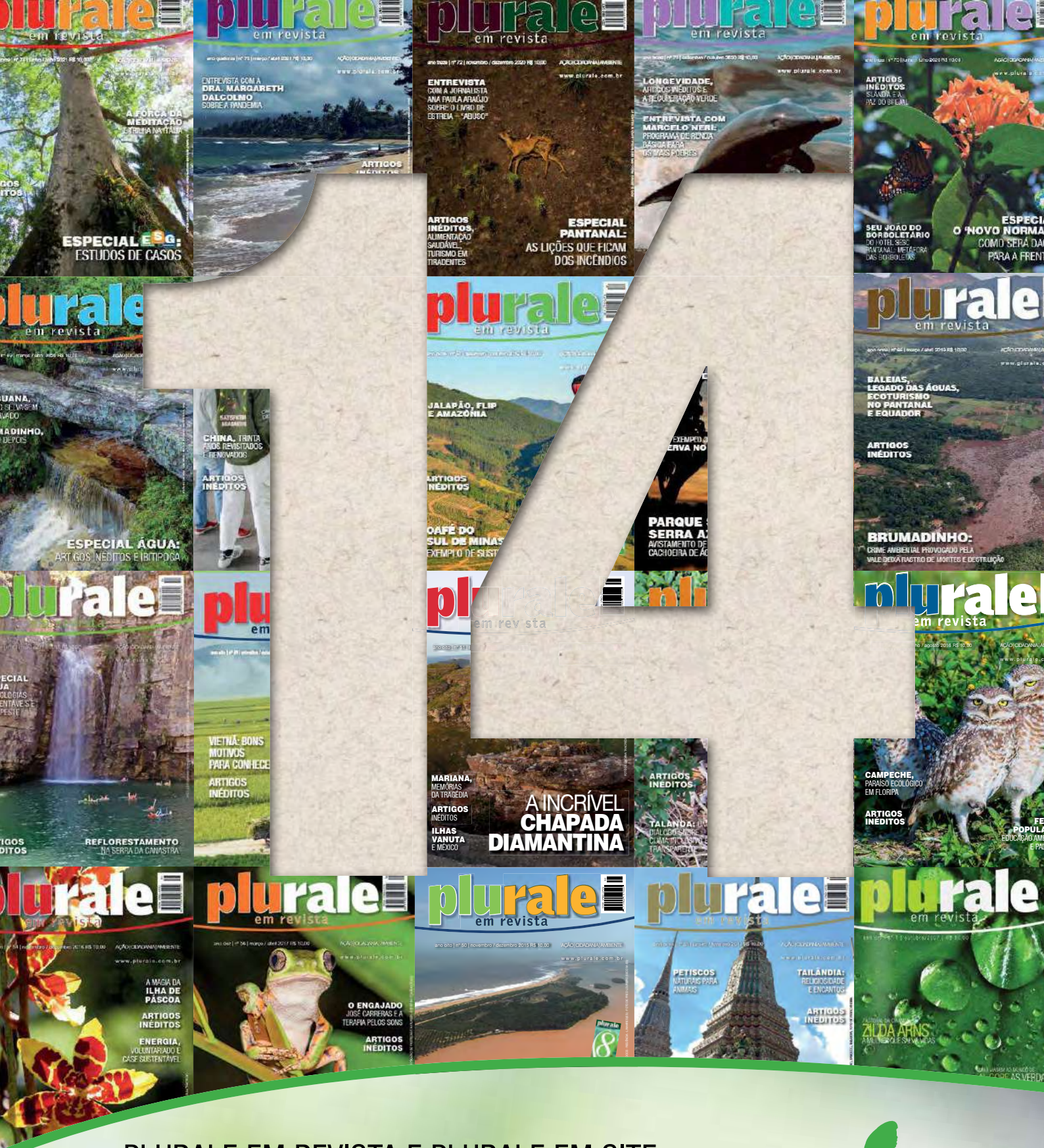
O Banco Central Brasileiro (BCB) já caminha para considerar a divulgação de riscos climáticos, ambientais e sociais em linha com a TCFD por meio das resoluções CMN4943, CMN4944, CMN4945 e BCB139, publicadas em setembro deste ano. Entretanto, ainda há uma longa estrada a ser percorrida para que a atenção do BCB e demais reguladores se estenda das questões climáticas para, também, às implicações dos riscos relacionados à natureza, além da conservação da biodiversidade, buscando alinhar-se às recomendações da TNFD quando estas forem desenvolvidas. Além disso, bancos podem começar a caminhar no sentido de identificar e medir sua exposição a perdas de biodiversidade com a ambição de monitorar e mitigar riscos materiais que surjam das suas carteiras de crédito e investimento. Tomando assim, a liderança no tema globalmente, já que, segundo avaliação da *ShareAction*, nenhum dos 25 maiores bancos europeus possui uma política e ações significativas no sentido da proteção da biodiversidade.

Dado os potenciais impactos macroeconômicos devido a perda de biodiversidade no Brasil, é primordial que empresas, o setor financeiro e o BCB desenvolvam a capacidade de compreender e gerir os riscos associados a natureza. Esta melhor gestão garantirá não somente a segurança do sistema financeiro, mas, também, ajudaria a diminuir os fluxos de capital a atividades que impactam a biodiversidade, reduzindo, assim, a necessidade de recursos para conservação e restauração de serviços ecossistêmicos através da prevenção destes potenciais impactos. **RI**



DANIEL CARVALHO

é especialista em Mudanças Climáticas e Consultoria ESG da Resultante, graduado em Engenharia Ambiental e mestre em Planejamento Energético.
daniel.carvalho@resultante.com.br



PLURALE EM REVISTA E PLURALE EM SITE:
QUATORZE ANOS DE INFORMAÇÃO PLURAL
SOBRE SUSTENTABILIDADE



Plurale: Plural até no nome

www.plurale.com.br twitter @pluraleemsite e-mail soniaararipe@plurale.com.br

EDUARDO GOMES

Conselheiro, especialista em estratégia

MUNDO PÓS-PANDEMIA

Cenários e estratégias sob grandes riscos e incertezas

A pandemia COVID-19 mudou o rumo da história da humanidade de forma irreversível. Afetou fortemente sociedades, economias, finanças e a geopolítica. Sob vários aspectos e, de forma ampla, encerrou a vida de milhões de pessoas, de empresas e modelos de negócios ao redor do mundo e gerou sequelas. A contaminação pelo vírus atingiu, indistintamente, todos de forma direta e indireta, sem discriminar classe social, raça, gênero. Se o que aconteceu, e ainda está acontecendo, não tem volta, como definir estratégias e analisar cenários em tempos de incerteza extrema e altos riscos? O que pode ser extraído do caos? Visando refletir sobre estas perguntas, convidamos o empresário **Eduardo Gomes**, especialista em estratégia, para compartilhar com os leitores da Revista RI suas percepções.

por **CIDA HESS** e **MÔNICA BRANDÃO**

Eduardo Gomes é conselheiro de administração certificado pelo IBGC – Instituto Brasileiro de Governança Corporativa – e pela FDC – Fundação Dom Cabral. Atua em conselhos corporativos há aproximadamente 25 anos. Tem de mais de 30 anos de experiência como CEO e executivo C-Level, em empresas de grande e médio portes, como Leroy Merlin, EMH e Mannesmann, com um histórico de sucesso na gestão executiva de projetos complexos e responsabilidades relacionadas ao planejamento estratégico, pesquisa, operações, administração financeira e liderança de equipes.

Eduardo tem formação acadêmica em Engenharia Metalúrgica pela UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais, com pós-graduação em Engenharia Mecânica pela SLV Duisburg (Alemanha), MBA em Marketing pela FGV – Fundação Getúlio Vargas, e especializações em Administração Financeira e Engenharia Econômica pela FDC, além de uma série de outros cursos de pós-graduação em *business schools* no Brasil e no exterior. É um leitor voraz e entende que necessita ser um eterno aprendiz, que a busca de seres humanos pelo conhecimento não pode parar. Eduardo Gomes é fluente em inglês, alemão, francês,

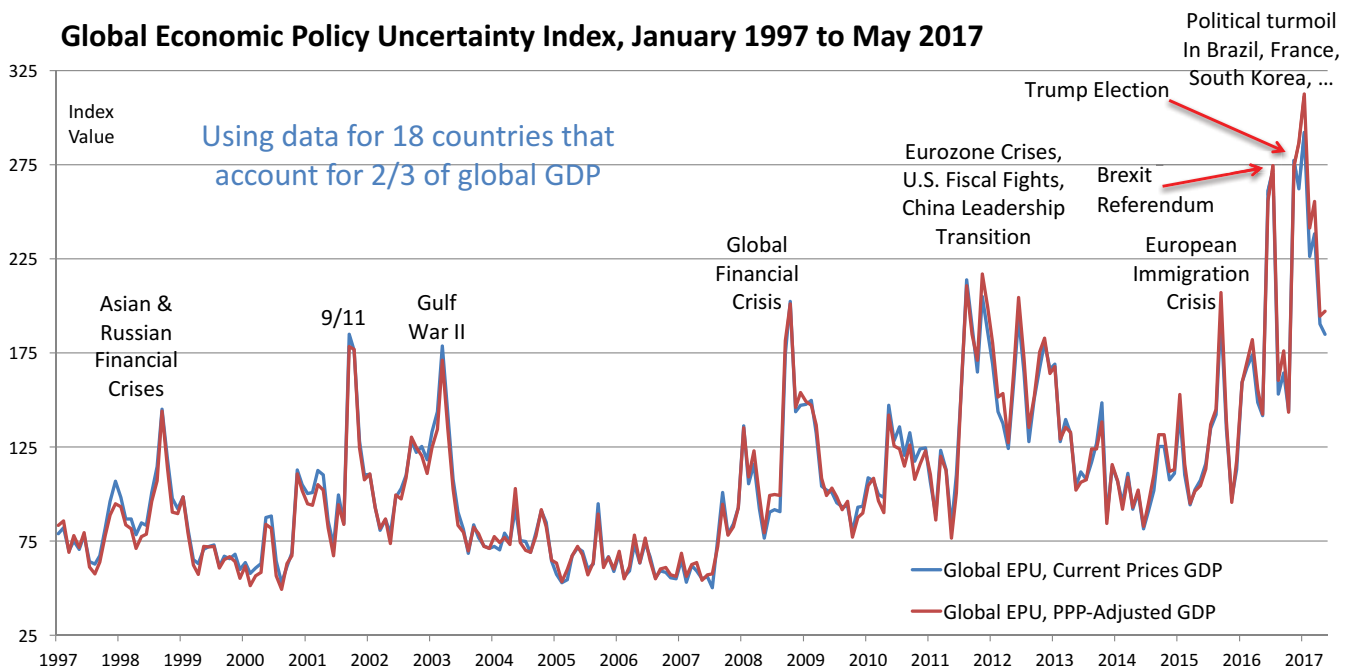
espanhol e italiano, com uma significativa experiência internacional e multicultural.

A agradável conversa com Eduardo Gomes foi realizada virtualmente e durou mais de uma hora, durante a qual falamos sobre os impactos da pandemia COVID-19 na definição de cenários e estratégias, em tempos de grandes riscos e incertezas elevadas a um patamar inusitado, com base em sua vasta experiência corporativa e profundo conhecimento acadêmico. Acompanhe a entrevista.

RI: O senhor tem longa atuação como líder em empresas multinacionais. Qual é a sua percepção sobre a pandemia COVID-19 e o que ela tem provocado?

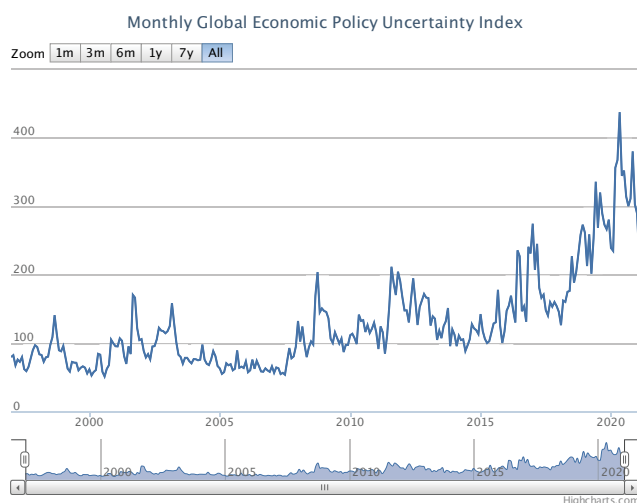
Eduardo Gomes: Para entender a gravidade dos impactos da COVID-19, compartilho algumas informações de um estudo global sobre a incerteza, tema que acompanho há muitos anos. Elas podem ser resumidas através dos dois gráficos a seguir, que medem a *Global Economic Policy Uncertainty*. O primeiro gráfico abrange um período de 20 anos, de 1997 a 2017, no qual se percebe que o maior índice de incerteza foi o de 2017, com a *political turmoil in Brazil, France, South Korea and others*.

Global Economic Policy Uncertainty Index, January 1997 to May 2017



Notes: Global EPU calculated as the GDP-weighted average of monthly EPU index values for US, Canada, Brazil, Chile, UK, Germany, Italy, Spain, France, Netherlands, Russia, India, China, South Korea, Japan, Ireland, Sweden, and Australia, using GDP data from the IMF's World Economic Outlook Database. National EPU index values are from www.PolicyUncertainty.com and Baker, Bloom and Davis (2016). Each national EPU Index is renormalized to a mean of 100 from 1997 to 2015 before calculating the Global EPU Index.

O segundo gráfico, a seguir, abrange o período da pandemia e demonstra o impacto irreversível do quadro de incertezas ao redor do mundo, com o índice ultrapassando o patamar de 400, quando nos últimos anos, mesmo com crises que assolaram o mundo, não passou de 325. Nossa constatação é que a pandemia levou as incertezas a um patamar extremo, *turbinando* os riscos e criando, por vezes, uma espécie de amálgama entre riscos (o que pode ser mensurado) e incertezas (sem mensuração).



Sobre as informações anteriores, é relevante esclarecer: economistas norte-americanos desenvolveram uma metodologia para cálculo de um índice de incerteza econômica relacionada a políticas públicas diversas, com base em três pilares: (1) cobertura jornalística das incertezas econômicas relacionadas às políticas; (2) número de disposições do código tributário federal definidas para expirar em anos futuros; e, (3) desacordo entre os analistas econômicos como *proxy* para a incerteza. Conforme se percebe, o índice representado nos dois gráficos anteriores pondera três grupos de elementos muito relevantes. Mais informações importantes para os interessados podem ser vistas na *internet*: (www.policyuncertainty.com/global_monthly.html).

RI: O que as empresas – e os mercados consumidores e financeiros, de forma mais ampla – podem esperar?

Eduardo Gomes: As empresas estão se deparando com patamares escandalosos de dados que remetem à incerteza, vindos de fontes do mercado de capitais, financeiro, regulatório, somados à força das redes sociais e às *fake news*. O que está em jogo? A qualidade decisória, que pode ser medida por três atributos: precisão, tempestividade e maturidade institucional do processo. São muitos conceitos utilizados

“

As empresas estão se deparando com patamares escandalosos de dados que remetem à incerteza, vindos de fontes do mercado de capitais, financeiro, regulatório, somados à força das redes sociais e às *fake news*. O que está em jogo? A qualidade decisória, que pode ser medida por três atributos: precisão, tempestividade e maturidade institucional do processo.

”

para definir os cenários com os quais as empresas estão se deparando: aqui são citados VUCA e BANI entre outros. Em minha opinião, no cenário VUCA, que é o acrônimo dos termos em inglês - *volatility, uncertainty, complexity e ambiguity* – o “U” é gigantesco. A volatilidade ocorre em virtude da incerteza e os analistas terminam por criar mais cenários. De modo geral, o que o mercado de capitais prever, terá alta probabilidade de acontecer de um jeito ou de outro, pois terá sido testado, com resultados positivos ou negativos.

RI: Diante dessa incerteza extrema, o que fazer?

Eduardo Gomes: A pandemia COVID tornou propício o cenário de inovações. Então, vem logo à cabeça a transformação digital – e disso, eu posso falar bastante, pois estive à frente da transformação digital pela qual passou a Leroy Merlin. Quando emergiu a pandemia, de uma hora para outra, muitas lojas começaram a fechar, mas a empresa parecia estar bem próxima do que eu chamaria de ponto de bala. O que era possível fazer? Vender online. Conforme dito, a percepção é que a empresa estava preparadíssima para o momento. Na verdade, não foi bem assim, houve problemas e gargalos de logística. Nós já tínhamos um plano *same day delivery* e um plano de entrega em 48 horas. Todos

os fornecedores recorreram aos logs, isto é, aos parceiros de logística. Era preciso fazer com os que os produtos chegassem até os consumidores, logística se tornou crucial. Em suma, houve um problema não previsto (risco não percebido), um *boom* de demanda inesperado, que não foi atendido em seus primórdios. Eis um exemplo pessoal do que houve com o mercado: um *motoboy* conhecido nosso teve sua moto roubada. Reunimo-nos (uma turma de amigos) e conseguimos arrecadar o valor para que ele comprasse outra moto. Não havia moto para comprar e este exemplo singelo mostra o *gargalo* ocorrido com a indústria (risco). Este e outros casos ilustram o que as empresas enfrentaram – e ainda enfrentam – em uma fase de incerteza extrema.

RI: Sendo assim, como inovar?

Eduardo Gomes: O mais importante da jornada de inovação é a transformação humana. Para mim, inovação vai além de investir em *hardwares*, *softwares* e soluções tecnológicas. E qualidade decisória em tempos de crise é ainda mais crítico diante da incerteza extrema. A qualidade da decisão a ser tomada é responsável por pavimentar e iluminar a rodovia que leva ao futuro da empresa, com *DNA* de inovação. E as pessoas qualificadas em todas as dimensões são fundamentais para que as decisões disruptivas sejam tomadas. Existem incumbentes, que representam a *velha economia*, procurando se modernizar e, analisando a história, os insurgentes, guerreiros, tropas pequenas que enfrentam os grandes, que é o que está acontecendo.

RI: Um exemplo disso seriam as Fintechs?

Eduardo Gomes: Empresas que utilizam tecnologia para gerar soluções inovadoras nos diferentes produtos e serviços do mercado financeiro e muitos gigantes do setor já perceberam que as novas empresas têm muito a ensinar, principalmente sobre experiência do cliente. Inovar é estar preparado para realizar mudanças contínuas! É permitir o convívio com novas fontes de geração de capital, baseadas essencialmente em tecnologia!

RI: Como fazer a gestão de riscos em um contexto tão complexo?

Eduardo Gomes: Com a profusão de dados, faço uma provocação – se você não está com confuso, certamente é porque está mal informado. A confusão procede, pois os dados disponíveis realmente críveis são ambíguos. Retornemos ao segundo mês da pandemia (mai/20): os analistas consideravam, naquele momento, que esta duraria somente mais

“

O mais importante da jornada de inovação é a transformação humana. Para mim, inovação vai além de investir em hardwares, softwares e soluções tecnológicas. E qualidade decisória em tempos de crise é ainda mais crítico diante da incerteza extrema. A qualidade da decisão a ser tomada é responsável por pavimentar e iluminar a rodovia que leva ao futuro da empresa, com *DNA* de inovação.

”

um mês. Ao longo de quase dois anos de pandemia, várias pessoas têm procurado responder à pergunta: *como será a recuperação das atividades econômicas?* Em V (a economia sofre uma forte queda e reage de imediato), U (cai, permanece durante certo tempo no fundo do poço e sobe) ou L (cai, fica em um patamar mais baixo e não retorna a curto e médio prazos)? Mais recentemente, surgiu o modelo em K (apenas uma parte da economia se recupera). O significado dessa *sopa de letrinhas*, todos já sabemos: nada disso pode ser comprovado – ao menos, até aqui. Para o momento, todos caíram juntos e os retornos precisam ser observados com lupa, setorialmente, e até caso a caso. Alguns setores e empresas voltaram com força, como construção civil, *petshop*, saúde, materiais de construção; outros não se recuperaram – hotelaria, turismo, aviação e academia –, conforme a evolução dos fatos. Como a incerteza é *knightiana*, os riscos refletem as incertezas. Os dois têm fundamentos randômicos; o risco é previsível, é possível mapeá-lo, ele é conhecido, é mensurável; a incerteza não. Ocorre que os dois convivem juntos, dependendo da perspectiva. Analisando as curvas

elevadíssimas dos gráficos apresentados anteriormente, que expressam uma *inteligência do risco* – neles, riscos e incertezas parecem tão elevados que dificultam a discussão sobre como combatê-los, inclusive em âmbito acadêmico. O que é necessário fazer? Como não conseguimos controlar e não conseguimos combater os riscos, temos que abraçá-los e com eles conviver. É uma mudança de *mindset*, é uma forma de abordar a realidade de modo diferente e, doravante, assim será (ou até mais). Principal problema: quando começou a pandemia, os riscos estavam concentrados na saúde. Eles continuam existindo, mas estão sob relativo controle. Para o momento, os riscos preocupantes são os de ciberataques, os ataques cibernéticos. A palavra que eu mais tenho lido em estudos sobre riscos e incertezas é *futureproof*, que significa à *prova de futuro*, de tal maneira a prevenir estragos lá na frente. A cibersegurança é um tema crítico para as empresas. A qualquer momento, mesmo estando preparadas, com instalação de antivírus poderosos, *firewall*, empresas podem facilmente ser hackeadas. A governança corporativa abrange a gestão de riscos, que é essencial para a sobrevivência das empresas, principalmente com a LGPD – Lei de Proteção de Dados em vigor e, desde agosto, com penalidades para o descumprimento.

RI: As empresas com excelência em governança corporativa têm uma área responsável pela gestão de riscos. O que as diferencia das que não têm?

Eduardo Gomes: Principalmente as empresas com ações negociadas nas bolsas de valores são obrigadas a fazerem o mapeamento, mensuração, análise, acompanhamento e divulgação dos riscos de todas as naturezas. Estas empresas determinam sua tolerância de exposição a determinado risco. As matrizes europeias das multinacionais instaladas no Brasil determinavam à filial brasileira a cobertura total dos riscos, através de operações estruturadas (*hedge*) não especulativas. Nas condições atuais de incerteza extrema, as áreas responsáveis pela gestão de riscos vão além das exigências regulatórias, pois, não têm como mensurar os vários riscos, dada sua magnitude. Ao mesmo tempo, lembramos que não existe tolerância zero ao risco e, sim, convivência com o risco, na governança e gestão das empresas.

RI: Como empresas podem garantir que a gestão de riscos será adequada e atenderá às regras impostas a elas?

Eduardo Gomes: Como conselheiro de administração certificado pelo IBGC, recorro aos seus seis pilares, totalmente alinhados com a adequada gestão de riscos:

1. Ética e integridade – os escândalos Lava Jato e Mensalão, como exemplos, expuseram empresas, conselhos, administradores e *shareholders*. A blindagem contra a corrupção é uma questão de sobrevivência das empresas.

2. Diversidade e inclusão – destacarei, mais à frente, a importância deste pilar que, para mim, é o mais relevante em tempos de incertezas extremas.

3. Ambiental e Social – ligado diretamente ao ESG – *Environmental, Social and Governance*. Um tema fortemente valorizado pelos investidores, a começar pelo BlackRock, maior fundo de investimentos do mundo, cujo presidente Larry Fink tem reforçado a urgência da agenda ESG. Trata-se hoje de um dos temas mais caros à questão dos riscos, conforme identificado pelos líderes que compõem o Fórum Econômico de Davos.

4. Inovação e transformação – com boa governança corporativa, pode ajudar a pavimentar a estrada do futuro. Trata-se também de um tema que está diretamente relacionado à sobrevivência das organizações.

5. Transparência e prestação contas – um dos principais pilares da governança e de mitigação de riscos, por meio da obrigatoriedade das auditorias e empresas atenderem às exigências regulatórias, com o compromisso de apresentar os resultados de forma acurada e com equidade.

6. Conselhos do futuro – ressalto a importância de preparar os conselhos para a pavimentação e iluminação da rodovia do futuro.

Volto ao pilar 2 – diversidade e inclusão: a inclusão traz a diversidade, com amplitude, abrangendo gênero, religião, étnica, opção sexual e outros tópicos. A inclusão é uma poderosa ferramenta utilizada para garantir que a ampla diversidade seja praticada. Questionamos muitas empresas que declaram que seus conselhos não têm diversidade, justificando-se pela contratação por competência. Por que diversidade? A diversidade dos conselhos ajuda as empresas a conviverem com ambientes complicados, complexos – do tipo VUCA. Considerando que o número de conselheiros não é superior a 10/12, se as empresas colocarem somente especialistas para cada risco relevante – finanças, *compliance*, ciberataques, ESG e outros – terão assegurado quantidade de conselheiros, mas não terão garantido diversidade. Pessoas que enxergam de ângulos diferentes têm que fazer parte dos conselhos, a fim de trazerem para dentro da organização a riqueza da *diversidade*. Isso

ajuda bastante na redução da incerteza. As empresas têm que ter cuidado para não caírem na armadilha de manterem em seus conselhos apenas profissionais com o mesmo *background*, com competências semelhantes. O esforço para ter um conselho com diversidade tem um retorno imediato, pois este terá à sua disposição diferentes formas de pensar sobre desafios. Imagine-se a diferença de pensamento entre gerações de 25 a 70 anos, com seres humanos de distintos gêneros e variadas etnias! Um conselho com diversidade tem, em sua composição, a representação equilibrada de vários elementos relevantes. A presença de conselheiros especialistas não deixou de ser importante, lembrando que eles agregarão mais valor às áreas que efetivamente necessitarem de especialistas, como finanças, ESG e outras.

RI: Como montar um Conselho diverso?

Eduardo Gomes: Trata-se de um recrutamento e seleção que deve incluir a capacidade de geração de estratégias e a gestão de riscos de modo geral, indo além do conhecimento específico em finanças e outros campos de conhecimento. Não deve se limitar a certificações. Ademais, deve-se questionar se o profissional candidato ao conselho já vivenciou e solucionou situações crises, participou assertivamente de movimento como transformação digital e a materializou, como trata a gestão do capital humano, qual é o seu comprometimento com a agenda ESG. A Leroy Merlin, empresa em que atuei durante 11 anos, optou pela mudança da composição do conselho de administração. Foram contratados conselheiros bem diferentes, de mercados distintos ao do varejo, com conhecimento de novos mercados (mercados inovadores), inovação e tecnologia, e com experiência no exterior. Esta diversidade no conselho da empresa foi uma mudança que trouxe excelentes resultados e a preparou para enfrentar a pandemia COVID. Tínhamos um bom nível de preparação para a venda *online*, com tecnologia e a preparação de pessoas. Mesmo assim, tivemos problemas de logística, conforme dito. Em maio de 2020, a empresa atingiu o volume de vendas previsto para o final de 2023. Não tenho dúvidas de que a preparação veio com a prática da diversidade, que é propiciada pela inclusão, em sua forma mais ampla. É importante ressaltar que a mudança de um conselho não é rápida. O mandato é de dois a três anos e ter um número representativo de mulheres no conselho de administração requer tempo. Deve-se ampliar as vagas? Ou deve-se esperar mais tempo? Existem situações nas quais empresas já detectaram necessidades de mudanças e nada puderam para o momento. Existem aspectos a levar em consideração para a implantação de um programa DIE – Diversidade, Inclusão e Equidade (tratar a todos de

“

O esforço para ter um conselho com diversidade tem um retorno imediato, pois este terá à sua disposição diferentes formas de pensar sobre desafios.

”

forma justa, indo além da igualdade, que é tratar a todos do mesmo modo). É preciso ouvir todos os candidatos e dar oportunidade a todos de se expressarem. Não basta incluir, é preciso dar a devida atenção às questões trazidas pelas pessoas incluídas. Assim, é preciso haver mudança cultural, de *mindset*. Algumas empresas mais novas, com pessoas visionárias, por já terem sentido o calor dos desafios a elas impostos, já conseguem. Por fim, lembro que há que destinar verbas para manter o desenvolvimento contínuo dos conselheiros de administração e fiscais, que é prioritário.

RI: O senhor é a favor das cotas nos Conselhos de Administração?

Eduardo Gomes: Confesso que antes destas experiências, eu era muito contrário a cotas. Hoje penso de uma forma totalmente diferente. Das 10 maiores empresas listadas na B3, com um total de 101 conselheiros, menos de 20 são mulheres, um número muito baixo. Consideremos, por exemplo, um mercado composto em 50% por mulheres que compram os materiais, e com uma força de trabalho integrada em 50% por mulheres. Se metade de quem trabalha é mulher, como incluir a mulher no conselho ou na direção? Através de apenas 10%? Volto à preparação contínua do conselho. O profissional entra e é muito bom, mas o mundo está em constante transformação. Desta forma, é necessário trazer gente de fora, fazer reuniões externas, testar o ecossistema completo do setor em que se atua. E investir nas pessoas, nos conselheiros.

RI: O que foi colocado em prática?

Eduardo Gomes: Em uma empresa de cujo conselho participei, a evolução para a valorização da diversidade veio da constatação de que havia alguma coisa errada, ao analisar-

mos os perfis de nossos clientes e colaboradores. Realizei uma apresentação demonstrando, por meio de um detalhado diagnóstico, a composição desses públicos, em termos percentuais. O *raio x* foi esclarecedor. Agregamos em nosso diagnóstico a questão da idade: havia na empresa mais colaboradores jovens do que de meia idade ou com mais tempo de vida. Fomos a campo e analisamos loja a loja, o que nos permitiu demonstrar várias faces da realidade. Havia uma gigantesca diferença entre os clientes presentes nas lojas: 35 a 40% eram pessoas aposentadas. E quando detalhamos os números loja a loja, vimos que a realidade era bem mais desafiadora do que se supunha. Com estas experiências, a sensibilização e o reconhecimento das prioridades da empresa, dentro de casa, foram iniciadas as mudanças. Os líderes refletiram sobre o que era preciso mudar e concluíram: aumentar e aproximar as informações e preços dos produtos para os clientes; disponibilizar uma entrada *friendly* para os cadeirantes nas lojas e se preparar para as necessárias mudanças.

RI: O senhor nos informou que foi líder do comitê de sustentabilidade da Leroy. Como essa assunção de responsabilidade aconteceu? O que foi realizado sob sua liderança?

Eduardo Gomes: O Comitê de Sustentabilidade da empresa – posteriormente denominado Comitê de Desenvolvimento Sustentável – teve um desenvolvimento significativo na empresa ao longo do tempo. Ele teve início a partir de um projeto interno que, partindo dos colaboradores da empresa, elevou o desenvolvimento sustentável a um dos pilares da empresa, juntamente com os clientes, os colaboradores e a cultura de produto. Inicialmente composto por colaboradores que doavam seu tempo de forma voluntária em prol da sustentabilidade, o Comitê se desenvolveu, agregando especialistas fazendo diversas parcerias de sucesso com outras empresas, no Brasil e no exterior. Tive o privilégio de trabalhar com pessoas altamente engajadas nesta causa, ao mesmo tempo pragmáticas e realizadoras. O desenvolvimento responsável realmente se tornou parte indissociável da cultura da empresa.

RI: Como o senhor analisa sua trajetória?

Eduardo Gomes: Minha carreira começou no grupo Mannesmann, morei na Alemanha, cuja cultura é totalmente diferente da brasileira. Determinadas coisas me chamaram muita atenção – a convivência com os alemães foi muito marcante, em vários aspectos. Enquanto lá havia uma consciência ecológica generalizada, no Brasil, as indústrias ainda não se preocupavam como meio ambiente. Isso me marcou bastante, eu tinha percepção clara de que o assunto era sério. À medida que eu me desenvolvia profissionalmente, o tema também se tornava mais ativo. Não sou um especialista no assunto, mas cerquei-me de vários deles, dentro e fora das empresas, aprendendo sempre. A análise e a mitigação de riscos ambientais passaram a ser temas obrigatórios, inicialmente com viés mais de cumprimento de exigências legais, tornando-se rapidamente de caráter preventivo. Recentemente, fui convidado para ser conselheiro do Instituto Capitalismo Consciente do Brasil, capítulo Mina Gerais. O Capitalismo Consciente é um movimento global, que se originou nos Estados Unidos, a partir de um estudo acadêmico, com o objetivo de verificar como algumas empresas conseguiam manter alta reputação e fidelidade dos clientes, em ter investimentos exorbitantes em publicidade e *marketing*. Essas empresas tinham em comum propósitos que iam muito além de trazer lucro para os *shareholders* – elas se voltavam para os seus *stakeholders*. Achei que o movimento tem tudo a ver com os meus princípios e topei o desafio. Tenho aprendido bastante e procurado colaborar.

A densidade dos assuntos tratados durante esta entrevista, realizada em pouco mais de uma hora, não foi suficiente para compartilharmos com os leitores toda a experiência de Eduardo Gomes. Desta forma, o convidamos para uma rodada futura e nos sentimos entusiasmadas em aqui compartilhar as experiências deste profissional e o seu comprometimento com a agenda ESG e novas formas de tratar riscos pelas organizações. RI



CIDA HESS

é economista e contadora, especialista em finanças e estratégia, mestre em contábeis pela PUC SP, doutoranda pela UNIP/SP em Engenharia de Produção – e tem atuado como executiva e consultora de organizações.
cidahessparanhos@gmail.com



MÔNICA BRANDÃO

é engenheira, especialista em finanças e estratégia, mestre em administração pela PUC Minas e tem atuado como executiva e conselheira de organizações e como professora.
mbran2015@gmail.com

ALINHAMENTO DA REMUNERAÇÃO EXECUTIVA ÀS METAS DE SUSTENTABILIDADE

A remuneração variável de executivos sinaliza de forma clara os objetivos estratégicos da empresa para investidores, índices e ratings de sustentabilidade. Já há algum tempo metas associadas a critérios socioambientais vem sendo utilizadas por empresas (inclusive brasileiras) para a definição da remuneração variável da alta liderança.

por **BIANO BATISTA E FELIPE NESTROVSKY**

Em direção a algo mais ambicioso, empresas tem buscado extrapolar métricas tradicionais como reputação e desempenho em Saúde e Segurança Organizacional (SSO), por exemplo. A discussão tem ficado cada vez mais madura e o foco tem se concentrado em temas ESG materiais para o negócio e atuais para a sociedade e o planeta.

Desta forma, resíduos, emissões de gases de efeito estufa, diversidade em cargos de liderança, entre outras, passaram também a compor o cardápio de possíveis temas a serem incorporados nas métricas de remuneração variável. Abrir o leque de opções e estar atento à materialidade é um primeiro passo, mas o desafio é ainda maior, tendo o foco no longo prazo como orientador. Nesse sentido, as empresas precisam se preocupar em como extrapolar metas tradicio-

nais de curto prazo para o longo prazo (5 anos).

O PAPEL DOS ÍNDICES E RATINGS

Um fator motivador para a aceleração da agenda é o fato de que os principais índices e *ratings* de sustentabilidade já vem investigando há bastante tempo a composição e o horizonte de tempo das métricas de remuneração variável, além de seus vínculos com estratégia. Nos últimos anos, porém, passaram também a pesquisar sobre a inserção de temas e metas de sustentabilidade na remuneração variável.

Tais índices e ratings tem avaliado positivamente quando isso ocorre, pois há a percepção de maior probabilidade de perenidade nos compromissos ESG, garantindo a criação de valor no longo prazo.

Este entendimento é ainda maior quando atrelados a instrumentos de governança como “*clawback*” e *time vesting*², que incentivam o comprometimento dos executivos com a diligência ESG no longo prazo, levando proteção aos acionistas e segurança aos avaliadores.

Outros aspectos fundamentais de avaliação se referem à análise de relevância das metas ESG e a representatividade delas no pacote total, o nível de desafio em sustentabilidade que tais metas impõem às organizações, e o rigor dos critérios para a medição do desempenho. Por fim, a instância de governança responsável pela avaliação de situações extraordinárias, onde possíveis ajustes possam ser considerados, deve possuir critérios formais claros para a tomada de decisão.

DILEMAS E BARREIRAS À IMPLEMENTAÇÃO

Metas ESG não vinculadas ao planejamento estratégico e/ou à remuneração dos executivos – efetivamente os tomadores de decisão nas organizações – podem levar a uma percepção de maquiagem verde (*greenwash*). Afinal, sem a vinculação com mecanismos de governança, uma meta pode simplesmente não ser batida por uma mudança no rumo da empresa por meio da aquisição de uma nova operação devido uma oportunidade de mercado com resultados financeiros atrativos.

Este é um dos principais motivos que, convencer a alta direção a adotar metas não-financeiras (mesmo em um momento de pressão por posicionamentos firmes) é considerado um trabalho tão árduo. Na maioria das vezes, por mais que queira avançar na agenda, a liderança da organização ainda tem uma cultura muito aderente ao “*business as usual*”, inviabilizando desconsiderar entrar em negócios por estes serem conflitantes à uma meta não financeira inserida na estratégia de longo prazo da organização.

Assim, temos percebido que algumas empresas consideram inapropriado reduzir o peso do desempenho em receita e lucro líquido, por exemplo, abrindo espaço para métricas não financeiras.

Estariam as organizações brasileiras suficientemente avançadas para essa ruptura, atingindo um grau superior de maturidade ESG?

É importante ter cuidado em não simplesmente fazer o que outras empresas têm feito. Ao não atingir uma meta ESG pública, há a penalização financeira dos executivos, bem como, chama-se a atenção do mercado. No primeiro caso, acentuasse a resistência ao tema, principalmente para os “não convertidos” e, no segundo, sinaliza a falta de seriedade/baixo engajamento da empresa com o tema, por isso o alinhamento com a estratégia de longo prazo é fundamental.

Este é o dilema que está apresentado ao contexto empresarial atual, o desafio de instituir de forma segura o desempenho nas dimensões ambiental, social e de governança, por meio de remuneração variável para executivos num processo amadurecido de planejamento estratégico que defina objetivos claros, metas materiais, e indicadores com metodologia consolidada.

Quando isso ocorre, empresas maduras são melhores avaliadas em relação à sua abordagem de sustentabilidade trazendo, inclusive, maior confiança do mercado para possíveis emissões rotuladas baseadas em desempenho ESG. O crescimento vertiginoso de tais operações nos últimos anos tem o potencial, inclusive, de influenciar discussões em conselhos de administração e comitês de remuneração, podendo culminar em alterações nas métricas de remuneração variável, com impactos a reboque em marca e reputação.

Em organizações protagonistas, onde há o entendimento de que essa agenda tem potencial de impactar a gestão, faz cada vez mais sentido que essas metas devam inclusive descer a outros níveis hierárquicos e chegar à operação, impactando na remuneração variável de todo o público interno e passando a ser orientadora das tomadas de decisão. **RI**



BIANO BATISTA
é especialista em
Finanças Sustentáveis.
bianoggb@gmail.com



FELIPE NESTROVSKY
é gerente de Consultoria ASG
para empresas na SITAWI
fnestrovsky@sitawi.net

INSIDER TRADING

ALTERAÇÕES NA REGULAMENTAÇÃO DA NEGOCIAÇÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Em 23 de agosto de 2021, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou a Resolução CVM 44, entrando em vigor 9 dias após a sua publicação, em 1º de setembro de 2021. Essa Resolução revogou as Instruções CVM nº 358, nº 369, e nº 449, que dispunham sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante, estabelecendo vedações e condições para a negociação de ações de companhia aberta na pendência de fato relevante não divulgado ao mercado.

por **CLÓVIS PEREIRA E RENATO VETERE**

Essas Instruções eram o “marco regulatório” utilizado pelas Companhias abertas para basear suas Políticas de Negociação de Valores Mobiliários de sua emissão e de Divulgação de Ato e Fato Relevante.

Entre as alterações e inovações contidas na Resolução CVM 44, destacamos as seguintes:

1) Presunção de acesso à informação privilegiada

A nova Resolução trouxe alterações significativas no artigo 13, presumindo que acionistas controladores, diretos ou in-

diretos, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, e a própria companhia têm acesso a toda informação relevante ainda não divulgada. Também presume que, caso tenham efetuado negociação no período em que a informação ainda não tenha sido divulgada, fez uso da mesma na referida negociação.

Referidas alterações são ainda significativas por ter a Resolução substituído as então vedações por presunções, o que já era efetivamente adotado nas apurações de conduta realizadas pela CVM. Ocorre que tais presunções, ainda que

consideradas como relativas, demandam prova em contrário, pelo que o desafio que permanece, para aquele cuja conduta está sendo apurada, é afastar tais presunções.

Também presume-se que se valeu da referida informação em eventuais negociações que realize no período de até 3 (três) meses da data de seu desligamento da empresa.

Além disso, há uma nova presunção, relativa a terceiros que tenham relação comercial, profissional ou de confiança com a companhia, que ao terem tido acesso à informação relevante ainda não divulgada, sabem que se trata de informação privilegiada.

2) Mudanças relacionadas com a definição de informação privilegiada

A nova Resolução trouxe maior clareza para estabelecer que, mesmo que alguma operação ainda esteja em fase de estudos preliminares, tais como operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou de mudança no controle da companhia, já se trata de uma informação relevante, independentemente da operação ter sido aprovada. Iniciado seu processo ou efetivamente realizada.

Adicionalmente, também considera relevante as informações acerca de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial e de falência efetuados pela própria companhia, a partir do momento em que iniciados estudos ou análises relativos a tal pedido.

3) Período de vedação

A Resolução CVM 44 passou a estabelecer um período de vedação objetivo, pelo que ficam impedidos de efetuar qualquer negociação com os valores mobiliários de emissão da companhia, ou a eles referenciados, acionistas controladores, diretores, membros do conselho de administração e do conselho fiscal, no período de 15 (quinze) dias que anteceder a data da divulgação das informações contábeis trimestrais e das demonstrações financeiras anuais da companhia.

Como anteriormente referido, presume-se que essas pessoas possuem conhecimento do conteúdo das referidas informações, mas por se tratar de período de vedação, a proibição independe do efetivo acesso às mesmas.

Adicionalmente, a nova regra esclarece que a negociação volta a ser permitida apenas após a efetiva divulgação das informações financeiras e não apenas na data em que elas serão divulgadas.



A nova Resolução trouxe maior clareza para estabelecer que, mesmo que alguma operação ainda esteja em fase de estudos preliminares, tais como operações de incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação, ou qualquer forma de reorganização societária ou de mudança no controle da companhia, já se trata de uma informação relevante, independentemente da operação ter sido aprovada. Iniciado seu processo ou efetivamente realizada.



O normativo também traz algumas exceções ao período de vedação, dentre os quais:

- (i) as operações destinadas a cumprir obrigações assumidas antes do período de vedação decorrentes de empréstimos de valores mobiliários, exercício de opções por terceiros e contrato de compra e venda a termo; e
- (ii) negociações realizadas por instituições financeiras e empresas de seu grupo econômico no curso normal dos negócios e dentro de parâmetros preestabelecidos na política de negociação.

Importante notar que a Resolução CVM 44 não incluiu os membros de comitês técnicos e consultivos no impedimento da negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia, nesse período. Todavia, não restringe que a Companhia possa, em sua Política de Negociação, am-



Face a importância e rapidez com que essas mudanças foram introduzidas e já passam a fazer efeito, a Secretaria de Governança, as áreas de compliance, RI e os Conselheiros de Administração necessitam estar atentos para que as Políticas da Companhia e os procedimentos internos tenham sido revisados, bem como todos os envolvidos devidamente comunicados acerca dessas mudanças.



pliar o impedimento a esses membros, visto que, em muitos casos, comitês de assessoramento (como o Comitê de Auditoria) podem ter acesso a informações privilegiadas (exemplo: demonstrações financeiras) até mesmo antes dos membros do Conselho de Administração.

4) Flexibilização dos critérios dos planos de investimento (ou desinvestimento)

A Resolução CVM 44 trouxe uma flexibilização dos planos de investimento (ou desinvestimento), destacando-se os seguintes pontos:

- Possibilidade de que qualquer pessoa que tenha relação com a companhia aberta que a torne potencialmente sujeita às presunções de vedação à negociação (§ 1º do art. 13, da Resolução CVM 44) formalize planos de investimento (ou desinvestimento);
- Possibilidade de que os planos de investimento (ou desinvestimento) estabeleçam eventos específicos em que a negociação deva ser realizada; e

- Diminuição de seis para três meses do prazo mínimo para que o plano, suas modificações e cancelamentos passem a ter efeito.

Referidas modificações permitem que quaisquer pessoas sujeitas às presunções de vedação deixem transparentes seus planos de negociação dos valores mobiliários da Companhia, afastando assim ter obtido eventual benefício na negociação por ter tido conhecimento de informação privilegiada. Entretanto, fica a dúvida se somente a sua regular formalização é que permitirá efetivamente afastar as presunções previstas na norma ou como a CVM considerará outros meios de prova.

5) Dispensa de elaboração de política de divulgação

A nova Resolução prevê que apenas as companhias que atendam cumulativamente os seguintes requisitos possuem a obrigação de elaborar política de divulgação de informações:

- (i) estejam registradas na categoria A;
- (ii) tenham sido autorizadas à negociação de ações em bolsa de valores; e
- (iii) com relação às quais haja ações em circulação, assim consideradas as ações da companhia, com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores da companhia e daquelas mantidas em tesouraria.

Do ponto de vista prático, a elaboração de uma política de divulgação não representa custos relevantes adicionais.

Face a importância e rapidez com que essas mudanças foram introduzidas e já passam a fazer efeito, a Secretaria de Governança, as áreas de compliance, Relações com Investidores e os Conselheiros de Administração necessitam estar atentos para que as Políticas da Companhia e os procedimentos internos tenham sido revisados, bem como todos os envolvidos devidamente comunicados acerca dessas mudanças. **RI**

CLÓVIS PEREIRA

é coordenador de Comitês de Auditoria e Conselheiro Fiscal e membro da Comissão de Comunicação e de Mercado de Capitais do IBGC.
clovis.a.pereira@gmail.com

RENATO VETERE

é sócio da VDV Advogados e membro da Comissão de Comunicação e de Mercado de Capitais do IBGC.
veterere@vadvad.com.br

INAC. Parece nome de ação,
não está listada na
bolsa de valores e ainda assim,
você vai querer investir.







FANÁTICA

◊ Instituto Não Aceito Corrupção (INAC) é uma associação civil, nacional e apartidária, sem fins econômicos. Desde 2015, o INAC tem como objetivo combater a corrupção com inteligência. Trabalhamos para construir uma verdadeira política pública anticorrupção e a conscientização da sociedade. Conectamos pessoas e procuramos criar oportunidades com o intuito de engajar a todos, fortalecer a transparência e o valor da integridade.

3º Prêmio Não Aceito Corrupção - Vem aí!

Premiaremos as ideias mais inovadoras e criativas, nas categorias academia, tecnologia, jornalismo investigativo e governança. Fique ligado nas redes sociais e saiba mais.

www.naoaceitocorrupcao.org.br

-  facebook.com/institutonaoaceitocorrupcao
-  instagram.com/naoaceitocorrupcao
-  twitter.com/InstitutoInac
-  linkedin.com/company/naoaceitocorrupcao



INSTITUTO
NÃO ACEITO
CORRUPÇÃO

XVIII SEMINÁRIO INTERNACIONAL CPC

DISCUTE ESTÁGIO ATUAL DE ADOÇÃO DAS
NORMAS
INTERNACIONAIS
DE CONTABILIDADE

O XVIII Seminário Internacional CPC ocorreu nos dias 01 e 02 de setembro de 2021. Realizado em plataforma digital fechada, o evento discutiu o estágio atual de adoção das normas internacionais de Contabilidade e contou com público recorde de 700 participantes de todos os Estados brasileiros e Distrito Federal. **Haroldo Reginaldo Levy Neto**, Coordenador Geral do XVIII Seminário Internacional CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), abriu o evento agradecendo participantes, patrocinadores e apoiadores.

por **RODNEY VERGILI**

Zulmir Ivânio Breda, presidente do CFC (Conselho Federal de Contabilidade), realizou a palestra de abertura do XVIII Seminário Internacional CPC, em 01 de setembro de 2021, destacando os 16 anos de criação do CPC (www.cpc.org.br/CPC) e o trabalho desenvolvido na convergência da contabilidade brasileira ao padrão internacional IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Declarou que a Governança do CPC tem sido aprimorada e recentemente houve a criação de Comitê de Admissão com estrutura específica para seleção de novos membros. Ele citou, por exemplo, a análise de representantes de entidades de investidores no mercado de capitais.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

Zulmir Breda destacou que estão em processo de edição novas normas para micro e pequenas empresas que deverão ser aprovadas ainda neste ano. O projeto é revogar a ITG 1000 para emissão de duas normas distintas, uma específica para micro e outra voltada para pequenas empresas. Breda observa que 99% das companhias privadas no Brasil se enquadram no conceito de micro e pequena empresa.

Um Grupo de Trabalho foi constituído pelo CFC e coordenado pelo Professor Eliseu Martins, que está elaborando os documentos, que serão destinados, particularmente, para micro e pequenas empresas. “A diferenciação da contabilidade entre esses dois tipos de empresas se dará pelo valor de faturamento”, observou.

A expectativa é que essas novas normas para micro e pequenas empresas sejam aprovadas até o final de 2021, com vigência para 2023. De acordo com o presidente do CFC, será necessário dar um ano de prazo para o treinamento dos profissionais de contabilidade ao novo conjunto de regulamentos. Anunciou, também, composição de Grupo de Trabalho para a revisão da ITG 2002 (entidades sem finalidade de lucros) e da ITG 2003 (entidades desportivas) com minutas em audiência pública nos próximos meses.



ZULMIR BREDA

REGISTRO

Zulmir Breda observou que outro destaque no campo normativo do CFC é a convergência das normas internacionais aplicadas ao setor público (IPSAS, na sigla em inglês *International Public Sector Accounting Standards*), realizada em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional. Há pendente a norma sobre arrendamento. A expectativa é que até o final de 2021, todas as IPSAS estarão emitidas; e, até 2024, implementadas nas três esferas de governo.

Breda agradeceu aos membros do GA (Grupo Assessor) das normas do setor público pelo trabalho que tem sido feito, e anunciou que as regras de Governança já acolhidas pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) serão também adotadas pelo GA.

O presidente do CFC destacou a iniciativa, em 2019, de se realizar o cadastramento CNAI-PJ (Cadastro Nacional de Auditores Independentes - Pessoas Jurídicas) para atender a uma demanda do mercado de auditoria. “Nós incentivamos as empresas de auditoria a se cadastrarem, de forma voluntária”, afirmou, explicando que o Cadastro (<https://cfc.org.br/registro/cnai-pj/>) possui regras que visam ao desenvolvimento do mercado.

AUDITORIA NO SETOR PÚBLICO

Breda observou que, conforme orientação da INTOSAI (*International Organization of Supreme Audit Institutions*), a Resolução CFC 1.601/2020 determinou a adoção das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis à Auditoria de Informação Contábil Histórica Aplicável ao Setor Público com vigência para 2024. O processo de implantação demandará consultorias e capacitações nos Tribunais de Contas. Breda ressaltou a parceria do CFC com a Atricon (Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil) e com o IRB (Instituto Rui Barbosa).

Recentemente, o CFC, em parceria com IRB e com o IBRA-CON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), realizou o Curso de Auditoria no Setor Público, disponível no canal do Conselho Federal de Contabilidade no YouTube.

RELATO INTEGRADO CTG 09

Breda enfatizou que o tema sustentabilidade é um dos principais, atualmente, na agenda corporativa internacional e destacou a edição, em 26 de novembro de 2020, do CTG (Comunicado Técnico Geral) 09, que trata da correlação com a Estrutura Conceitual Básica do Relato Integrado.

“Este é primeiro normativo contábil editado no País com a finalidade de aperfeiçoar a prestação de contas e o reporte

das informações da base abrangente de capitais pelas empresas”, afirmou o presidente do CFC.

O tema envolve os critérios ESG (*Environmental, Social and Governance*) e está gerando expectativa, em especial, em função do processo de criação de um novo Conselho de emissão de padrões internacionais de sustentabilidade pela Fundação IFRS (*International Financial Reporting Standards*), no ISSB (*International Sustainability Standards Board*).

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO CONTINUADA

O presidente do CFC reforçou a importância do cumprimento ao PEPC (Programa de Educação Profissional Continuada). Além dos profissionais que são obrigados a cumprir o PEPC, Breda citou que há contadores cientes da necessidade da atualização e, de forma voluntária, estão procurando realizar cursos e especializações. A pontuação mínima obrigatória do PEPC em 2021 é de 20 pontos.

Breda citou iniciativas para atualização profissional com a parceria do CFC com o Sebrae para a realização do Programa Contador Parceiro e o Circuito Técnico realizado pela Câmara Técnica do CFC.

CONFERÊNCIA INTERAMERICANA

Zulmir Breda ao término de sua apresentação convidou os participantes do XVIII Seminário Internacional do CPC para se inscreverem na XXXIV Conferência Interamericana de Contabilidade, que será realizada de forma simultânea com a XVIII Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, nos dias 19, 20 e 21 de outubro de 2021. Esses dois eventos serão híbridos – com disponibilidade para público on-line e presencial, em Porto Alegre (RS). Para saber mais, acesse o site <https://cic-ccrs.com/>.

HOMENAGEM

Após a palestra de Zulmir Breda, ocorreu, na manhã de 01 de setembro de 2021, solenidade para homenagear Hans Hoogervorst, Chairman do IASB (*International Accounting Standards Board*) até junho de 2021. Haroldo Reginaldo Levy Neto, coordenador geral do XVIII Seminário Internacional CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), realizou a apresentação e chamou **Amaro Gomes**, que já atuou como Board Member do IASB e **Edison Arisa**, Coordenador Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Presidente da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis) para realizarem a homenagem a **Hans Hoogervorst** pelo trabalho desenvolvido em 10 anos de IASB pela melhoria das demonstrações contábeis e dos relatórios financeiros, além do aprimoramento dos mercados de capitais globais.



HANS HOOGERVORST



EDUARDO FLORES e PATRICK MATOS

Antes de tornar-se presidente do IASB, Hans ocupou diversos cargos públicos em seu país, a Holanda: teve três mandatos como membro da Câmara dos Representantes, um cargo equivalente ao dos nossos Deputados Federais; foi Secretário de Estado para Assuntos Sociais e Emprego; Ministro das Finanças e da Economia e Política Climática, exercendo os dois cargos simultaneamente durante alguns meses; e Ministro da Saúde, do Bem-Estar e dos Esportes, função que exerceu durante quatro anos. Também presidiu a Autoridade Holandesa para Mercados Financeiros (AFM) e foi Presidente e Vice-presidente da Organização Internacional de Valores Mobiliários (IOSCO), organizações que regulam os mercados mundiais de valores mobiliários e futuros.

“Hoogervorst teve papel relevante no relacionamento do Brasil com o IASB, junto com Amaro, auxiliando o CPC nas suas discussões e esse apoio foi consolidado com a inclusão do GLENIF (Grupo Latino-Americano de Emissores de Normas de Informação Financeira), dando oportunidade de expressar em primeira mão as manifestações dos países que compõem o Grupo nos assuntos relacionados aos projetos em desenvolvimento pelo IASB. Na sua fala, em português, Hans salientou a sua admiração pelo Brasil e pelos profissionais brasileiros, que têm atuado de forma relevante e eficiente em relação à implantação das normas internacionais de Contabilidade”, declara Haroldo Levy Neto.

COMBINAÇÕES DE NEGÓCIOS

O primeiro painel do XVIII Seminário Internacional CPC teve como tema “Combinações de negócios com foco em combinações de Entidades sob Controle Comum e Revisão pós-implantação das IFRS 10, 11 e 12”. Patrick Oliveira

Matos, Diretor de Práticas Contábeis da Natura, moderou o painel. E contou com palestra de Eduardo Flores, Professor do Departamento de Contabilidade e Atuária da FEA-USP (Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo), Membro do CPC representando a CNI (Confederação Nacional da Indústria) e Membro do IFRS Advisory Council da IFRS Foundation.

Eduardo Flores iniciou a palestra fazendo um balanço dos efeitos apurados após a implementação das IFRS 10, 11 e 12. A revisão terminada em maio de 2021 após a implementação das normas IFRS 10, 11 e 12 recebeu 83 cartas comentários, sendo basicamente de preparadores contábeis. Foi baixa a participação de representantes de usuários (analistas e investidores) com apenas três “cartas comentários”. Eduardo Flores observa que os resultados dos comentários recebidos mostram que “de uma forma geral, os conceitos de controle e classificação de negócios em conjunto estão funcionando adequadamente.

Os respondentes ressaltaram que o uso de julgamentos é recorrente na implementação dos conceitos. Alguns respondentes indicaram que os requerimentos de divulgações da norma IFRS 12 são significantes para incrementar a compreensibilidade do relatório financeiro”.

Os principais resultados em termos de cartas encaminhadas pelos reguladores apontam que “o uso de julgamentos torna a atividade regulatória mais desafiadora”. E sugerem a elaboração de documentações, manuais de políticas contábeis, indicando o racional seguido durante os julgamentos. Os reguladores indicaram que o *compliance* da divulgação

REGISTRO

requerida pela norma IFRS 12 é um espaço que pode ser melhorado. Para tanto, Eduardo Flores sugeriu a revisão de notas explicativas, especialmente no sentido funcional.

Os reguladores apontaram, também, que é "desafiador determinar atividades relevantes na medida que se alteram ao longo do tempo". Uma das sugestões – apontada por Eduardo Flores – seria ampliar a divulgação acerca dos modelos de negócios das organizações; e as diretrizes do Relato Integrado poderiam ajudar nesse sentido, por exemplo.

Alguns reguladores mencionaram, também, que a definição de entidade de investimentos não é clara. "A sugestão é que ao se deparar com esse conceito na prática deveria se ampliar a base de consulta de materiais, que não só a norma contábil", observou Eduardo Flores. Outro questionamento foi referente a "Non-GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles Measures*), ou seja, informações não reguladas, mas que são divulgadas. A sugestão de Eduardo Flores foi se fazer a reconciliação com as demonstrações financeiras.

As preocupações refletidas nos comentários dos usuários concentraram-se na solicitação de mais informações no caso da nor-

ma IFRS 10 (por exemplo, fluxo de caixa; potenciais restrições para acessar os ativos e liquidar os passivos do grupo). No caso da norma IFRS 11, a sugestão é aumentar a granularidade das informações do fluxo de caixa e divulgar informações de forma detalhada como, por exemplo, receitas, despesas e lucros.

O IASB está procurando melhorar a informação sobre combinações de negócios sob controle comum para cobrir uma lacuna normativa e buscar trazer informações relevantes e mais transparência, destaca Eduardo Flores. As primeiras discussões indicam que no caso de combinações que afetam acionistas não controladores de empresas públicas e privadas (em termos de combinação de negócios e combinação de negócios sob controle comum), o método de aquisição forneceria informações mais úteis do que a manutenção dos negócios adquiridos pelos seus valores de livros. No caso de combinações entre subsidiárias integrais (empresas privadas, incluindo antes de uma oferta pública inicial), um método a valor de livros seria preferível considerando-se o custo-benefício da informação contábil. Atualmente, informações semelhantes são fornecidas independentemente de como a combinação é estruturada, bem como da composição da estrutura de capital das organizações, observa Eduardo Flores.



HAROLDO LEVY NETO, VANIA BORGERTH, MARTA PINHEIRO e ALEXEI DE BONA

Há a busca de cobertura de uma lacuna normativa, pois não há norma IFRS/CPC que determine como reconhecer BCUCC (*Business Combinations under Common Control*). Um único método contábil não parece ser o ideal, pois o interesse de busca de informações pode ser diferente de acordo com o usuário, sobretudo os acionistas não controladores que não contam com outra base de informações confiáveis, além das demonstrações financeiras. A determinação do método buscará ter como base a estrutura de capital da empresa receptora, exceção baseada na escolha do não controlador em situações específicas, conclui Eduardo Flores.

EESG

Em 01 de setembro de 2021, o segundo painel teve como tema “EESG - Evolução e reflexos na Contabilidade”. Vania Borgerth, Coordenadora da CBARI (Comissão Brasileira de Acompanhamento do Relato Integrado) e Board Member do IIRC (*International Integrated Reporting Council*), moderou o painel, destacou a importância do Seminário Internacional CPC para a educação continuada e o objetivo da contabilidade apresentar informações úteis e confiáveis para o mercado. “Os contadores podem ajudar a aumentar a transparência das empresas para abraçar as questões de sustentabilidade”, declarou Vania.

Marta Pinheiro, Diretora Executiva ESG e de Desenvolvimento de Negócios da XP Inc., afirmou em sua palestra que divulgar informações ASG (Ambiental, Social e Governança) agregam valor do ponto de vista dos investidores, em termos de avaliação de risco e de oportunidade. É crescente o debate sobre busca de transparência, propósito, diversidade, inclusão e sustentabilidade. “O assunto ganha relevância na análise de investimentos e a XP tem desenvolvido várias iniciativas para disseminar conhecimento na jornada sobre o tema”, destacou Marta.

Alexei De Bona, Gerente Executivo de Controladoria do Banco BV, buscou trazer a maior preocupação de grandes fundos de investimento com os aspectos ambientais, sociais e de governança e o impacto na contabilidade. A sustentabilidade é o novo padrão de investimento com nova precificação de ativos, envolvendo riscos climáticos e realocação de capital, dentro de uma avaliação EESG (*Economic, Environmental, Social and Governance*, em português, Econômico, Ambiental, Social e Governança).

Há movimentos de reguladores e autorreguladores para focar o tema, observa Alexei De Bona. Ele observa que há uma transformação cultural com agenda sustentável e digitalização das corporações. Existe comunicação mais aberta com



JORGE GIL

melhores práticas de Governança (“Pratique ou Explique”), busca de definição de padrão global de relatório de sustentabilidade, boas práticas de autorregulação com a criação de guias por entidades do mercado de capitais, índices da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) e envolvimento dos reguladores Banco Central e Comissão de Valores Mobiliários. “Há oportunidades com a economia de baixo carbono como a emissão de títulos de dívida com taxas mais baixas”, afirma Alexei De Bona. Ele observa que o Banco BV já adotou diversas iniciativas na área de sustentabilidade, entre elas, a emissão de títulos verdes com certificação internacional.

No encerramento do primeiro dia do evento, Jorge Gil, presidente do GLENIF/GLASS (*Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera / Group of Latin American Accounting Standard Setters*), observou que a ideia de criação do organismo há 10 anos surgiu de “um sonho de dirigentes da área contábil da América Latina” para realizar iniciativas conjuntas junto ao IASB (*International Accounting Standards Board*).

O GLENIF procura interagir com o IASB, respondendo a todas as consultas, sugerindo alterações, contribuindo para treinamento e divulgação de normas contábeis internacionais.

Jorge Gil declara que “a missão do GLENIF é gerar, de forma organizada, uma voz unificada da região perante o IASB”. Já foram criados 103 GTTs (Grupos de Trabalho Técnicos) nos 10 anos de atuação do GLENIF para responder a consultas do IASB e sugerir mudanças nas normas. Houve atuação, também, de Comissão permanente para estudar e opinar sobre decisões da agenda IFRIC (*International Financial Reporting Interpretations Committee*). Entre os desafios do GLENIF também estão: ampliar a cultura de participação na América Latina; interagir com outros grupos de interesse; detectar

REGISTRO



MARCELO BARBOSA

realidades específicas; e trabalhar em projetos conjuntos com outros organismos. Estão sendo estudados novos projetos de comunicação, treinamento e plataforma educativa. Gil fez relato, também, da adoção das normas contábeis internacionais por pequenas e médias empresas em países da América Latina e Europa.

CVM

Marcelo Barbosa, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), realizou palestra de abertura do segundo dia do XVIII Seminário Internacional CPC, em 02 de setembro de 2021.

Segundo Barbosa, existem diversos desafios que precisam ser enfrentados para que o mercado de capitais brasileiro não perca competitividade. A ausência de padrão internacional consolidado para avaliação dos fatores ASG (Ambiental, Social e Governança) cria risco para o investidor e para a sociedade da *greenwashing* ("lavagem verde"), ou seja, a prática de promover discursos, anúncios, propagandas e campanhas publicitárias com características ecologicamente sustentáveis, havendo a possibilidade de "não serem sérias ou verdadeiras". "Quando os produtos financeiros são apresentados como sustentáveis apenas formalmente para aumento do seu apelo comercial junto aos investidores", observou o presidente da autarquia.

A CVM tem acompanhado os movimentos internacionais em busca de padrão global de sustentabilidade.

A elaboração do Relato Integrado não é obrigatória no Brasil, porém para as companhias abertas, ao decidirem pela sua elaboração e divulgação, deverão se atentar para a Norma Brasileira de Contabilidade (CTG 09), de 26 de novembro de 2020, que trata sobre a Correlação à Estrutura Conceitual

Básica do Relato; e para a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 9 – Relato Integrado). De acordo com a Resolução CVM nº 14/2020, se a companhia decidir elaborar e divulgar o Relato Integrado deverá observar os critérios da Orientação CPC 9 e ser objeto de asseguuração limitada por auditor independente registrado na CVM.

"A norma é de aplicação voluntária, e os dirigentes das companhias a partir da análise de custo/benefício de sua adoção vão tomar suas decisões", declarou Marcelo Barbosa.

A CVM tem buscado, também, ampliar a transparência nas operações de BDRs (*Brazilian Depositary Receipts*), que são certificados de depósito de valores mobiliários emitidos no Brasil, que representam valores mobiliários de emissão de companhias abertas com sede no exterior.

O presidente da CVM enfatizou, também, os esforços da autarquia de reduzir o custo de observância, informando que em recente audiência pública recebeu mais de 600 sugestões para reduzir a redundância de informações nos Formulários de Referência.

IASB

Após o pronunciamento de Marcelo Barbosa, Presidente da CVM, ocorreu palestra de **Andreas Barckow**, chairman do IASB (*International Accounting Standards Board*).

O Prof. Dr. Andreas Barckow é o novo Chairman do IASB, desde julho de 2021. Barckow fez apresentação de deliberações em andamento e futuras e afirmou que o maior desafio de sua gestão será manter a relevância das normas contábeis internacionais em um mundo em rápida transformação. "É preciso ser mais proativo em relação às tendências do mercado, e não somente reativo", declarou.

"Quem imaginaria há cinco anos que as criptomoedas seriam tão relevantes? Ou informações sobre intangíveis? Precisamos sempre olhar novas tendências, afirmou.

Barckow disse que "Comunicação é a chave para explicar o que se está fazendo e buscar o entendimento". "Alguns acham que estamos agindo muito rápido, e outros não, mas qualidade leva tempo, precisamos garantir uma praticidade das nossas normas e queremos ser pragmáticos quanto a isso", concluiu.

DESTAQUES DO IASB

Rogério Mota, Coordenador de Relações Internacionais do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), foi o moderador do painel "Destaques do IASB", que contou com palestra



ANDREAS BARCKOW, ROGÉRIO MOTA e TADEU CENDÓN FERREIRA

de Tadeu Cendón Ferreira, *Board Member* do IASB (Londres), em 02 de setembro de 2021, sobre os projetos relacionados a instrumentos financeiros com características de patrimônio; atividades com tarifas reguladas; e requisitos de divulgação nas normas IFRS (*International Financial Reporting Standards*). Tadeu Cendón discorreu sobre o projeto sobre Instrumentos Financeiros com características de Patrimônio, que ainda encontra diversidade de interpretações no mundo. “O objetivo do projeto é melhorar a qualidade, transparência e entendimento das informações que as empresas fornecem em suas demonstrações sobre os instrumentos financeiros que emitiram”, observou.

Cendón comentou, também, sobre o projeto de apresentação contábil dos Ativos e Passivos Regulatórios nas concessionárias de serviço público, com a provável volta ao modelo praticado no Brasil antes da adoção das normas IFRS, especialmente no setor elétrico, embora a proposta tenha potencial impacto sobre outros segmentos.

Cendón afirmou, ainda, que o documento pretende estabelecer uma nova abordagem para inclusão de Requisitos de Divulgações nas normas, de forma a se tornarem úteis para credores e investidores, além dos demais interessados. A abordagem usará, na primeira fase, as normas sobre benefícios a empregados e mensuração ao valor justo como projetos-pilotos.

RELAÇÕES COM INVESTIDORES

Enquete realizada durante o XVIII Seminário Internacional CPC questionou sobre o objetivo de divulgações das de-

monstrações financeiras. Dos participantes, 58,70% responderam que as divulgações são para exercício de conformidade e comunicação com investidores; 23,89% principalmente um exercício de conformidade; 15,02% principalmente um meio de comunicação com investidores; e 2,39% nem conformidade, nem comunicação com investidores.

Tadeu Cendón observou que o resultado da enquete está dentro de sua expectativa. “Ficaria surpreso se a liderança nas respostas da pesquisa fosse que as demonstrações financeiras são principalmente um exercício de conformidade”, declarou. Segundo ele, os preparadores deveriam tentar fazer demonstrações financeiras úteis e informativas para o usuário, e não só cumprir checklist (lista de checagem) de normas.

Rogério Mota, Coordenador de Relações Internacionais do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), destacou que as áreas de RI (Relações com Investidores) deveriam ter uma maior interação com a área de Contabilidade. “O RI tem uma sensibilidade do que é demandado pelos investidores”, concluiu Rogério Mota.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PRIMÁRIAS

No quarto painel, o tema foi “Demonstrações Financeiras Primárias”. Guillermo Braunbeck, vice-coordenador técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e diretor financeiro da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis), observa ser “grande a diversidade no mundo da forma de apresentação das Demonstrações Financeiras Primárias, principalmente a do Resultado. O IASB está em processo de melhorar a padronização”.



**HAROLDO LEVY NETO, GUILLERMO BRAUNBECK,
PAULO CEZAR ARAGÃO e OSVALDO FAVERO**

Como a proposição afetaria o Brasil por discrepâncias com o formato atualmente exigido pela Lei das S/A, houve apresentações de **Paulo Cezar Aragão**, Sócio do escritório BMA (Barbosa Müssnich Aragão) Advogados; e **Osvaldo Favero**, Gerente de Normas Contábeis da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).

Aragão enfatizou a importância de se procurar melhoria na comunicação de resultados para os usuários de demonstrações financeiras e evitar adoção de “normas cada vez mais complexas e menos úteis para comparações de resultados das empresas”.

Favero entende que o projeto tem como objetivo melhorar a forma como as informações são comunicadas nas demonstrações financeiras, dados os desafios de investidores e analistas em encontrar informações relevantes para tomar decisões. “O foco é a melhoria da informação disponibilizada”, concluiu.

ENCERRAMENTO

Alexsandro Broedel, Trustee da IFRS (*International Financial Reporting Standards*) Foundation, realizou palestra de encerramento do XVIII Seminário Internacional CPC. Broedel fez um balanço das atividades da IFRS Foundation observando que há um foco das iniciativas na questão da sustentabilidade nas demonstrações financeiras.

“Foi realizada consulta internacional e constatou-se o problema de grande diversidade de normas no tema sustentabilidade, de forma que os resultados não são comparáveis e são pouco úteis para os investidores”, observou. Os investidores não conseguem comparar as empresas e isso não ajuda no processo de alocação de recursos, declarou.

A Fundação IFRS deu início ao desenvolvimento das atividades do ISSB (*International Sustainability Standards Board*), que terá o objetivo de emitir normas com foco no conteúdo de sustentabilidade. “É um mundo novo para a contabilidade internacional e a recepção está sendo bastante positiva, com apoio da IOSCO (*International Organization of Securities Commissions*) e G7 (Grupo dos sete países mais industrializados do mundo), entre outros”, declarou Broedel.

“É um período desafiador de desenho da arquitetura futura dos relatórios financeiros e é importante que todos participem”, concluiu Alexsandro Broedel.

Edison Arisa, Coordenador Técnico do CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e Presidente da FACPC (Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis), destacou ao final do evento o público recorde de 700 participantes, localizados em todo o país e “a relevância dos temas discutidos e o brilhantismo dos profissionais que os apresentaram, durante as duas manhãs do seminário”.

Arisa conduziu homenagem ao contador e auditor **Arthur Alexandre dos Santos Filho**, que faleceu em 22 de agosto de 2021, pela contribuição para a Contabilidade brasileira e para o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis, como organização responsável, desde 2005, pelo processo de convergência das normas contábeis ao padrão internacional (IFRS), reconhece o valioso trabalho prestado por Arthur Santos, durante décadas, ao aprimoramento dos normativos que regulam e orientam a atividade contábil nacional.



ALEXSANDRO BROEDEL e EDISON ARISA



ARTHUR SANTOS

O CPC manifesta gratidão a Arthur Santos pela sua participação no GT (Grupo de Trabalho) IASB, por meio do qual realizou minuciosa tarefa de leitura, análise e conferência da tradução de documentos emitidos pelo CPC.

Além disso, como membro da ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas), Arthur Santos participou de inúmeras audiências públicas disponibilizadas pelo CPC, elaborando os posicionamentos da associação das companhias abertas às minutas de pronunciamentos. Arthur Santos presidiu a CANC (Comissão de Auditoria e Normas Contábeis) da ABRASCA por 16 anos.

Edison Arisa observa que o legado de contribuições técnicas de Arthur Santos vai além do CPC, da ABRASCA e das empresas nas quais trabalhou. Arthur Santos participou da Comissão Consultiva sobre Normas Contábeis, criada pela CVM (Comissão de Valores Mobiliários), em 1994, e teve influência na elaboração do anteprojeto que resultou na Lei nº 11.638/2007. Essa Comissão foi o embrião do que, mais tarde, veio a ser o Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Haroldo Reginaldo Levy Neto, Coordenador Geral do XVIII Seminário Internacional CPC, e Edison Arisa participaram da homenagem póstuma a Arthur Santos, encerrando o evento com agradecimento a patrocinadores, participantes e apoiadores.

CPC

O CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) é formado por: ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas); APIMEC BRASIL (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais); B3 (Bra-

sil, Bolsa, Balcão); CFC (Conselho Federal de Contabilidade); FIECAFI (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras); e IBRACON (Instituto dos Auditores Independentes do Brasil).

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis foi criado com o objetivo de estudar, preparar e emitir pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e divulgar informações para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, objetivando centralizar e uniformizar o processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais.

A coordenação do evento esteve a cargo de: **Edison Arisa; Eduardo Flores; Eliseu Martins; Guillermo Braunbeck; Haroldo Levy; Nelson Carvalho; e Verônica Souto Maior.**

O XVIII Seminário Internacional CPC teve apoio institucional: ABEL; ABRACICON; ABRACONEE; ABRAPP; ABVCAP; AMEC; ANBIMA; ANCEP; ANCORD; ANEFAC; CRA-SP; CRC-SP; FEA-RP/USP; FEA-SP/USP; FECONTESP; FGV - Instituto de Finanças; IBEF-SP; IBGC; IBRI; SESCON-SP; SINDCONT-SP; e SINDICONT-Rio. O evento contou com os patrocínios: Master (Ânima Educação; B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; Deloitte; KPMG; PwC; e SMS Latinoamérica); Sênior (Cielo; EY; Grant Thornton; Klabin; e Power Financial); e Pleno (Assaí Atacadista; FBC – Fundação Brasileira de Contabilidade; Febraban; Luz Publicidade; Parker Russell; Cocurullo Contabilidade; e Wulaia Consultoria e Treinamento).

Para mais informações sobre o XVIII Seminário CPC: www.eventos.facpc.org.br/home/XVIIIseminariocpc

○ **NÓ GÓRDIO** DO **DESENVOLVIMENTO**



O Brasil vive um autêntico paradoxo. De um lado, temos um imenso exército de desempregados e desalentados. De outro lado, vivemos um apagão de mão de obra. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do segundo semestre de 2021, são 14,4 milhões de brasileiros procurando emprego e 5,6 milhões de brasileiros que gostariam de ter um emprego, porém deixaram de buscar uma colocação por desânimo.

por **JURANDIR SELL MACEDO**

Muitas empresas permanecem longos períodos sem conseguir preencher as vagas abertas. Na área de tecnologia, a situação é crítica e tem limitado muito o crescimento de empresas de base tecnológica. Com as possibilidades do teletrabalho, é cada vez maior o número de pessoas que passaram a trabalhar para empresas do exterior, sem precisar sair do próprio país. São assalariados que recebem em dólares ou euros e podem continuar gastando em reais.

Trabalhando para empresas que estão fora do Brasil, essas pessoas estão livres dos elevados impostos que incidem sobre a folha de pagamento de empresas brasileiras. Além disso, essas pessoas altamente qualificadas têm elevado potencial para gerar riquezas intelectuais, habilidade fundamental na era do conhecimento. No entanto, essas riquezas não ficam no Brasil.

Quando o Brasil foi colonizado nossa preocupação era com estrangeiros que levavam para o exterior nossa maior riqueza da época, o Pau Brasil. Depois, ao final do século XVII, o ouro descoberto nas regiões das Minas Gerais foi levado para o exterior, contribuindo muito pouco com o progresso do país. Agora, infelizmente, são cérebros que

estão indo para fora.

Muitos dos cérebros estão nos abandonando em busca de uma vida melhor. Assim, pessoas escolarizadas e comprometidas estão faltando nas empresas e nas instituições. Na verdade, faltam bons profissionais em todas as áreas.

Faltam tratoristas nas fazendas, técnicos de laboratório, engenheiros, padeiros, pedreiros, professores. É enorme a lista de bons profissionais que faltam desde o nível médio até o superior. Não podemos culpar apenas a migração de cérebros pela carência de mão de obra.

Então o que está acontecendo? Por que temos tantos em busca de emprego e tantas vagas sem pessoas qualificadas para ocupá-las?

Eu entrei no curso de Engenharia de Produção da Universidade Federal de Santa Catarina, em março de 1980. Os professores ocupavam um tablado em frente aos enormes quadros negros. Nós, os alunos, tínhamos respeito pelos professores e a maioria sonhava em um dia ter o status profissional dos nossos mestres.

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Os professores nos motivavam a estudar com a promessa de sucesso profissional ou a ameaça do fracasso em nossas carreiras. Naquela época, respeitávamos a autoridade porque queríamos ser um dia como nossos professores, nossos pais ou nossos avós. Até os anos 1980, os adultos e os idosos eram modelos de conduta e de identidade para os mais jovens.

Em 1986, me tornei professor universitário e logo comecei a repetir o modelo dos meus professores. Mesmo sendo muito jovem, conseguia impor respeito por meio de uma postura autocrática centrada no poder e no conhecimento.

Naquela época, a competência dos meus alunos era representada por uma curva normal padrão. Em todas as turmas havia dois ou três alunos totalmente desinteressados e sem uma formação anterior que os permitisse atingir a nota mínima para progredir, e dois ou três alunos geniais, que se destacavam nos seus conhecimentos, completamente fora da média.

Eu modulava minhas aulas para os alunos que estivessem 20% acima da média. Assim, aqueles que estavam abaixo da média precisavam fazer um significativo esforço para ser aprovados e os alunos acima da média ainda ficavam motivados para aprender.

Atualmente, minhas turmas são completamente diferentes. Os alunos não querem ser mais como seus professores, pais ou avós. Aliás, a equação se inverteu, os mais velhos querem ser como os jovens. Definitivamente, tentar motivar alunos pelo medo ou pela promessa de sucesso futuro não funciona. O conhecimento que antes pertencia aos mais velhos está na rede à disposição de quem quiser acessar.

Hoje, minhas turmas concentram um percentual muito elevado de alunos completamente desmotivados, sem nenhum interesse em aprender. São como zumbis que se arrastam em busca de nota para passar e sair logo do que parece ser um castigo, cursar uma universidade. Por outro lado, existe um percentual menor de alunos extremamente bem formados e excepcionalmente interessados que acessam todo o potencial da internet ou livros e rapidamente conseguem suplantá-los, em muitos campos, seus próprios professores.

Como professor, fico no dilema entre atender quem realmente tem interesse e capacidade para aprender e não abandonar a maioria à própria sorte. Escolhendo me dedicar à maioria desanimada, corro o risco de perder no caminho os melhores. Escolhendo os melhores, naturalmente, os apáticos perderão a chance de mudar o seu status quo. Essa é a dura realidade.

O desafio que meus colegas professores e eu estamos passando é enorme. Fomos criados e nos formamos em uma escola analógica e precisamos ensinar alunos nativos digitais. Jovens cujas famílias os colocavam no centro do mundo: seus pais faziam o possível e o impossível para atender todos seus desejos. Jovens que têm enorme dificuldade de suportar frustrações.

Na era do conhecimento, o acesso a pessoas capacitadas e motivadas é o grande diferencial para o sucesso das empresas. Na era industrial, o capital financeiro era escasso. Porém, a mão de obra era farta e barata. E a escola tradicional dava conta de atender às necessidades do setor produtivo.

Agora, na era do conhecimento, o capital financeiro deixou de ser um limitador, e o capital intelectual passou a ser escasso. A escola tradicional, desenhada para prover mão de obra para a indústria, não consegue atender às necessidades deste mundo em profunda transformação.

Retornando ao paradoxo inicial, como resolver as diferenças entre jovens desinteressados e jovens altamente qualificados? Como mudar a escola para conseguir formar os jovens da geração Z em quantidade e qualidade que o setor produtivo precisa? Como superar o gap entre os desinteressados e os superdotados?

Certamente, não há uma resposta única. No entanto, modelos autoritários, antidemocráticos, retrógrados e discriminatórios são fadados ao fracasso – na família, na escola, no trabalho e no país.

É preciso mudar rápido e só avançaremos na velocidade necessária se conseguirmos unir o Brasil em um projeto rumo ao futuro e não em torno de sonhos de retorno ao passado. **RI**



JURANDIR SELL MACEDO

é doutor em Finanças Comportamentais, com pós-doutorado em Psicologia Cognitiva pela Université Libre de Bruxelles (ULB) e professor de Finanças Pessoais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).
jurandir@edufinanceira.org.br

WEBSITES

DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES, CORPORATIVO E DE SUSTENTABILIDADE

Equipe especializada em produção de sites de RI, com ferramentas de **acessibilidade** (acessíveis para todos os públicos), **sites confiáveis** e **seguros** (HTTPS), com **tecnologia responsiva** e **CMS** para gerenciamento de conteúdo. **Qualidade**, **atendimento ágil** e **autonomia** para atualizar informações com **ferramentas próprias** e customizáveis, que otimizam o tempo de manutenção e **enriquecem a experiência dos visitantes**.

FERRAMENTAS
PRÓPRIAS DE RI



TECNOLOGIA
RESPONSIVA



HTTPS



CUSTOMIZAÇÃO



SEO



FERRAMENTAS DE RI PRÓPRIAS E CUSTOMIZADAS

Gráficos interativos, simulador de investimentos, evolução das ações, séries históricas, histórico de cotações, plataforma de webcast, gestão e disparo de mailings com relatório de envios, entre outras.

ACESSIBILIDADE

Adoção das principais recomendações de acessibilidade do WCAG.



11^o

ENCONTRO ABRASCA DE CONTABILIDADE E AUDITORIA

para Companhias Abertas e Sociedades de Grande Porte

evento 100% online

17 a 19 de novembro

Confira as tendências e perspectivas do mercado
Evento sujeito a pontuação no programa de Educação Continuada do CFC

REALIZAÇÃO



ORGANIZAÇÃO



PATROCINADORES



PATROCINADORES PRATA



PARCEIROS DE MÍDIA



ENTIDADES APOIADORAS

ABRAPP | ABVCAP | ANBIMA | ANCORD | APIMEC BRASIL | CFC
FACPC | FIPECAFI | IBEF SP | IBGC | IBRACON | IBRADEMP | IBRI

Informações e inscrições (11) 3107-5557 nilsonjunior@abrasca.org.br www.encontrodecontabilidade.com.br

Prêmio APIMEC IBRI

fortalece o mercado
de capitais

*“Foi uma surpresa muito positiva ter sido premiado na primeira edição do **Prêmio APIMEC IBRI**”, afirma **Eduardo Rosman**, que venceu em 2020 na categoria Melhor Analista de Valores Mobiliários.*

por **RODNEY VERGILI**

PÁGINA 78



IBRI promove
campanha
para se obter a
Certificação CPRI

PÁGINA 79

IBRI debate novas regras
para Fatos Relevantes e
Negociação de Valores
Mobiliários

PÁGINA 82

IBRI participa
da solenidade de
entrega do 14º. Prêmio
Imprensa da CVM

PÁGINA 84

Prêmio APIMEC IBRI

fortalece o mercado de capitais,
afirma **Eduardo Rosman**

“Foi uma surpresa muito positiva ter sido premiado na primeira edição do **Prêmio APIMEC IBRI**”, afirma **Eduardo Whitaker de Assumpção Mattos Rosman**, que venceu em 2020 na categoria Melhor Analista de Valores Mobiliários.

por **RODNEY VERGILI**

“A iniciativa de criar a categoria Melhor Analista de Valores Mobiliários é muito importante, pois ainda é difícil mensurar os resultados do nosso trabalho, e reforça a necessidade de termos um bom *feedback* dos nossos clientes, de trabalharmos em melhores conteúdos e de buscarmos estar disponíveis para os investidores”, declara Eduardo Rosman, sócio do BTG Pactual.

Segundo Rosman, “a premiação fortalece o mercado de capitais como um todo, criando uma competição saudável entre os profissionais e instituições financeiras na busca pelo melhor atendimento. O mercado de capitais mudou muito, com ampliação no perfil de investidores, e, assim, precisamos estar abertos e disponíveis a disseminar conteúdo e nos relacionarmos com todos os perfis de clientes”.

“Certamente minha trajetória profissional no BTG Pactual, onde atuo desde estagiário em 2007, contribuiu para a premiação, pois me permitiu acompanhar de perto as principais mudanças no mercado e olhar além da minha área específica de análise”, conclui Rosman.

O Prêmio APIMEC IBRI, que possui abrangência nacional e é realizado pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), busca disseminar melhores práticas e também destacar profissionais que atuaram de forma qualificada no mercado.



EDUARDO ROSMAN

VENCEDORES

Os vencedores de cada uma das cinco categorias foram: (a) Melhor Analista de Valores Mobiliários - Eduardo Whitaker de Assumpção Mattos Rosman; (b) Melhor Casa de Análise de Valores Mobiliários – Banco BTG Pactual; (c) Melhor Profissional de Relações com Investidores – Geraldo Soares; (d) Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores *Small/Middle Cap* – Banco ABC Brasil; (e) Melhor Prática e Iniciativa de Relações com Investidores *Large Cap* – Itaú Unibanco.

O voto foi secreto (criptografado) e auditado. A solenidade de premiação ocorreu em plataforma digital, em decorrência da pandemia (COVID-19).

O Prêmio APIMEC IBRI tem como objetivo reconhecer por votação direta dos analistas de investimentos credenciados e associados pela APIMEC Brasil e associados efetivos do IBRI: companhias, profissionais de Relações com Investidores, analistas de valores mobiliários e casas de análise de investimento, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das áreas, disseminar melhores práticas e iniciativas, além de valorizar os profissionais do mercado escolhidos para receber a Premiação.

O 1º Prêmio APIMEC IBRI anunciou os vencedores de sua primeira edição em 07 de dezembro de 2020. A solenidade do 2º Prêmio APIMEC IBRI está prevista para 07 de dezembro de 2021, às 18:30.

A premiação de abrangência nacional é realizada pela APIMEC (Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais) e pelo IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores).

A escolha foi feita por meio de votação on-line. A votação é direta e realizada por analistas “Pessoa Física” credenciados e associados pela APIMEC Brasil, além de associados efetivos do IBRI.

O 1º Prêmio APIMEC IBRI contou com o patrocínio da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), BNY Mellon, Innova, Shearman & Sterling, e MZ.

Segue link para o Regulamento do 2º Prêmio APIMEC IBRI: www.ibri.com.br/Upload/Arquivos/novidades/4303_Regulamento%20Pr%C3%AAmio%20APIMEC.IBRI%20-%2019082021.pdf

IBRI promove campanha para se obter a **certificação CPRI**

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) iniciou campanha com desconto de 50% até 15 de outubro de 2021 para se obter a CPRI (Certificação do Profissional de Relações com Investidores). A promoção é válida para associados e não associados do IBRI. A certificação de RI do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) foi criada em 2013 para atender não apenas à exigência do mercado por profissionais capacitados e qualificados, mas também oferecer aos RI's conhecimentos e habilidades profissionais com critérios objetivos e de aceitação generalizada. A certificação na categoria CPRI-1 tem a exigência de até cinco anos de experiência em RI ou acima de três anos em cargo gerencial de qualquer área e a CPRI-2 exige acima de cinco anos de experiência em RI ou acima de oito anos em cargo gerencial de qualquer área. Mais informações: <http://www.cpri.com.br/> e Inscrições: <https://certpessoas.fgv.br/ibri/>

22º Encontro de RI e Mercado de Capitais

ocorreu nos dias 27, 28 e 29 de setembro de 2021

O **IBRI** (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e a **ABRASCA** (Associação Brasileira das Companhias Abertas) promoveram o maior evento de RI da América Latina em 27, 28 e 29 de setembro de 2021. O Encontro de RI foi realizado no modelo digital.

por **RODNEY VERGILI**

Marcelo Barbosa, presidente da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), fez a palestra de abertura da 22ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais, no dia 27 de setembro de 2021, às 09 horas. A abertura do evento contou, também, com a participação de Anastácio Fernandes Filho, presidente do Conselho de Administração do IBRI, e Luis Henrique Guimarães, presidente do Conselho Diretor da ABRASCA.

O primeiro painel do 22º Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais ocorreu em 27 de setembro de 2021, às 09:30, e teve como tema “Transformação Digital e a Comunicação Financeira”. O painel foi moderado por Rafael Sasso, coordenador da CINC (Comissão de Inovação Corporativa) da ABRASCA, e teve como debatedores: Diego Barreto, vice-presidente do Conselho de Administração do IBRI, CFO e RI do iFood; Arthurito da Faria Lima, *Digital Influencer*; e Pedro Pereira, *Head* do Bank of America Merrill Lynch.

No dia 27 de setembro de 2021, às 12 horas, houve a palestra de Karen Bodner, *Head Global Investor Relations Advisory* do BNY Mellon, em *workshop* com o tema “The Evolution of US Retail Investing - The Growing influence of the Individual Investor and Carbon Impact of Investor Relation Activities”.

“

Marcelo Barbosa, presidente da CVM, fez a palestra de abertura da 22ª edição do Encontro Internacional de Relações com Investidores e Mercado de Capitais. A abertura do evento contou, também, com a participação de Anastácio Fernandes Filho, presidente do Conselho de Administração do IBRI, e Luis Henrique Guimarães, presidente do Conselho Diretor da ABRASCA.

”

No dia 27 de setembro de 2021, às 13:15, houve a palestra de **PH Zabisky**, CEO da MZ, em *workshop* com o tema "**IR Revolution: Tecnologias disruptivas que estão transformando a rotina do profissional de RI**".

No dia 27 de setembro de 2021, às 14:20, ocorreram as palestras de **Reinaldo Oliari**, sócio de Audit & Assurance da Deloitte; **Isabelle Dassier**, sócia de Accounting Advisory da Deloitte; e **Daniele Soares**, gerente do Global Capital Markets Group da Deloitte, em *workshop* com o tema "**Marco regulatório sobre ESG da perspectiva contábil**".

O segundo painel ocorreu em 27 de setembro de 2021, às 16:30, e teve como tema "**ESG - Desafios da Companhia e envolvimento da Alta Administração**". O painel foi moderado por **Guilherme Setubal**, vice-presidente do Conselho de Administração do IBRI, e teve como debatedores: **Denise Hills**, diretora global de Sustentabilidade da Natura; e **Renato Franklin**, diretor-presidente da Movida.

No dia 28 de setembro de 2021, a partir das 9 horas, aconteceu o terceiro painel com a "**Pesquisa Deloitte IBRI: os novos desafios de Comunicação para o RI - Responsabilidade Ambiental, Social e Governança nas Relações com Investidores**". **Rodrigo Lopes da Luz**, Membro do Conselho de Administração do IBRI, fez a moderação do painel. **Reinaldo Oliari**, *Partner* Audit & Assurance / Global Capital Markets Group da Deloitte, realizou palestra sobre os resultados da pesquisa Deloitte IBRI.

A partir das 09:55, com o tema "**Principais mudanças nas atividades do RI - Cases de Destaque**". **Bruno Salem Brasil**, diretor-presidente do IBRI e diretor de Relações com Investidores da CVC, foi o moderador. E teve como debatedores: **Rafael Chamas Alves**, diretor financeiro e diretor de Relações com Investidores da Locaweb; e **Ricardo Rosanova Garcia**, diretor de Relações com Investidores da Multilaser.

Às 12:00, houve a palestra de **Denys Roman**, diretor da blendON, em *workshop* com o tema "**Materialidade versus ESG Washing**". Às 13:15, **Marcio Stein**, gerente de Produtos Analíticos da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), realizou palestra em *workshop* com o tema "**Serviço de Analytics da B3 para os RIs**". Às 14:20, **Alessandra Zequi**, sócia do escritório Stocche Forbes Advogados, fez palestra em *workshop* com o tema "**A atividade de RI e o uso de mídias sociais**". Às 16:30, ocorreu o quinto painel com o tema "**Investidores PF na B3: como tornar o relacionamento das empresas com esse público**".

mais efetivo". **Rogério Santana**, Diretor de Relacionamento com Empresas e Assets da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão), foi o moderador, tendo como debatedores: **Luiza Chaves**, coordenadora de Relações com Investidores da Klabin; **Bruno Madruga**, Head de Renda Variável da Monte Bravo Investimentos; e **Rafael Bevilacqua**, CEO & Founder da Levante Investimentos.

No dia 29 de setembro de 2021, às 09 horas, houve o sexto painel com o tema "**Alterações na ICVM 480**". **Paula Magalhães**, sócia do escritório Lobo de Rizzo, foi a moderadora do painel, que teve como debatedores: **Alessandra Zequi**, sócia no escritório Stocche Forbes Advogados; **Ana Carolina de Paula**, advogada do Jurídico Financeiro da Petrobras; e **Rodrigo Araújo Alves**, CFO e Diretor de Relações com Investidores da Petrobras.

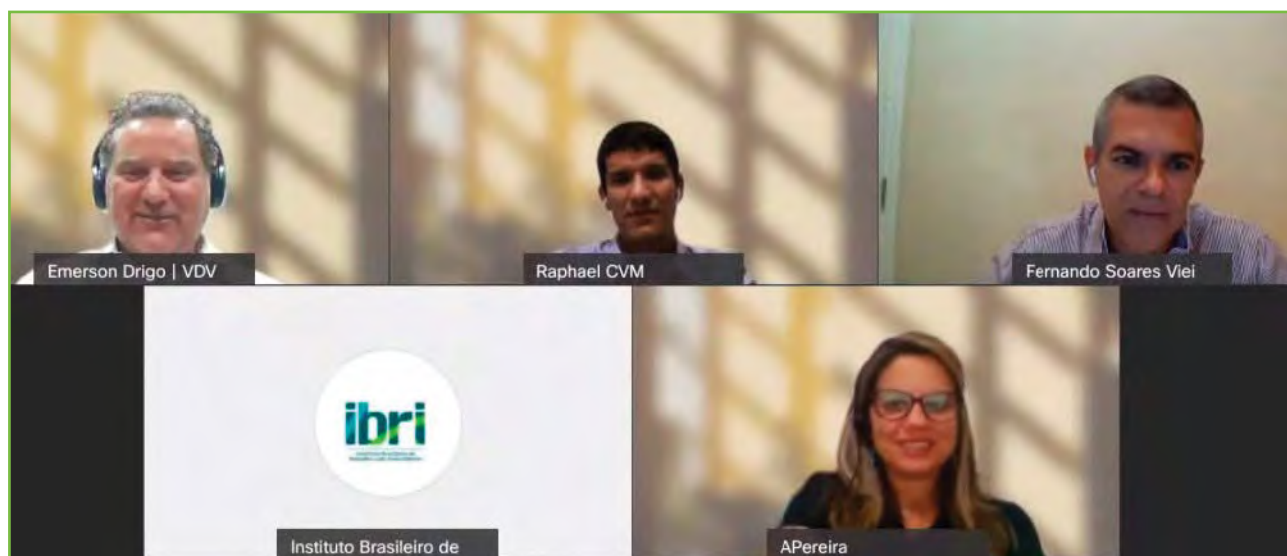
Às 12:00, ocorreu o *workshop* com palestras de **Maria Machado**, sócia da área de Mercado de Capitais do escritório Lobo de Rizzo; e **Mariana Assef**, advogada sênior da área de Mercado de Capitais no escritório Lobo de Rizzo, sobre o tema "**Ofertas de equity e dívida na nova Instrução proposta pela CVM**". Às 13:15, houve o *workshop* com palestras de **Fernanda Bianchini**, gerente da área de Divulgação ao Mercado da área de RI da Petrobras, e **Bernardo Fabião**, consultor da área de Relações com Investidores da Petrobras, sobre o tema "**Resolução 44 da CVM**". Às 15:00, houve o *Workshop* "**Valor Empresas 360**" com a participação de **Luis Henrique Guimarães**, presidente do Conselho Diretor da ABRASCA e CEO da Cosan; **Fred Kachar**, diretor-geral da Editora Globo; e **Ricardo Rodrigues**, diretor de Negócios da Editora Globo.

O sétimo painel ocorreu às 16 horas, com o tema "**Impactos da Reforma Tributária no dia a dia do RI**". **Eduardo Lucano**, Presidente Executivo da ABRASCA, foi o moderador do debate, que teve como debatedores: **Marcelo Sá**, estrategista-chefe do Itaú BBA; **Rafael Garcia Rodrigues dos Santos**, sócio do Cescon Barriau; **Valter Bianchi Filho**, diretor da Fundamenta Investimentos; e **Rodrigo Maia**, *Investor Relations General Manager* da Gerdau.

O 22º Encontro de RI e Mercado de Capitais contou com os seguintes patrocinios: B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); blendON; BNY Mellon; Bradesco; Cescon Barriau; Datev; Deloitte; Gerdau; Itaú Unibanco; Lobo de Rizzo Advogados; MZ Group; Oliveira Trust; Petrobras; Stocche Forbes; TheMediaGroup; e Valor Econômico. Mais informações: <https://encontroderi.com.br/>

IBRI debate novas regras para Fatos Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários

O IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) realizou webinar, em 16 de setembro de 2021, sobre "Novas Regras para Fatos Relevantes e Negociação de Valores Mobiliários, de acordo com a Resolução nº 44 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários).



EMERSON DRIGO, RAPHAEL SOUZA, FERNANDO SOARES VIEIRA e ANA LUCIA PEREIRA

No evento, houve debate sobre as principais mudanças trazidas pela Resolução da CVM nº 44/2021 em relação ao regime informacional das companhias abertas e presunções relativas e outras regras que passam a ser aplicáveis, no que se refere às possibilidades de negociações com valores mobiliários das empresas por seus controladores, administradores, assessores e partes relacionadas.

Emerson Drigo, subcoordenador da Comissão Técnica do IBRI e sócio do VDV Advogados, foi o moderador da videoconferência. O evento contou com palestras de **Ana Lúcia**

Pereira, superintendente de Listagem e supervisão de Emissores da B3 (Brasil, Bolsa, Balcão); **Fernando Soares Vieira**, superintendente do SEP (Superintendência de Relações com Empresas) da CVM; e **Raphael Acácio de Souza**, gerente de Desenvolvimento de Normas - 1 da SDM (Superintendência de Desenvolvimento de Mercado) da CVM.

O evento foi uma realização do IBRI e Ten Sistemas e Redes, contando com apoio institucional da CVM, B3 e VDV Advogados. Acompanhe o evento no Canal do YouTube do IBRI: www.youtube.com/watch?v=wSvxWiwO3Mg

ESG é destaque na Revista RI.



Assine já!

e tenha acesso a todas as edições da Revista RI.

www.revistaRI.com.br/assinatura

IBRI marca presença na solenidade de entrega **14º Prêmio Imprensa da CVM**

Bruno Salem Brasil, diretor-presidente do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores), prestigiou a solenidade de entrega do 14º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor do Comitê Consultivo da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) no dia 30 de agosto de 2021. O evento ocorreu on-line e contou com a participação de **Marcelo Barbosa**, presidente da CVM. Os trabalhos selecionados orientam sobre educação financeira e mercado de capitais. O Comitê Consultivo de Educação da CVM anunciou os ganhadores do 14º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor. Os jornalistas receberam certificado, placa alusiva e prêmios individuais no valor de R\$ 3.500,00.

Conheça os vencedores do 14º Prêmio Imprensa em cada categoria: **JORNAL (Cobertura Nacional): Adriana Cotias - Matéria:** “Fraude financeira avança com juro baixo e rede social”, publicada no **Valor Econômico. Jornal (Cobertura Local/Regional): Marina Meira Schmidt - Matéria:** “Índices da B3 evidenciam as boas práticas corporativas”, publicada no **Jornal do Comércio (Porto Alegre - RS). REVISTA: Erica Maria Tabata Martin Proietti - Matéria:** “Guia de sobrevivência financeira”, publicada na revista **Você S/A. Mídia Digital: Mariana Durão - Matéria:** “Especial: Comunicação Eficiente de Indicadores ESG ainda é desafio global”, publicada na **Agência Estado**.

Leia a íntegra das matérias no Portal do Investidor: www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Comite_educacao/Iniciativas/14_Premio_Imprensa/vencedores

SOBRE O PRÊMIO IMPRENSA

A premiação busca reconhecer publicamente as reportagens que desempenham a função de orientar os investidores pessoa física, de forma educativa, sobre as características, oportunidades e riscos inerentes ao mercado de capitais. **Membros do Comitê de Educação da CVM:** Comissão de Valores Mobiliários (CVM); Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA); Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); Associação Brasileira de Private Equity e Venture Capital (ABVCAP); Associação Nacional das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários, Câmbio e

Mercadorias (ANCORD); Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC Brasil); B3 – Brasil, Bolsa, Balcão; Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC); Instituto Brasileiro de Relações com Investidores (IBRI); e PLANEJAR – Associação Brasileira de Planejadores Financeiros.

INSCRIÇÕES ABERTAS

Estão abertas as inscrições para o 15º Prêmio Imprensa de Educação ao Investidor, organizado pelo Comitê Consultivo de Educação da CVM (Comissão de Valores Mobiliários). **Crêterios:** Entre os critérios de seleção e julgamento, estão: clareza das informações, criatividade, originalidade e relevância da reportagem, considerando o ponto de vista do leitor, para auxiliar na formação de uma decisão de investimento consciente e refletida. **Prêmio:** Os vencedores de cada categoria ganharão R\$ 3.500,00 além de certificado e placa. Em caso de coautoria, o valor será dividido entre o número de autores.

REGRAS

Podem participar reportagens publicadas entre 01/01/2021 e 31/12/2021 nas seguintes categorias: Jornal: cobertura nacional; Jornal: cobertura local/regional; Revista: de tiragem nacional, regional ou local; Mídia digital: portais de empresas jornalísticas com domínio brasileiro (deverá ser apresentada cópia da página ou do conjunto de páginas da matéria, em arquivo PDF, acompanhada de impressão que comprove a publicação do material por meio do endereço eletrônico em que a página esteja alocada). Textos em blogs não são elegíveis. É possível participar em mais de uma categoria, enviando até três textos (abrangendo autorias e coautorias) em cada uma, sendo necessário o preenchimento de ficha de inscrição para cada trabalho.

As inscrições gratuitas são realizadas até às 17 horas de 28/01/2022 no Portal do Investidor da CVM.

Mais informações: www.investidor.gov.br/menu/Menu_Academico/Comite_educacao/Iniciativas/PremioImprensa.html

Bruno Brasil realiza palestra na ESPM



OSWALDO PELAES FILHO e BRUNO BRASIL

Bruno Salem Brasil, diretor-presidente do IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) e diretor de Planejamento e Relações com Investidores da CVC Corp, realizou palestra sobre *"Competências e Mercado de Trabalho do Profissional de Relações com o Investidor"*, em 31 de agosto de 2021, para estudantes da ESPM. O evento foi promovido pela ESPM e pelo IBRI.

Oswaldo Pelaes Filho, supervisor de Finanças do Curso de Relações Internacionais da ESPM, abriu a videoconferência e destacou que a instituição de ensino oferece trilha de especialização em Relações com Investidores.

Bruno Brasil observou que a área de RI deve se compor de forma integrada com a de Comunicação Interna, Imprensa, Relações Governamentais; apoiar rotinas societárias, especialmente no tocante ao relacionamento com órgãos de Governança e em Assembleias de Acionistas.

"São objetivos primários dos profissionais de Relações com Investidores: identificar os fatores Tangíveis e Intangíveis que afetam a valorização da companhia. Há a adoção também de iniciativas para monitorar e identificar investidores que melhor valorizem a empresa", declarou Bruno Brasil.

"É preciso desenvolver uma reputação de transparência e credibilidade, atraindo maior interesse do mercado, aumentando a visibilidade da companhia para a comunidade finan-

“

É preciso desenvolver uma reputação de transparência e credibilidade, atraindo maior interesse do mercado, aumentando a visibilidade da companhia para a comunidade financeira local e internacional, incluindo investidores e analistas.

”

ceira local e internacional, incluindo investidores e analistas. Deve haver o compartilhamento de conhecimentos e informações que permitam agregar valor e reduzir o custo de captação financeira”, observou.

O diretor-presidente do IBRI discorreu sobre o histórico da profissão e a crescente busca por profissionais, que se envolvam com a sustentabilidade empresarial (ESG - *Environmental, Social and Governance*) e contribuam para o desenvolvimento do tema na companhia.

ABRASCA e IBRI assinam convênio de cooperação técnica

A ABRASCA (Associação Brasileira das Companhias Abertas) e o IBRI (Instituto Brasileiro de Relações com Investidores) assinaram, em 01 de setembro de 2021, convênio de cooperação técnica com objetivo de elevar o padrão de relacionamento entre as companhias abertas e o mercado de capitais. A parceria propõe, também, a promoção cultural de “mindset” (“mentalidade”) digital, de forma a buscar contribuir para que os profissionais de Relações

com Investidores estejam sempre atualizados com as tendências da Nova Economia.

Para atingir os objetivos, as entidades em parceria vão realizar: pesquisas e programa de treinamento para profissionais de RI e de áreas relacionadas, por meio da oferta de cursos, palestras e seminários. Todas as iniciativas serão conduzidas por uma Comissão Técnica com representantes das entidades.

IBRI Mulheres: Portal Acionista publica artigo de Marília Nogueira

Marília Nogueira, Diretora de Comunicação e Eventos do IBRI e Membro do IBRI Mulheres, publicou artigo no Portal Acionista, expondo as novas formas de comunicação dos profissionais de Relações com Investidores no pós-pandemia.

No artigo, Marília Nogueira compartilha sua visão sobre os aprendizados e ganhos obtidos no período, como a ampliação do alcance das comunicações, mas também dificuldades como a diminuição da relação interpessoal com investidores

institucionais relevantes.

A parceria do IBRI Mulheres com o Portal Acionista dá a oportunidade para o Instituto contribuir mensalmente com uma Coluna na publicação, discutindo sobre temas relacionados ao mercado de capitais.

Confira o artigo de Marília Nogueira publicado no Portal Acionista: www.ibri.com.br/documento/4563

Novos Associados do IBRI

Ana Paula Zerbinati Ribeiro Gama (BRASILAGRO); Bruno Nader (OI S.A.); Cristiene Baldoino da Costa (GERDAU); Daniel Soraggi (ESTAPAR); Deborah Coutinho Gil Nunes (ENERGISA); Gabriela Woge (BRF); Guilherme Yokaichiya (AMBEV); Leonardo Goes (ESTAPAR); Naira Pesce Dias de Arruda Sampaio (VIVER INCORPORADORA); Pedro Bueno (BRF); Rafael Felipe Junckes (TUPY); Renata Bertele (OI S.A.); e Rubens Alves de Souza (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL).



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO: Presidente: Anastácio Ubaldino Fernandes Filho (AEGEA SANEAMENTO) | Vice-Presidentes: Diego Carneiro Barreto (IFOOD); e Guilherme Setubal Souza e Silva (DURATEX) | **Conselheiros:** Eduardo Pavanelli Galvão (CI&T); Fernando Foz de Macedo; Geraldo Soares Leite Filho (ITAÚ UNIBANCO HOLDING S.A.); Guilherme Luiz Nahuz (HAPVIDA); Phillipe Casale (COSAN); José Sálvio Ferreira Moraes; Renata Oliva Battiferro (POSITIVO TECNOLOGIA); Rodrigo dos Reis Maia (GERDAU); e Rodrigo Lopes da Luz.

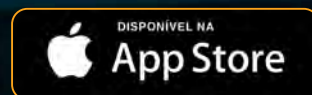
DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente: Bruno Brasil (CVC CORP) | **Diretor Vice-Presidente e Diretor Regional São Paulo:** André Luiz Gonçalves (JSL LOGÍSTICA) | **Diretor Regional Minas Gerais:** Matheus Torga (INTER CONSTRUTORA) | **Diretora Regional Rio de Janeiro:** Carla Dodsworth Albano Miller (PETROBRAS) | **Diretor Regional Sul:** Roberto Pezzi (FRAS-LE) | **Diretor Técnico:** Ricardo Rosanova Garcia (MULTILASER TECNOLOGIA) | **Diretora de Comunicação e Eventos:** Marília Barbosa Nogueira (EDP ENERGIAS DO BRASIL).

Rua Correia Dias, 184 / 11º andar - Paraíso - 04104-000 - São Paulo, SP Tel.: (11) 3106-1836 e (11) 96649-7101
Website: www.ibri.com.br | Email: ibri@ibri.com.br



O aplicativo
que informa,
na mesma hora,
o valor atual e
o diagnóstico
da sua carteira
de ações.

BAIXE GRÁTIS!



www.sabeinvest.com.br

Um produto



www.sabe.com.br



Investimento emergencial

Continua o debate sobre a extensão do auxílio emergencial. O benefício para a população mais pobre, em plena pandemia, concedido a mais de 60 milhões de brasileiros custou bilhões de reais aos cofres públicos, mas foi importante para a sobrevivência dessa população e para manter a economia, mesmo que em ritmo mais lento, em funcionamento.

por **THOMÁS TOSTA DE SÁ**

Dois efeitos decorrentes desse auxílio foram: 1) a recuperação da aprovação ao governo Bolsonaro; e 2) uma inflação dos alimentos, principalmente de consumo das classes mais pobres.

Teríamos outra alternativa para proteger as classes de mais baixa renda? A resposta é sim! Devemos substituir o auxílio emergencial por um programa de investimentos emergenciais. Programa esse direcionado para a ampliação, no curto prazo, de investimentos na infraestrutura urbanística das favelas.

Investindo na melhora das condições humanas das habitações desses conglomerados, ampliando os serviços de esgoto, água, luz, coleta de lixo, segurança, saúde, internet, instalações educacionais de lazer e cultura - que possibilite um regime educacional em tempo integral para crianças desde a creche até o ensino fundamental. Com isso criaríamos condições para as mães trabalharem complementando a renda da família.

Fundamental também será regularizar a propriedade nas favelas dando a seus moradores o título de propriedade o que lhes permitiria oferecer garantias mais sólidas nas suas atividades empreendedoras. Núcleos de incubadoras para estimular e orientar os moradores para atividades é mais um caminho para substituir esse auxílio financeiro.

A Bolsa família deve ser ampliado e melhor administrado

para garantir à todos que tem o direito o seu acesso. Não se trata de um auxílio emergencial mas de um auxílio permanente enquanto não se obtém o retorno de um projeto de educação em tempo integral que só dará retorno no longo prazo.

A experiência da educação em tempo integral, que já foi objeto de programa de governo no Rio de Janeiro, inclusive com a construção de CIEPs, infelizmente foi abandonado. O sucesso de um programa semelhante na Coreia do Sul, no início da década de 50, colocou o país muito a frente do Brasil em termos de desenvolvimento econômico.

Na China, depois da queda de Mao Tsé-Tung e ascensão de Deng Xiaoping, a transferência de milhões de moradores das áreas rurais com uma educação em tempo integral e investimentos em infraestrutura urbana e social dessa população permitiu um fantástico crescimento do país. **RI**



THOMÁS TOSTA DE SÁ

é presidente executivo do CODEMEC - Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais, ex-presidente da Comissão de Valores Mobiliários (CVM)
thomas@codemec.org.br

Quando se trata de informação você prefere velocidade ou credibilidade?



O Valor PRO oferece os dois e muito mais.

Com notícias dos bastidores do mercado, ferramentas analíticas e informações completas sobre finanças e negócios, o **Valor PRO** é um serviço de informações em tempo real que une toda a velocidade que o mercado exige à credibilidade do **Valor Econômico**.

SOLICITE UMA DEMONSTRAÇÃO.
valorpro.com.br | 0800-003-1232

Valor^{PRO}

Versátil como o mercado.
Confiável como o Valor.

Agora os resultados da RI Web evoluem junto com o TC!

O TC é uma plataforma completa, oferecendo conhecimento, informação em tempo real e conteúdo educacional para uma comunidade com mais de 500 mil investidores.



A integração da RI Web ao TC inaugura uma nova era no setor de Relações com Investidores: combinando market intelligence com resultados e aproximando empresas de capital aberto do investidor pessoa física, com um RI que finalmente alcança a todos.



SAIBA MAIS:
riweb.com.br

riweb

